



Número: **0002209-44.2015.2.00.0000**

Classe: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Carlos Augusto De Barros Levenhagen**

Última distribuição : **19/05/2015**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

Assuntos: **Crédito Adicional**

Objeto do processo: **TSE - Ofício nº 1.934 SOF - Solicitação - Crédito Adicional.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
REQUERENTE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE
REQUERIDO	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
REQUERENTE	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - STM
REQUERENTE	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1706088	19/05/2015 17:28	Petição inicial	Petição inicial
1706089	19/05/2015 17:28	Crédito Adicional	Documento de comprovação
1706701	20/05/2015 14:58	Solicitação Crédito	Petição
1706710	20/05/2015 14:58	Ofício 17874-2015 TJDF - Crédito Suplementar	Informações
1707397	21/05/2015 14:26	Petição	Petição
1707405	21/05/2015 14:26	Ofício 298 PRES	Documento de comprovação
1707406	21/05/2015 14:26	Crédito Suplementar - Ajuste de Pessoal	Documento de comprovação
1707407	21/05/2015 14:26	Crédito Suplementar - Passivos	Documento de comprovação
1707408	21/05/2015 14:26	Crédito Suplementar - Benefícios	Documento de comprovação
1707409	21/05/2015 14:26	Crédito Suplementar - Auxílio Moradia	Documento de comprovação
1707314	22/05/2015 17:52	Despacho	Despacho
1722256	12/06/2015 11:44	Ofício	Ofício
1722259	12/06/2015 11:44	NT 02 1ª Etapa 2015 - JM, JE e TJDF	Informações digitalizadas
1722266	12/06/2015 11:44	Proposta de Parecer	Informações digitalizadas
1730422	24/06/2015 13:17	Certidão de Prevenção	Certidão

17311 66	25/06/2015 13:39	Certidão - Inclusão de Partes no Polo Ativo	Certidão
17349 83	01/07/2015 14:47	Certidão de julgamento - 29ª Sessão Extraordinária - Vista regimental	Certidão
17435 78	14/07/2015 17:34	Ofício	Ofício
17435 79	14/07/2015 17:34	Ofício nº 288-SG-2015 - Protoc	Informações digitalizadas
17576 33	05/08/2015 15:10	Certidão de julgamento	Certidão
17597 07	14/08/2015 15:12	Acórdão	Acórdão
17335 41	14/08/2015 15:12	Voto do Magistrado	Voto
17304 30	14/08/2015 15:12	Relatório	Relatório
17335 22	14/08/2015 15:12	Ementa	Ementa
17335 41	14/08/2015 15:12	Voto do Magistrado	Voto
17770 17	02/09/2015 13:20	Certidão de publicação	Certidão

Segue anexo o Ofício nº 1934 SOF, mediante o qual o Tribunal Superior Eleitoral solicita a criação de crédito adicional.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

OFÍCIO Nº 1.934 SOF

Brasília, 18 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: **Crédito Adicional**

Senhor Secretário-Geral,

Em atendimento ao contido no artigo 41 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e nos artigos 2º e 5º da Resolução nº 68 do Conselho Nacional de Justiça, de 3 de março de 2009, informo a solicitação de crédito adicional, conforme quadro anexo.

Atenciosamente,


EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA
Diretor-Geral Substituto

1ª FASE DE CRÉDITOS - 2015

PEDIDO	DESCRIÇÃO	TIPO DE CRÉDITO	Em Reais		
			COM FONTE COMPENSATÓRIA	SEM FONTE COMPENSATÓRIA	TOTAL
44.308	Concurso Público	100	-	2.315.677	2.315.677
43.171	Outros Custeios e Capital/Obras e Aquisições	120	700.000	-	700.000
44.236	Fundo Partidário	154	-	9.421.000	9.421.000
43.518	Outros Custeios e Capital/Obras e Aquisições	200	4.011.223	-	4.011.223
44.096	Benefícios Assistenciais ao Servidor e seus Dependentes	157	-	14.465.657	14.465.657
TOTAL			4.711.223	26.202.334	30.913.557

Solicitação de crédito suplementar.



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Gabinete da Presidência
Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, Bloco D – 2º andar.
Fone 3103-7115, CEP 70094-900 – Brasília-DF

Ofício 17.874/GPR

Brasília, 15 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Supremo Tribunal Federal – Praça dos Três Poderes
CEP 70175 – 900
Brasília - DF

Assunto: Solicita abertura de Créditos Suplementares.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Solicito a Vossa Excelência especial atenção no encaminhamento deste pedido de crédito suplementar e informo-lhe que a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios inseriu no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP as solicitações de créditos suplementares para este exercício – primeira fase –, conforme o disposto na Portaria/SOF n. 16, de 29 de abril de 2015, na Lei n. 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária 2015) e na Resolução CNJ n. 68, de 3 de março de 2009.
2. Detalho, a seguir, as informações concernentes aos pedidos de crédito adicional, assim apresentadas: número do pedido, ação orçamentária, tipo de alteração orçamentária e valores pleiteados, bem como apresento as razões que motivaram a solicitação.
3. Por oportuno, informo que todas as alterações orçamentárias solicitadas serão viabilizadas por meio de Decreto do Poder Executivo.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Gabinete da Presidência
Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, Bloco D – 2º andar.
Fone 3103-7115, CEP 70094-900 – Brasília-DF

Tabela I

N. do Pedido	Ação Orçamentária	Tipo	Suplementação / Cancelamento
44210	4234 – Apreciação e Julgamento de Causas.	100 (Decreto)	23.361.610
Subtotal			23.361.610
44219	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	101 (Decreto)	7.028.119
	20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União.		30.062.985
	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões		3.885.875
Subtotal			40.976.979
44221	4234 – Apreciação e Julgamento de Causas.	152 (Decreto)	8.918.731
Subtotal			8.918.731
44222	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívis, Empregados e Militares.	157 (Decreto)	1.055.141
	2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívis, Empregados e Militares.		3.658.323
	2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes – No Distrito Federal.		509.550
Subtotal			5.223.014
Total do Crédito			78.430.334,00



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Gabinete da Presidência
Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, Bloco D – 2º andar.
Fone 3103-7115, CEP 70094-900 – Brasília-DF

4. Com base na tabela apresentada, relaciono, abaixo, as justificativas dos créditos:

I – (Pedido 44210 – tipo 100 – fonte 300 – R\$ 23.361.610,00)

A alteração orçamentária solicitada viabilizará o pagamento das seguintes despesas, a seguir detalhadas:

a) **Auxílio-moradia:** implantação no âmbito da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n. 199, de 07 de outubro de 2014, que concede o auxílio-moradia aos Membros da Magistratura Nacional, benefício previsto no art. 65, II, da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979. Será necessária a suplementação para custeá-lo no decorrer do exercício de 2015, no montante de R\$ 17.136.692,00.

b) **Reajuste indenização de transporte dos Oficiais de Justiça:** Reajuste solicitado pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal – SINDOJUS, que pleiteia o aumento da indenização de transporte de R\$ 1.611,50 para o valor mensal de R\$ 2.778,00. A suplementação, no montante de R\$ 6.224.917,00, permitirá ajustar o pagamento da diferença do valor atualmente pago pelo Órgão ao que se pleiteia pela Organização de Classe.

II – (Pedido 44219 – tipo 101 – fonte 300 – R\$ 40.976.979)

A alteração orçamentária solicitada viabilizará o pagamento das seguintes despesas, a seguir detalhadas:

a) **Reserva de Contingência:** Refere-se à previsão contida no Anexo V da Lei 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária 2015), que trata da reserva de contingência do PLOA 2015, no montante de R\$ 6.404.625,00, em favor do TJDFT, destinada às despesas decorrentes do provimento de cargos, cuja criação foi proposta no PL 7722/2014. O referido PL foi aprovado e resultou na publicação da Lei 13.057, de 22 de dezembro de 2014, e os cargos destinam-se a suprir as necessidades de quatro circunscrições recém-criadas: Guarará, Itapoã, Águas Claras e Recanto das Emas.



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Gabinete da Presidência
Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, Bloco D – 2º andar.
Fone 3103-7115, CEP 70094-900 – Brasília-DF

b) Indicação nº 297, de 2015, da Bancada do DF: Diante da necessidade de reforçar a força de trabalho nos Ófícios Judiciais, considerando que a reserva de contingência não ser suficiente para dar posse a todos os cargos criados pela Lei nº 13.0567/2014, e tendo em vista a Indicação nº 297, de 2015, em anexo, que sugere a liberação de crédito suplementar para acrescer a dotação orçamentária prevista no Anexo V da LOA, no sentido de permitir o provimento de todos os cargos criados na referida Lei, no montante de R\$ 9.000.000,00 (despesas primárias) e o respectivo valor para a CPSS.

b) Passivos: Os recursos pleiteados também serão destinados para atender as despesas com passivos a serem quitados com o valor apurado até a presente data, no montante de R\$ 4.994.448,85, relacionados às dívidas com: abono de permanência, diferença de quintos/décimos, licença prêmio convertida em pecúnia, vantagem do art. 184, inciso II, VPNI, diferença de teto constitucional, diferença de DAS – Lei nº 9030/95, acerto financeiro com reintegração, acerto financeiro da VRD – Verba Remuneratória Destacada e correção monetária de FC/CJ.

c) Lei 13.094, de 12 de janeiro de 2015: Os recursos serão destinados, ainda, para implantar a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, instituída pela referida Lei e regulamentada pela Resolução de Pleno Administrativo do TJDF nº 4, de 29 de abril de 2014, no montante de R\$ 18.597.905,00.

III (Tipo 152 – Pedido 44221 – Fonte 181 – R\$ 8.918.731,00) – Dependente de Decreto do Poder Executivo

Os recursos serão aplicados na infraestrutura tecnológica discos e placas controladoras para expansão e atualização tecnológica da solução de armazenamento de dados (*storage*), a ser utilizada para as necessidades de expansão de armazenamento de memória para o Processo Judicial Eletrônico.

IV – (Tipo 157 – Pedido 44222 – Fonte 300 – R\$ 5.223.014,00)

A alteração orçamentária solicitada viabilizará o pagamento do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, tendo em vista posse de novos servidores, bem como



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Gabinete da Presidência
Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, Bloco D – 2º andar.
Fone 3103-7115, CEP 70094-900 – Brasília-DF

o reajuste dos benefícios pelo IPCA, conforme dispõe o art. 91 da Lei 12.919/2013 (LDO 2014) e normatizada pela Portaria Conjunta do CNJ N. 01 DE 18/03/2015.

Também serão atendidas as despesas com a Assistência Médica e Odontológica em relação à diferença do número de beneficiários o constante no PLOA 2015 e o efetivamente apurado até março de 2015.

Respeitosamente,

Desembargador **Getúlio de Moraes Oliveira**
Presidente do TJDFT

CÓPIA

INDICAÇÃO Nº 297, DE 2015
(Do Sr. Izalci)

Sugere à Presidente da República envidar esforços para a liberação de crédito suplementar na ordem de mais R\$9 milhões para acrescer a dotação orçamentária prevista no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária (PLN nº 13/2014) e ampliação no mesmo item 2.7.3 do Anexo V, da autorização de provimento para o número de 580 cargos previstos na Lei nº 13.057, de 2014.

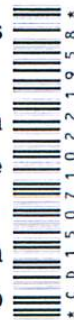
Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff:

A Lei nº 13.057, de 2014, que criou cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFDT teve a sua origem na proposta remetida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ao Congresso Nacional, cuja matéria tramitou na forma do PL nº 7722/2014 (PLC 92/2014).

O objetivo da proposta foi a da criação de **580 cargos, sendo 355 cargos efetivos; 25 cargos em comissão e 200 funções de confiança**, representando um quantitativo mínimo de cargos necessários para a instalação das quatro novas Circunscrições Judiciárias/DF e para a reestruturação de órgãos judiciais e de apoio jurisdicional.

A criação dos novos cargos teve como justificativa primordial a instalação dos novos Fóruns do **Guará, do Recanto das Emas, do Itapoã e de Águas Claras**, alguns já entregues e outros com obras em fase de conclusão.

Além do preenchimento de cargos em novos fóruns, há uma carência real nas Varas de Execução Penais e Medidas Socioeducativas, de Execução



[Handwritten signatures]

Penal e de Execuções das Penas e Medidas Alternativas, todas com prestação de serviços nas questões de extrema sensibilidade e importância para a sociedade.

O presidente do TJDFT destacou em sua justificativa ter remanejado todo o corpo de servidores para atender a atividade fim do órgão, tendo alocado 75% para essa área, que não tinha mais margem para deslocar unidades jurisdicionais e servidores para as novas Circunscrições Judiciárias. Motivo plausível para a criação de novos cargos.

Alegou ainda o presidente do TJDFT que em 2012 encaminhou ao Congresso Nacional proposta de teor semelhante à que culminou com a edição da Lei nº 13.057, de 2014. No caso, o PL 4.312/2012, que criava 2.666 cargos e funções, não tendo prosperado a propositura na ocasião, em virtude do panorama econômico nacional e da menor disponibilidade orçamentária daquela época, a matéria então foi retirada de tramitação a pedido do Tribunal, em agosto de 2013, por meio do ofício 34.520/GPR, endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Reforçamos que após meses de empenho, os aprovados do concurso do TJDFT, em atuação conjunta com os parlamentares, em especial com os do DF e da assessoria do Tribunal, conseguiram a aprovação do PL 7722/2014 (PLC 92/2014), hoje transformado na Lei nº 13.057, de 2014.

A Lei nº 13.057, de 2014, enfim, dota o TJDFT com a estrutura mínima de recursos humanos necessária para melhorar o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos em quatro Circunscrições recém-criadas: Guará, Itapoã, Águas Claras e Recanto das Emas -as quais beneficiarão 382.081 (trezentos e oitenta e dois mil e oitenta e um) habitantes, conforme abaixo:

CIDADE /POPULAÇÃO:

Guará 107.226

Itapoã 51.501

Águas Claras 102.076

Recanto das Emas 121.278



Frisando mais uma vez que a Lei em questão minora o déficit de servidores no Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação, na área de Tecnologia de Informação e nas Varas Especializadas.

Em que pese a relevância para a população do DF, no PLOA de 2015, a lei em comento só foi contemplada com uma parcela mínima de orçamento que não viabiliza a sua total implementação, frustrando seus objetivos e de todas as centenas de aprovados que tanto se dedicaram pelo êxito da aplicação plena da lei, haja vista que os aprovados do último concurso têm expectativa urgente de serem nomeados antes do término de vigência do certame que ocorrerá na primeira semana de julho do corrente ano. Nomeações estas que se concretizadas em tempo evitará o lançamento de novo concurso.

Para que a lei em tela possa ser integralmente executada são necessários mais R\$ 9.000.000,00 no item 2.7.3 do anexo V da Lei Orçamentária (PLN 13/2014), bem como é necessário corrigir a autorização para provimento dos 580 cargos criados pela lei, vez que o anexo V autoriza apenas o provimento de 289.

Assim sendo, sugerimos à Presidente da República envidar esforços para a liberação de crédito suplementar na ordem de mais R\$9 milhões para acrescer a dotação orçamentária prevista no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária (PLN nº 13/2014), e consequentemente, conforme destacamos a demanda atual do DF, que seja ampliada, também, no item 2.7.3 do Anexo V, a autorização de provimento para o número de 580 cargos previstos na Lei nº 13.057, de 2014.

Sala das Sessões, em de abril de 2015.



Deputado IZALCI

NGPS.2015.04.14



APOIAMENTO DA BANCADA DO DF

Ementa: Sugere à Presidente da República envidar esforços para a liberação de crédito suplementar na ordem de mais R\$9 milhões para acrescer a dotação orçamentária prevista no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária (PLN nº 13/2014) e ampliação no mesmo item 2.7.3 do Anexo V, da autorização de provimento para o número de 580 cargos previstos na Lei nº 13.057, de 2014.

Nome do Deputado(a)	Gabinete	Anexo	Assinatura
ALBERTO FRAGA	511	IV	
AUGUSTO CARVALHO	215	IV	
ERIKA KOKAY	203	IV	
LAERTE RODRIGUES DE BESSA	340	IV	
ROGÉRIO ROSSO	283	III	
RONALDO FONSECA	223	IV	
RONEY NEMER	572	III	

NGPS 2015.04.14




REQUERIMENTO
(Do Sr. Izalci)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à liberação de crédito suplementar na ordem de mais R\$9 milhões para acrescer a dotação orçamentária prevista no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária (PLN nº 13/2014) e ampliação no mesmo item 2.7.3 do Anexo V, da autorização de provimento para o número de 580 cargos previstos na Lei nº 13.057, de 2014.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação relativa à liberação de crédito suplementar na ordem de mais R\$9 milhões para acrescer a dotação orçamentária prevista no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária (PLN nº 13/2014) e ampliação no mesmo item 2.7.3 do Anexo V, da autorização de provimento para o número de 580 cargos previstos na Lei nº 13.057, de 2014.

Sala das Sessões, em de abril de 2015.


Deputado IZALCI

NGPS 2015 04 14



Segue Ofício nº 289/PRES/STM, de 15 de maio de 2015, que encaminha cópia ao CNJ da solicitação de crédito suplementar remetido a Secretaria de Orçamento Federal pela Justiça Militar da União com objetivo de atender as determinações da Lei 13.080, de 02 de janeiro de 2015 e a Resolução CNJ nº 68/2009.




JMU - Protocolo
Nr: 046840/15- 01. 255
21/05/15 13:50:05 *813218*

Brasília, 15 de maio de 2015.


Ten Brig Ar **WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS**
Ministro-Presidente

Num. 1707405 - Pág. 1

NÚMERO	DATA	VOLUME
10/2015 – SEPLA/CPROC	07/05/2015	01
INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	052.33	
PROCEDÊNCIA		
Secretaria de Planejamento - GS		
ASSUNTO		
CRÉDITO SUPLEMENTAR - AJUSTE DE PESSOAL		
ANEXOS		
<p>JMU - Protocolo Nr: 044119/15- 01. 255 13/05/15 15:11:26 *813201*</p> 		



SUPERIOR TRIBUNAL
Diretoria de Patrimônio e N

	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

DESPACHO: Nº. 001/2015 –SEPLA/GS

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – Exercício de 2015

Referência: 1) LDO / 2015
2) LOA / 2015
3) Elaboração de Créditos Suplementares 2015 (Portarias da SOF)
4) Ato Normativo nº. 065/2014-STM

À CPROC,

1. Considerando a necessidade de ajustar a execução orçamentária constante do Plano de Ação do corrente exercício financeiro, essa Coordenadoria deverá providenciar a elaboração de créditos suplementares, observado os prazos definidos pela legislação específica, como segue:

- Outros Custeios e Capital: Ajustar as necessidades correntes da JMU (Primeira e Segunda Instâncias), quando oportuno;
- Pessoal e Encargos Sociais: preparar projeção das despesas tomando em conta a execução mensal do corrente ano;
- Idem, para os benefícios a servidor;
- Encaminhar os respectivos créditos, por meio eletrônico, à SOF/MP, até as datas limites estabelecidas pela SOF.

2. Apresentar os documentos consequentes para Despacho com Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente e para encaminhamento ao CNJ, no que couber.

Brasília, DF, em 14 de abril de 2015.


Afonso Ivan Machado
Secretário de Planejamento

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE GERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Informação nº 3/SEPLA/CPROC/SEGEO

Do: Coordenador de Programação Orçamentária
Ao: Secretário de Planejamento

Referência: Portaria nº 15/SOF/MPOG, de 28 de abril de 2015; e
Portaria nº 16/SOF/MPOG, de 29 de abril de 2015.

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – **Suplementação**

Senhor Secretário,

Informo a Vossa Senhoria a necessidade de suplementação de crédito para complementar e ajustar as despesas com a folha de pagamento dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar da União referente ao exercício de 2015.

Abaixo segue a programação para a alteração de crédito junto a Secretaria de Orçamento Federal:

1. **Tipo do pedido:**

- 1.1 Tipo: 101 – Suplementação de dotações destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais. As fontes dos recursos podem ser: Anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de natureza de despesa – GND; reserva de contingência/recursos para o atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da CF; superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.
- 1.2 Classificação da alteração: Crédito Suplementar.

2. **Classificação Funcional:**

2.1 Destino:

Ação – 28.846.0909.0C04.0001 – Reestruturação de Carreiras e Cargos - RECARE.

3. **Detalhamento da ação de destino: 0C04**

- 4.1 Esfera: 1 – fiscal;
- 4.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 1;
- 4.3 Modalidade: 90;
- 4.4 Fonte: 100;
- 4.5 Suplementação: **R\$ 9.700.000,00.**

4. **Memória de cálculo:**

Crédito Suplementar para a Folha de Pagamento

Ativo	Liquidado até abril (a)	Liquidação média (b) = (a)/4	Estimativa até dezembro (c) = (b)*9,3	Estimativa de gasto em 2015 (d) = (c) + (a)	Dotação Inicial Total com Pessoal LOA 2015 (i)	Necessidade (i) - [(h) + (d)]
20TP	47.472.931,81	11.868.232,95	110.374.566,46	157.847.498,27		
Inativo	Liquidado até abril (e)	Liquidação média (f) = (e)/4	Estimativa até dezembro (g) = (f)*9	Estimativa de gasto em 2015 (h) = (e) + (g)		
0181	54.525.278,99	13.631.319,75	122.681.877,73	177.207.156,72		
Total (Ativo + Inativo)	101.998.210,80	25.499.552,70	233.056.444,19	335.054.654,99	325.351.983,00	-9.702.671,99

Obs 1: o item (c) foi projetado considerando o pagamento da gratificação natalina (13º salário) e 1/3 de férias.

Obs2: o item (g) foi projetado considerando o pagamento da gratificação natalina (13º salário).

Fonte: SIAFI 2015

5. **Justificativas:**

8.1 Indique a necessidade da alteração orçamentária.

Solicitação de crédito suplementar para fechamento da Folha de Pagamento de Pessoal dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar da União em decorrência, especialmente, das majorações concedidas aos Magistrados pela Lei nº 13.091, de 12/01/2015 (dispõe sobre a majoração do subsídio dos Ministros do STF) e pela Lei nº 13.096, de 12/01/2015 (institui Gratificação Cumulativo de Jurisdição aos Membros da Justiça Militar da União).

A estimativa de gasto, até dezembro, baseada na média dos saldos liquidados dos meses de janeiro a abril não será suficiente para arcar com toda a despesa de pessoal segundo a Dotação Inicial Total com Pessoal (item (i) da tabela acima) concedidos na LOA 2015.

8.2 Descreva o impacto do cancelamento de dotações.

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

8.3 Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas dessa ação até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

8.4 Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com a folha de pagamento a partir desse exercício financeiro.

Brasília, 11 de maio de 2015.



CAMILO REY LAURETO

Supervisor da Seção de Gerência Orçamentária



RICARDO BARBOSA LEAL

Coordenador de Programação Orçamentária

De Acordo com o informado.
Providencie.



AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 44191

Tipo de Crédito: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc:

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Nº Doc:		Data Efetivação:				Data Assinatura:				Data Publicação:					
Programática / P. O.	Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP Lei	Suplem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplem. por Excesso.	Suplem. por Superavit	Suplem. por Operação de Crédito
Órgão:	13000- Justiça Militar da União												9.700.000	0	0
Unidade:	13101- Justiça Militar da União												9.700.000	0	0
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais										0	0	9.700.000	0	0
0909 0C04	Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e 28-846 10										0	0	9.700.000	0	0
0909 0C04 0001	Revisão de Remunerações												9.700.000	0	0
	Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e										0	0	9.700.000	0	0
	Revisão de Remunerações - Nacional										0	0	9.700.000	0	0
0909 0C04 0001 0000	Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e										0	0	9.700.000	0	0
	Revisão de Remunerações										0	0	9.700.000	0	0
Total Geral											0	0	9.700.000	0	0

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

21/05/2015 12:40



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 44191 - Crédito para ajuste da folha de pagamento

Tipo de Crédito: 101

Indique a necessidade da alteração orçamentária

Solicitação de crédito suplementar para fechamento da Folha de Pagamento de Pessoal dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar da União em decorrência, especialmente, das majorações concedidas aos Magistrados pela Lei nº 13.091, de 12/01/2015 (dispõe sobre a majoração do subsídio dos Ministros do STF) e pela Lei nº 13.096, de 12/01/2015 (institui Gratificação Cumulativo de Jurisdição aos Membros da Justiça Militar da União).
A estimativa de gasto, até dezembro, baseada na média dos saldos liquidados dos meses de janeiro a abril não será suficiente para arcar com toda a despesa de pessoal segundo a Dotação Inicial Total com Pessoal (item (i) da tabela acima) concedidos na LOA 2015.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas dessa ação até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com a folha de pagamento a partir desse exercício financeiro.

Usuário: CAMILO REY LAURETO



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44191

Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

<i>Esfera Orçamentária</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
10 - Orçamento Fiscal	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
13000 Justiça Militar da União	9.700.000	0	9.700.000
13101 Justiça Militar da União	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Fonte</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
100 - Recursos Ordinários	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>UO/Fonte</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
13101 Justiça Militar da União	9.700.000	0	9.700.000
100 Recursos Ordinários	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Modalidade de Aplicação</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
90 - Aplicações Diretas	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
0 - Recursos não destinados à contrapartida	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
9999 - OUTROS RECURSOS	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>RP de Lei</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Indicador de Resultado Primário(RP Atual)</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
28 - Encargos Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Sub-Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
846 - Outros Encargos Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Função/Sub-Função</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
28 Encargos Especiais	9.700.000	0	9.700.000
846 Outros Encargos Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Tipo de Alteração</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
Decreto	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Programa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

<i>Tipo de Programa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
- Operações Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44191


Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Operações Especiais	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
44191 - Crédito para ajuste da folha de pagamento(Tipo 101)	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	9.700.000	0	9.700.000
TOTAL-GERAL	9.700.000	0	9.700.000

NÚMERO	DATA	VOLUME
09/2015 – SEPLA/CPROC	07/05/2015	01
INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	052.33	
PROCEDÊNCIA		
Secretaria de Planejamento - GS		
ASSUNTO		
CRÉDITO SUPLEMENTAR - PASSIVOS.		
ANEXOS	JMU - Protocolo Nr: 044109/15- 01. 255 13/05/15 15:06:32 *813192* 	

[illegible]

DESPACHO: Nº. 001/2015 –SEPLA/GS

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – Exercício de 2015

Referência: 1) LDO / 2015
2) LOA / 2015
3) Elaboração de Créditos Suplementares 2015 (Portarias da SOF)
4) Ato Normativo nº. 065/2014-STM

À CPROC,

1. Considerando a necessidade de ajustar a execução orçamentária constante do Plano de Ação do corrente exercício financeiro, essa Coordenadoria deverá providenciar a elaboração de créditos suplementares, observado os prazos definidos pela legislação específica, como segue:

- Outros Custeios e Capital: Ajustar as necessidades correntes da JMU (Primeira e Segunda Instâncias), quando oportuno;
- Pessoal e Encargos Sociais: preparar projeção das despesas tomando em conta a execução mensal do corrente ano;
- Idem, para os benefícios a servidor;
- Encaminhar os respectivos créditos, por meio eletrônico, à SOF/MP, até as datas limites estabelecidas pela SOF.

2. Apresentar os documentos consequentes para Despacho com Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente e para encaminhamento ao CNJ, no que couber.

Brasília, DF, em 14 de abril de 2015.


Afonso Ivan Machado
Secretário de Planejamento

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE GERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Informação nº 5/SEPLA/CPROC/SEGEO

Do: Coordenador de Programação Orçamentária
Ao: Secretário de Planejamento

Referência: Portaria nº 15/SOF/MPOG, de 28 de abril de 2015; e
Portaria nº 16/SOF/MPOG, de 29 de abril de 2015.

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – **Suplementação**

Senhor Secretário,

Informo a Vossa Senhoria a necessidade de créditos para pagamento dos passivos dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar da União tendo em vista que não há dotação na LOA 2015 para arcar com essas despesas.

Abaixo segue a programação para a alteração de crédito junto a Secretaria de Orçamento Federal:

1. **Tipo do pedido:**

- 1.1 Tipo: 101 - Suplementação de dotações destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais. As fontes dos recursos podem ser: Anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de natureza de despesa – GND; reserva de contingência/recursos para o atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da CF; superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; e excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.
- 1.2 Classificação da alteração: Crédito Suplementar.

2. **Classificação Funcional:**

- 2.1 Destino:
Ação/PO – 28.846.0909.0C04.0001 – Reestruturação de Carreiras e Cargos - RECARE.

3. **Detalhamento da ação de destino: 0C04**

- 4.1 Esfera: 1 – Fiscal;
- 4.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 1;
- 4.3 Modalidade: 90;
- 4.4 Fonte: 100;
- 4.5 Suplementação: **R\$ 42.000.000,00.**

4. **Justificativas:**

8.1 Indique a necessidade da alteração orçamentária.

Solicitação de crédito suplementar para pagamento dos passivos da Justiça Militar da União devidos aos Magistrados e Servidores. Na dotação inicial da LOA não há recursos para custear essas despesas.

8.2 Descreva o impacto do cancelamento de dotações.

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

8.3 Quais as consequências do não atendimento do pleito?

O não pagamento dos passivos da Justiça Militar da União.

8.4 Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Não haverá impacto no nível de gastos com custeio da Justiça Militar da União.

Brasília, 11 de maio de 2015.



CAMILO REY LAURETO


Supervisor da Seção de Gerência Orçamentária



RICARDO BARBOSA LEAL

Coordenador de Programação Orçamentária

De Acordo com o informado.
Providencie.



AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedidos: 44190

Tipo de Crédito: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Tipo Doc: Decreto

Data Emissão: Data Assinatura: Data Publicação:

Programática / P. O.		Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário		Func	E	S	F	Origem Loc.	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP	RP	Lei	Suplem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplem. por Excesso	Suplem. por Superavit	Suplem. por Operação de Crédito
Órgão:		13000 - Justiça Militar da União																			
Unidade:		13101 - Justiça Militar da União																			
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais																			
0909 0C04		Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e																			
0909 0C04 0001		Revisão de Remunerações																			
0909 0C04 0001		Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e																			
0909 0C04 0001 0000		Revisão de Remunerações																			
Total Geral																					

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

21/05/2015 12:41



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 44190 - Pagamento de passivos

Tipo de Crédito: 101

Indique a necessidade da alteração orçamentária

Solicitação de crédito suplementar para pagamento dos passivos da Justiça Militar da União devidos aos Magistrados e Servidores.

Usuário: RICARDO BARBOSA LEAL

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

O não pagamento dos passivos da Justiça Militar da União.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Não haverá impacto no nível de gastos com custeio da Justiça Militar da União.

Usuário: CAMILO REY LAURETO



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44190

Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13000 Justiça Militar da União	42.000.000	0	42.000.000
13101 Justiça Militar da União	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13101 Justiça Militar da União	42.000.000	0	42.000.000
100 Recursos Ordinários	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Indicador de Resultado Primário(RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
28 - Encargos Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
846 - Outros Encargos Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
28 Encargos Especiais	42.000.000	0	42.000.000
846 Outros Encargos Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000
<i>Tipo de Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Operações Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44190

Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Operações Especiais	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
44190 - Pagamento de passivos(Tipo 101)	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	42.000.000	0	42.000.000
TOTAL-GERAL	42.000.000	0	42.000.000

NÚMERO	DATA	VOLUME
08/2015 – SEPLA/CPROC	07/05/2015	01
INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	052.33	
PROCEDÊNCIA		
Secretaria de Planejamento - GS		
ASSUNTO		
CRÉDITO SUPLEMENTAR - BENEFÍCIOS.		
ANEXOS		

[illegible]

DESPACHO: Nº. 001/2015 –SEPLA/GS

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – Exercício de 2015

Referência: 1) LDO / 2015
2) LOA / 2015
3) Elaboração de Créditos Suplementares 2015 (Portarias da SOF)
4) Ato Normativo nº. 065/2014-STM

À CPROC,

1. Considerando a necessidade de ajustar a execução orçamentária constante do Plano de Ação do corrente exercício financeiro, essa Coordenadoria deverá providenciar a elaboração de créditos suplementares, observado os prazos definidos pela legislação específica, como segue:

- Outros Custeios e Capital: Ajustar as necessidades correntes da JMU (Primeira e Segunda Instâncias), quando oportuno;
- Pessoal e Encargos Sociais: preparar projeção das despesas tomando em conta a execução mensal do corrente ano;
- Idem, para os benefícios a servidor;
- Encaminhar os respectivos créditos, por meio eletrônico, à SOF/MP, até as datas limites estabelecidas pela SOF.

2. Apresentar os documentos consequentes para Despacho com Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente e para encaminhamento ao CNJ, no que couber.

Brasília, DF, em 14 de abril de 2015.


Afonso Ivan Machado
Secretário de Planejamento

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE GERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Informação nº 2/SEPLA/CPROC/SEGEO

Do: Coordenador de Programação Orçamentária

Ao: Secretário de Planejamento

Referência: Portaria nº 15/SOF/MPOG, de 28 de abril de 2015;
Portaria nº 16/SOF/MPOG, de 29 de abril de 2015; e
Portaria Conjunta nº 1/CNJ, 18 de março de 2015.

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – **Suplementação**

Senhor Secretário,

Informo a Vossa Senhoria a necessidade de suplementação de crédito para custar despesas referentes ao reajuste dos benefícios pagos aos servidores, militares, empregados e dependentes da Justiça Militar da União, conforme Portaria Conjunta nº 1, de 18 de março de 2015.

Abaixo segue a programação para a alteração de crédito junto a Secretaria de Orçamento Federal:

1. Tipo do pedido:

1.1 Tipo: 157 – Atendimento de despesas relativas: aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar, auxílio-transporte ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes, auxílio-fardamento dos militares das forças armadas em pecúnia, auxílio-natalidade e auxílio-funeral. As fontes do recurso podem ser: Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014; excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e anulação de dotações relativas a essas despesas.

1.2 Classificação da alteração: Crédito Suplementar.

2. Classificação Funcional:

2.1 Destino:

Ação – 02.331.0566.2011.0001 – Auxílio transporte de civis – ATRASE.

Ação – 02.331.0566.2012.0001 0001 – Auxílio alimentação civis – AALISE (PO).

Ação – 02.331.0566.2012.0001 0002 – Auxílio alimentação de militares em pecúnia – AALIMI (PO).

3. **Detalhamento da ação de destino: 2011**

- 4.1 Esfera: 1 – Fiscal;
- 4.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 3;
- 4.3 Modalidade: 90;
- 4.4 Fonte: 100;
- 4.5 Natureza: 33.90.00; e
- 4.6 Suplementação: **R\$ 48.000,00.**

4. **Detalhamento da ação de destino: 2012 0001**

- 4.1 Esfera: 1 – Fiscal;
- 4.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 3;
- 4.3 Modalidade: 90;
- 4.4 Fonte: 100;
- 4.5 Natureza: 33.90.00; e
- 4.6 Suplementação: **R\$ 415.000,00.**

5. **Detalhamento da ação de destino: 2012 0002**

- 5.1 Esfera: 1 – Fiscal;
- 5.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 3;
- 5.3 Modalidade: 90;
- 5.4 Fonte: 100;
- 5.5 Natureza: 33.90.00; e
- 5.6 Suplementação: **R\$ 317.000,00.**

6. **Memória de cálculo:**

Crédito Suplementar Auxílio Transporte

Ação	Liquidado até abril (a)	Média (b) = (a)/4	Estimativa até dezembro (c) = (b)*8	Estimativa de gasto em 2015 (d) = (c) + (a)	LOA/2015 + créditos (e)	Saldo (e) - (d)
2011	143.784,43	35.946,11	287.568,86	431.353,29	384.000,00	-47.353,29

Fonte: SIAFI 2015.

Crédito Suplementar para Auxílio Pré-escolar e Auxílio Alimentação

PO	Liquidado em abril (a)	Estimativa até dezembro (b) = (a)*12	LOA/2015 + créditos (c)	Saldo (c) - (b)
2012 0001	684.577,44	8.214.929,28	7.800.000,00	-414.929,28
2012 0002	221.879,18	2.662.550,16	2.346.240,00	-316.310,16

Fonte: SIAFI 2015.

7. **Justificativas:**

8.1 Indique a necessidade da alteração orçamentária.

Solicitação de crédito suplementar em decorrência de atualização dos valores de auxílio alimentação segundo Portaria Conjunta CNJ nº 1, de 18 de março de 2015. Esse benefício foi reajustado em 6,4%, percentual estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. Em adição, solicita-se também crédito suplementar para custear as despesas com Auxílio transporte já que os recursos autorizados na Lei Orçamentária de 2015 não serão suficientes para fazer frente com o custeio dessa ação. Segundo projeção dessa Justiça, baseado na execução até abril de 2015, os recursos autorizados para essas ações são insuficientes.

8.2 Descreva o impacto do cancelamento de dotações.

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

8.3 Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas dessas ações até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

8.4 Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com os referidos benefícios a partir desse exercício financeiro.

Brasília, 11 de maio de 2015.



CAMILO REY LAURETO

Supervisor da Seção de Gerência Orçamentária



RICARDO BARBOSA LEAL

Coordenador de Programação Orçamentária

De Acordo com o informado.
Providencie.



AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 44187

Tipo de Crédito: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc:

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Efetivação:				Data Assinatura:				Data Publicação:				Suplem. por Excesso	Suplem. por Superavit	Suplem. por Operação de Crédito
Programática / P. O.	Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP Lei	RP Lei	Cancel.	Diferença		
Órgão:	13000- Justiça Militar da União											0	0	0
Unidade:	13101- Justiça Militar da União											0	0	0
0566 2011	Prestação Jurisdicional Militar											780.000	0	0
0566 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	02-331	10									780.000	0	0
0566 2011 0001 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional			PLOA								48.000	0	0
0566 2011 0001 0001	Auxílio-Transporte - Civis				3.3.90	100	0	9999	1	1		48.000	0	0
0566 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	02-331	10									732.000	0	0
0566 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional			PLOA								732.000	0	0
0566 2012 0001 0001	Auxílio-Alimentação de Civis				3.3.90	100	0	9999	1	1		415.000	0	0
0566 2012 0001 0002	Auxílio Alimentação de Militares em Pecúnia				3.3.90	100	0	9999	1	1		317.000	0	0
Total Geral												780.000	0	0

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

1

21/05/2015 12:43



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 44187 - Auxílio alimentação e transporte

Tipo de Crédito: 157a

Indique a necessidade da alteração orçamentária

Solicitação de crédito suplementar em decorrência de atualização dos valores de auxílio alimentação segundo Portaria Conjunta CNJ nº 1, de 18 de março de 2015. Esse benefício foi reajustado em 6,4%, percentual estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. Em adição, solicita-se também crédito suplementar para custear as despesas com Auxílio transporte já que os recursos autorizados na Lei Orçamentária de 2015 não serão suficientes para fazer frente com o custeio dessa ação. Segundo projeção dessa Justiça, baseado na execução até abril de 2015, os recursos autorizados para essas ações são insuficientes.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas dessas ações até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com os referidos benefícios a partir desse exercício financeiro.

Usuário: CAMILO REY LAURETO



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)


Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44187

Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

Esfera Orçamentária	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Órgão/Unidade Orçamentária	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13000 Justiça Militar da União	780.000	0	780.000
13101 Justiça Militar da União	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Grupo Natureza de Despesa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Fonte	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
UO/Fonte	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13101 Justiça Militar da União	780.000	0	780.000
100 Recursos Ordinários	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Modalidade de Aplicação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
RP de Lei	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Função	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Tipo de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Tipo de Instrumento Legal	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0566 - Prestação Jurisdicional Militar	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Tipo de Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	48.000	0	48.000
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	732.000	0	732.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
44187 - Auxílio alimentação e transporte(Tipo 157a)	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000
Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	780.000	0	780.000
TOTAL-GERAL	780.000	0	780.000

NÚMERO	DATA	VOLUME
07/2015 – SEPLA/CPROC	07/05/2015	01
INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	052.33	
PROCEDÊNCIA		
Secretaria de Planejamento - GS		
ASSUNTO		
CRÉDITO SUPLEMENTAR - AUXÍLIO MORADIA.		
ANEXOS		
<p>JMU - Protocolo Nr: 044077/15- 01. 255 13/05/15 14:49:25 *813167*</p> 		



SUPERIOR TRIBUNAL
 Diretoria de Patrimônio e A

	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

DESPACHO: Nº. 001/2015 –SEPLA/GS

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – Exercício de 2015

Referência: 1) LDO / 2015
2) LOA / 2015
3) Elaboração de Créditos Suplementares 2015 (Portarias da SOF)
4) Ato Normativo nº. 065/2014-STM

À CPROC,

1. Considerando a necessidade de ajustar a execução orçamentária constante do Plano de Ação do corrente exercício financeiro, essa Coordenadoria deverá providenciar a elaboração de créditos suplementares, observado os prazos definidos pela legislação específica, como segue:

- Outros Custeios e Capital: Ajustar as necessidades correntes da JMU (Primeira e Segunda Instâncias), quando oportuno;
- Pessoal e Encargos Sociais: preparar projeção das despesas tomando em conta a execução mensal do corrente ano;
- Idem, para os benefícios a servidor;
- Encaminhar os respectivos créditos, por meio eletrônico, à SOF/MP, até as datas limites estabelecidas pela SOF.

2. Apresentar os documentos consequentes para Despacho com Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente e para encaminhamento ao CNJ, no que couber.

Brasília, DF, em 14 de abril de 2015.


Afonso Ivan Machado
Secretário de Planejamento

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE GERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Informação nº 4/SEPLA/CPROC/SEGEO

Do: Coordenador de Programação Orçamentária
Ao: Secretário de Planejamento

Referência: Portaria nº 15/SOF/MPOG, de 28 de abril de 2015;
Portaria nº 16/SOF/MPOG, de 29 de abril de 2015; e
Resolução CNJ nº 199, de 7 de outubro de 2014.

Assunto: Elaboração de Créditos Suplementares – **Suplementação**

Senhor Secretário,

Informo a Vossa Senhoria a necessidade de créditos para pagamento do Auxílio Moradia aos Magistrados da Justiça Militar da União segundo Resolução CNJ nº 1999/2015 e tendo em vista que não há dotação na LOA 2015 para arcar com essas despesas.

Abaixo segue a programação para a alteração de crédito junto a Secretaria de Orçamento Federal:

1. Tipo do pedido:

- 1.1 Tipo: 100 – Suplementação de subtítulos de projetos, atividades e operações especiais até o limite de 20% do respectivo valor constante da LOA – 2015. A fonte dos recursos pode ser: Anulação de 20% das dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2015, à conta de quaisquer fontes de recursos; nas reservas de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; excesso de arrecadação de receitas próprias; excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional; superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.
- 1.2 Classificação da alteração: Crédito Suplementar.

2. Classificação Funcional:

2.1 Destino:

Ação/PO – 02.061.0566.4225.0001 0001– Julgamento de Processos - JUPROC.

3. Detalhamento da ação de destino: 4225 0001

- 4.1 Esfera: 1 – Fiscal;
- 4.2 Grupo de Natureza de Despesa - GND: 3;
- 4.3 Modalidade: 90;
- 4.4 Fonte: 100;
- 4.5 Suplementação: **R\$ 1.540.000,00.**

4. **Memória de cálculo:**

Crédito Suplementar para Auxílio Moradia

Auxílio	Liquidado até abril (a)	Liquidado em abril (b)	Estimativa até dezembro (c) = (b)*8	Estimativa de gasto em 2015 (d) = (c) + (a)	Necessidade
Moradia	492.480,63	131.007,23	1.048.057,84	1.540.538,47	1.540.000,00

Fonte: SIAFI 2015.

5. **Justificativas:**

8.1 Indique a necessidade da alteração orçamentária.

Solicitação de crédito suplementar para pagamento do Auxílio Moradia dos Magistrados da Justiça Militar da União segundo a Resolução CNJ nº 199, de 7 de outubro de 2015 que estabelece a concessão desse Auxílio. A suplementação é necessária já que os recursos previstos na LOA 2015 não são suficientes para arcar com essa rubrica.

8.2 Descreva o impacto do cancelamento de dotações.

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

8.3 Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas desse Auxílio até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

8.4 Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com a concessão de benefícios aos Magistrados a partir desse exercício financeiro.

Brasília, 11 de maio de 2015.



CAMILO REY LAURETO
Supervisor da Seção de Gerência Orçamentária



RICARDO BARBOSA LEAL
Coordenador de Programação Orçamentária

De Acordo com o informado.
Providencie.



AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 44186

Tipo de Crédito: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc:

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

		Data Emissão:				Data Assinatura:				Data Publicação:			
Programática / P. O.	Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP Lei	Suplem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplem. por Excesso.
Órgão:	13000- Justiça Militar da União												
Unidade:	13101- Justiça Militar da União												
0566	Prestação Jurisdicional Militar												
0566 4225	Processamento de Causas na Justiça Militar da União	02-061	10										
0566 4225 0001	Processamento de Causas na Justiça Militar da União - Nacional			PLOA									
0566 4225 0001 0001	Julgamento de Processos				3.3.50	100	0	9999	2				
Total Geral													

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

21/05/2015 12:44



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 44186 - Auxílio Moradia dos Magistrados

Tipo de Crédito: 100

Indique a necessidade da alteração orçamentária

Solicitação de crédito suplementar para pagamento do Auxílio Moradia dos Magistrados da Justiça Militar da União segundo a Resolução CNJ nº 199, de 7 de outubro de 2015 que estabelece a concessão desse Auxílio. A suplementação é necessária já que os recursos previstos na LOA 2015 não são suficientes para arcar com essa rubrica.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

Não haverá impacto no cancelamento de dotações da Justiça Militar da União em decorrência do tipo de crédito utilizado.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 não serão suficientes para executar as despesas desse Auxílio até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

Usuário: CAMILO REY LAURETO

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Haverá aumento dos gastos com a concessão de benefícios aos Magistrados a partir desse exercício financeiro.

Usuário: CAMILO REY LAURETO



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 44186

Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

Esfera Orçamentária	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Órgão/Unidade Orçamentária	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13000 Justiça Militar da União	1.540.000	0	1.540.000
13101 Justiça Militar da União	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Grupo Natureza de Despesa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Fonte	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
UO/Fonte	Suplementação	Cancelamento	Diferença
13101 Justiça Militar da União	1.540.000	0	1.540.000
100 Recursos Ordinários	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Modalidade de Aplicação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
RP de Lei	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Função	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Tipo de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Tipo de Instrumento Legal	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0566 - Prestação Jurisdicional Militar	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Tipo de Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
4225 - Processamento de Causas na Justiça Militar da União	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
44186 - Auxílio Moradia dos Magistrados(Tipo 100)	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000
Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	1.540.000	0	1.540.000
TOTAL-GERAL	1.540.000	0	1.540.000

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002209-44.2015.2.00.0000**

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

DESPACHO

Remetam-se os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DAO para emissão de parecer a respeito da proposta ora apresentada.

Após, voltem os autos conclusos.

À Secretaria Processual, para as providências cabíveis.

Brasília, 21 de maio de 2014.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Conselheira

Inclusão de Nota Técnica e Proposta de Parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Nota Técnica nº. 02/2015

Referência: Resolução CNJ Nº. 68/2009.

Assunto: Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A. INTRODUÇÃO

01. Esta Nota Técnica foi elaborada em atendimento ao art. 3º da Resolução CNJ nº 68 e tem o objetivo de oferecer subsídios ao Conselho Nacional de Justiça para a análise das solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com vistas à emissão do Parecer previsto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015.

02. O processo foi autuado sob o nº **PAM 0002209-44.2015.2.00.0000**, tendo sido, nos termos do art. 3º da Resolução nº 68/CNJ, de 03 de março de 2009, designado como Relatora a Conselheira **Ana Maria Duarte Amarante Brito**.

03. As propostas de créditos adicionais foram encaminhadas pelos respectivos Órgãos diretamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, dentro da autonomia administrativa e financeira garantida pelo artigo 99 da Constituição Federal e nos termos dos arts. 4º e 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015. Concomitantemente, foram encaminhadas a este Conselho, para a emissão do Parecer, atendendo ao estabelecido no art. 3º da Resolução nº 68 CNJ.

(fl. 2 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

04. Os créditos adicionais, conforme define a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos seus arts. 40 a 46, constituem-se em mecanismos de retificação do orçamento anual para corrigir falhas de programação ou atender situações não previstas na fase de sua elaboração, referindo-se a autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

05. Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

06. A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

07. As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, em acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

08. Acrescente-se que, conforme previsto no § 1º do art. 38 da LDO-2015, os créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, com oferecimento de recursos compensatórios dos próprios Órgãos, serão abertos, no âmbito do Poder Judiciário, por ato dos Presidentes dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

09. Na aplicação desse dispositivo é vedado o cancelamento de despesas (§ 3º do art. 40 da LDO – 2015):

- a) Financeiras para suplementação de despesas primárias;
- b) Obrigatórias, exceto para suplementação de despesas da mesma espécie; e
- c) Discricionárias para suplementação de despesas obrigatórias.

10. As alterações orçamentárias ora analisadas são aquelas que necessitam de autorização legislativa (créditos especiais e créditos

(fl. 3 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

suplementares para situações não contidas na autorização dada pelo Congresso Nacional por meio da LOA 2015) e de decreto do Poder Executivo (créditos adicionais suplementares para situações contidas na autorização dada pelo Congresso na LOA 2015 e não passíveis de abertura por ato próprio dos Tribunais).

11. As alterações orçamentárias são reguladas pela legislação anual que rege a matéria, a saber:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 – LDO 2015, em especial os arts. 38 a 50;

b) Lei Orçamentária Anual – Lei 13.115, de 20 de abril de 2015 – LOA 2015, em especial o art. 4º; e

c) Portarias da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – Portarias nº 15 e 16, respectivamente, de 28 e 29 de abril de 2015.

12. Os ajustes orçamentários são propostos em diferentes prazos no transcorrer do exercício, estabelecidos na legislação, em especial nas Portarias da SOF. As presentes solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em 15 de maio passado.

13. Ressalte-se que as análises sobre as propostas dos Órgãos foram realizadas com a utilização de dados buscados no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), em complemento às informações prestadas via ofício, haja vista o grande volume de informações inseridas nesse sistema e seu nível de detalhamento.

(fl. 4 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

B. RESUMO DAS SOLICITAÇÕES

14. Nesta fase de revisão orçamentária do exercício de 2015 (primeira quinzena de maio), foram propostos pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, créditos adicionais, especiais e suplementares, no valor de **R\$ 163.413.891,00 (cento e sessenta e três milhões, quatrocentos e treze mil e oitocentos e noventa e um reais)** conforme tabela abaixo:

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS		RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS		RECURSOS DO TESOUREIRO		TOTAL
ÓRGÃO	LEI	DECRETO	LEI	DECRETO	LEI	DECRETO	
JM	-	-	-	-	-	54.020.000	54.020.000
JE	4.711.223	-	-	2.315.677	-	23.886.657	30.913.557
TJDF	-	-	-	8.918.731	-	69.561.603	78.480.334
TOTAL	4.711.223	-	-	11.234.408	-	147.468.260	163.413.891

C. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS SOLICITADOS POR ÓRGÃO

C.1. JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

15. Por meio do Ofício nº 289 – PRES/nº 65 – SEPLA/CPROC, de 15 de maio de 2015, o Superior Tribunal Militar solicitou parecer sobre proposta de crédito adicional suplementar no montante de **R\$ 54.020.000,00 (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais)** para o atendimento das necessidades abaixo apresentadas, pelos seguintes pedidos no SIOP:

R\$ 1,00

Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOUREIRO	TOTAL
Decreto	44.191	-	-	9.700.000	9.700.000
	44.190	-	-	42.000.000	42.000.000
	44.187	-	-	780.000	780.000
	44.186	-	-	1.540.000	1.540.000
	Total	-	-	54.020.000	54.020.000

16. Na sequência, demonstrativo do total solicitado por grupo de natureza de despesa e finalidade:

(fl. 5 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	FINALIDADE DOS CRÉDITOS	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOUREIRO	TOTAL
1 - Pessoal e encargos sociais	Pessoal - folha normal	-	-	9.700.000	9.700.000
1 - Pessoal e encargos sociais	exercícios anteriores - passivos	-	-	42.000.000	42.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal	-	-	780.000	780.000
3 - Outras Despesas Correntes	Ajuda de custo para Moradia de Magistrados	-	-	1.540.000	1.540.000
TOTAL		-	-	54.020.000	54.020.000

17. A seguir será apresentado, em quadros individualizados, o detalhamento dos créditos adicionais solicitados, por pedido SIOP, seguidos das justificativas apresentadas pelo órgão para as necessidades de recursos. Em cada quadro é citado o tipo de crédito solicitado, a autorização necessária para sua abertura e o amparo legal para a solicitação.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.191 - PESSOAL INSUFICIÊNCIA				Fonte de recursos proposta			Total
Tipo de crédito: Suplementar							
Autorização necessária: Decreto							
Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso VI, alínea b (tipo 101).							
UO/Ação	GND	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro		
13101- Justiça Militar da União							
0C04 Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	1	100	-	-	9.700.000	9.700.000	

18. A estimativa de gastos até o final do exercício com pessoal e encargos sociais no órgão, com base na média das despesas realizadas nos meses de janeiro a abril, indica que a dotação constante da Lei Orçamentária não será insuficiente, sendo o déficit projetado no valor do crédito ora solicitado, conforme demonstrado a seguir:

Crédito Suplementar para a Folha de Pagamento

Ativo	Liquidado até abril (a)	Liquidação média (b) = (a)/4	Estimativa até dezembro (c) = (b)*9,3	Estimativa de gasto em 2015 (d) = (c) + (a)	Dotação Inicial Total com Pessoal LOA 2015 (i)	Necessidade (i) - [(h) + (d)]
20TP	47.472.931,81	11.868.232,95	110.374.566,46	157.847.498,27		
Inativo	Liquidado até abril (e)	Liquidação média (f) = (e)/4	Estimativa até dezembro (g) = (f)*9	Estimativa de gasto em 2015 (h) = (e) + (g)	Dotação Inicial Total com Pessoal LOA 2015 (i)	Necessidade (i) - [(h) + (d)]
0181	54.525.278,99	13.631.319,75	122.681.877,73	177.207.156,72		
Total (Ativo + Inativo)	101.998.210,80	25.499.552,70	233.056.444,19	335.054.654,99	325.351.983,00	-9.702.671,99

Obs 1: o item (c) foi projetado considerando o pagamento da gratificação natalina (13º salário) e 1/3 de férias.

Obs2: o item (g) foi projetado considerando o pagamento da gratificação natalina (13º salário).

Fonte: SIAFI 2015

(fl. 6 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.190 - PESSOAL PASSIVOS Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso VI, alínea b (tipo 101).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
13101- Justiça Militar da União			-	-	42.000.000	42.000.000
0C04 Provento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	1	100	-	-	42.000.000	42.000.000

19. Trata-se de solicitação relativa a diversos tipos de despesas de exercícios anteriores - passivos administrativos de pessoal da Justiça Militar da União, conforme demonstrado a seguir:

PASSIVOS TRABALHISTAS

R\$ Mil

FATO GERADOR E ATO LEGAL	TIPO VALOR (*)	TOTAL	
		QTDE SERVIDORES	FINANCEIRO
TOTAL GERAL	Principal		12.801.803,69
	Correção		8.794.834,97
	Juros		21.762.505,53
	TOTAL	542	43.359.144,18
PAE	Principal		5.312.223,67
	Correção		5.520.378,62
	Juros		10.896.069,75
SUBTOTAL		156	21.728.672,04
QUINTOS	Principal		3.247.131,54
	Correção		3.219.625,69
	Juros		5.517.621,32
SUBTOTAL		203	11.984.378,55
URV	Juros		5.348.814,46
SUBTOTAL		158	5.348.814,46
Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189)	Principal		177.534,52
SUBTOTAL		2	177.534,52
Adicional por tempo de serviço (Lei 8.112/90, art. 67)	Principal		170.881,36
SUBTOTAL		2	170.881,36
Diferença de funções comissionadas e cargos em comissões	Principal		295.887,26
SUBTOTAL		8	295.887,26
Abono Permanência - valor da contribuição previdenciária (art. 40 § 19 da Constituição Federal)	Principal		99.040,24
SUBTOTAL		2	99.040,24
Licença Prêmio Indenizada (Resolução CSJT Nº 72/2010)	Principal		3.048.292,87
SUBTOTAL		7	3.048.292,87
Opção art. 193 da Lei nº 8.112/90	Principal		450.812,23
	Correção		54.830,66
SUBTOTAL		4	505.642,89

Correção e juros até: abril/2015

20. São despesas decorrentes de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores, não pagos por falta de recursos orçamentários.

21. É necessário considerar que os dados constantes do processo não nos permitem verificar o amparo desses pagamentos em decisões administrativas do Tribunal. O parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado, no entanto, não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

22. No que se refere ao passivo denominado “quintos”, este foi objeto de julgamento do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO. GRATIFICAÇÃO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. TRANSFORMAÇÃO EM VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA – VPNI. ARTIGOS 62-A DA LEI 8.112/90, 3º E 10 DA LEI 8.911/94, 3º DA LEI 8.624/98, E 3º DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.225-45/2001. PERÍODO DE 8/4/1998 A 5/9/2001. DIREITO RECONHECIDO. PRECEDENTES. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no âmbito da Terceira Seção, no sentido de que é possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada no período de 08 de abril de 1998 – data do início da vigência da Lei 9.624/98 – até 05 de setembro de 2001 – data referente ao início da vigência da MP 2.225-45/01.” (fls. 242)

23. O STF, em 19/03/2015, deu provimento ao recurso, no seguintes termos:

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, apreciando o tema 395 da repercussão geral, conheceu do recurso extraordinário, vencidos os Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. Em seguida, o Tribunal, por maioria, deu provimento ao recurso extraordinário, vencidos os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. O Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos servidores até esta data, nos termos do voto do relator, cessada a ultra-atividade das incorporações concedidas indevidamente, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.03.2015.”

24. Assim, este Departamento manifesta-se desfavorável ao atendimento da dotação solicitada para o pagamento dessa despesa.

(fl. 8 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.187 - BENEFÍCIOS INSUFICIÊNCIA Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XVI (tipo 157a).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
13101- Justiça Militar da União			-	-	780.000	780.000
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3	100			48.000	48.000
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3	100			732.000	732.000

25. Solicitação de crédito suplementar, com recursos do Tesouro, em decorrência do reajuste no valor per capita do auxílio alimentação, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Em adição, solicita-se também crédito suplementar para custear as despesas com Auxílio-Transporte já que os recursos autorizados na Lei Orçamentária de 2015 não serão suficientes para fazer frente com o custeio dessa ação.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.186 - AUXÍLIO MORADIA Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso I (tipo 100).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
13101- Justiça Militar da União			-	-	1.540.000	1.540.000
4225 Processamento de Causas na Justiça Militar da União	3	100	-	-	1.540.000	1.540.000

26. O crédito suplementar solicitado visa ao atendimento de despesas com o pagamento da ajuda de custo para moradia aos magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

27. O Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux, relator da Ação Civil Originária STF n. 1.946, concedeu a tutela antecipada a fim de que todos os magistrados da Justiça Militar tenham o direito a receber a ajuda de custo para moradia, previsto no art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35, de 1979, nos

(fl. 9 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

mesmos termos em que deferido o pedido na AO 1.773, formulada pelos juízes federais.

28. A decisão nos autos da AO 1.773 foi exarada nos seguintes termos:

Em 15/09/2014: "[...] Ex positis, e considerando, primordialmente, que o CNJ já reconhece o direito à ajuda de custo para fins de moradia aos magistrados e Conselheiros que lá atuam, ex vi da sua Instrução Normativa nº 9, de 8 de agosto de 2012, tendo em vista que todos os magistrados desta Corte têm o direito à ajuda de custo assegurado por ato administrativo, haja vista que os Membros do Ministério Público Federal, inúmeros Juízes de Direito e Promotores de Justiça já percebem o referido direito, e em razão, também, da simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas com um eminente caráter nacional, DEFIRO a tutela antecipada requerida, a fim de que todos os juízes federais brasileiros tenham o direito de receber a parcela de caráter indenizatório prevista no artigo 65, inciso II, da LC nº 35/79, aplicando-se como regra aplicável para a concessão da referida vantagem,: i) o artigo 65 da LOMAN ora referido, que, apenas, veda o pagamento da parcela se, na localidade em que atua o magistrado, houver residência oficial à sua disposição; ii) os valores pagos pelo STF a título de auxílio-moradia a seus magistrados.[...]" .

29. Como a decisão cautelar ocorreu em 15 de setembro de 2014, com a regulamentação em 07 de outubro de 2014, o impacto orçamentário decorrente não foi inserido na Proposta do Orçamento para 2015, a qual já estava em trâmite no Congresso Nacional.

30. Convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar, inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber. Foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

31. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

(fl. 10 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

C.2. JUSTIÇA ELEITORAL

32. Por meio do Ofício nº 1.934 SOF, de 18 de maio de 2015, o Tribunal Superior Eleitoral solicitou parecer sobre proposta de créditos adicionais (especiais e suplementares) no montante de **R\$ 30.913.557,00 (trinta milhões, novecentos e treze mil e quinhentos e cinquenta e sete reais)** para o atendimento das necessidades abaixo apresentadas, pelos seguintes pedidos no SIOP:

R\$ 1,00

Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Lei	43271 - Tipo 120	700.000	-	-	700.000
	44252 - Tipo 200	4.011.223	-	-	4.011.223
Decreto	44096 - TIPO 157	-	-	14.465.657	14.465.657
	44236 - Tipo 154	-	-	9.421.000	9.421.000
	44308 - Tipo 100	-	2.315.677	-	2.315.677
	Total	4.711.223	2.315.677	23.886.657	30.913.557

33. Na sequência, demonstrativo do total solicitado por grupo de natureza de despesa e finalidade:

R\$ 1,00

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	FINALIDADE DOS CRÉDITOS	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios	-	-	14.465.657	14.465.657
3 - Outras Despesas Correntes	Fundo Partidário	-	-	9.421.000	9.421.000
3 - Outras Despesas Correntes	Concursos FTE 150	-	2.315.677	-	2.315.677
4 - Investimentos	Despesas Administrativas	700.000	-	-	700.000
4 - Investimentos	Obras	4.011.223	-	-	4.011.223
TOTAL		4.711.223	2.315.677	23.886.657	30.913.557

34. A seguir será apresentado, em quadros individualizados, o detalhamento dos créditos adicionais solicitados, por pedido SIOP, seguidos das justificativas apresentadas pelo órgão para as necessidades de recursos. Em cada quadro é citado o tipo de crédito solicitado, a autorização necessária para sua abertura e o amparo legal para a solicitação.

R\$ 1,00								
Pedido SIOP: 43.271 - Despesas Administrativas Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO 2015, art. 39 - (tipo 120).				Fonte de recursos proposta			Total	
UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro		
14114- Tribunal Regional Eleitoral do Pará				700.000	-	-	700.000	
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na				4	100	700.000	-	700.000

(fl. 11 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

35. A solicitação visa reforçar a ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral” no TRE-PA para viabilizar a aquisição de dois veículos utilitários para atender as correições eleitorais e a fiscalização de obras no interior do Estado. Será possível ainda adquirir 250 monitores para a implantação do sistema eletrônico de informações previsto para este exercício, além de aquisição de um elevador plataforma para dar acessibilidade aos usuários do Edifício Sede da Justiça Eleitoral.

36. Está sendo oferecido como compensação o mesmo valor de R\$ 700.000,00, dotação prevista para a Construção do Cartório Eleitoral de Soure. Esta dotação é originária de emenda parlamentar individual, no entanto, este Cartório foi construído e entregue no exercício de 2014, não havendo mais necessidade de recursos para essa finalidade.

37. As dotações incluídas no orçamento por emenda parlamentar individual são de execução obrigatória, nos termos do art. 56 da LDO 2015. Por essa razão, para acompanhar o projeto de lei ora proposto, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará solicitou autorização ao Deputado Federal Wladimir Afonso da Costa Rabelo, autor da emenda, por meio do Ofício nº 993/2015-GAB/DG, de 28 de abril de 2015. A autorização foi concedida em despacho lavrado pelo parlamentar no corpo do próprio ofício.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44252 - obras Tipo de crédito: Especial Autorização necessária: Lei Amparo: LDO 2015, art. 39 - (tipo 200).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
14109- Tribunal Regional Eleitoral de Goiás			330.000	-	-	330.000
7T81 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Itaberai - GO	4	127	330.000	-	-	330.000
14110- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão			653.505	-	-	653.505
14B2 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Tutóia -	4	100	270.000	-	-	270.000
153I Construção de Cartório Eleitoral no Município de Urbano Santos - MA	4	100	270.000	-	-	270.000
153J Construção de Cartório Eleitoral no Município de Matinha - MA	4	100	113.505	-	-	113.505
14117- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco			2.300.000	-	-	2.300.000
14ET Construção de Cartório Eleitoral no Município de Limoeiro - PE	4	100	1.400.000	-	-	1.400.000
	4	300	900.000	-	-	900.000
14119- Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro			727.718	-	-	727.718
14FV Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito - RJ	4	127	727.718	-	-	727.718
Total			4.011.223	-	-	4.011.223

(fl. 12 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

38. Para suporte desta solicitação, foram oferecidos recursos compensatórios, de igual montante, das ações elencadas a seguir, e informado pelos TREs que não haverá impacto com seus cancelamentos:

R\$ 1,00			
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios
14101- Tribunal Superior Eleitoral			1.057.718
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3	127	1.057.718
14110- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão			653.505
7U17 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Anajatuba - MA	4	100	653.505
14117- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco			2.300.000
14QG Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Camaragibe - PE	4	100	1.400.000
7T86 Reforma e Ampliação do Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - PE	4	300	900.000
Total			4.011.223

39. A obra de Construção do Cartório Eleitoral de Itaberaí-GO está sendo retomada. Consta da Lei Orçamentária 2013 e foi paralisada em 2014 em razão de reiterados descumprimentos contratuais por parte da empresa contratada. Para viabilizar o crédito necessário, o TSE está oferecendo parcela da dotação da ação de julgamento de causas e gestão administrativa.

40. O TRE – MA necessita de créditos para as obras de construção dos cartórios eleitorais em Tutóia, Urbano Santos e Matinha, cujos trâmites para a doação dos terrenos estão sendo finalizados. Oferece como compensação a dotação para a obra de construção do Cartório Eleitoral de Anajatuba, cujo processo de doação do terreno enfrenta problemas, inviabilizando a construção desse imóvel no exercício de 2015.

41. O TRE – PE solicitou a alteração orçamentária em virtude da priorização dada à conclusão da obra do Fórum Eleitoral de Limoeiro, que já se encontra com as fundações executadas, tendo sido sua retomada ainda neste ano de 2015 já autorizada pela direção. Em função dessa priorização, fica adiada a reforma e ampliação do anexo II do TRE. Em relação à obra de ampliação do imóvel para armazenamento de urnas eletrônicas de Camaragibe, não haverá tempo hábil para o início da em 2015. Os projetos executivos não foram finalizados, os quais devem ainda ser analisados pela

(fl. 13 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura para posterior início do processo licitatório.

42. O TRE – RJ necessita de crédito para despesas referentes à obra de construção do cartório eleitoral no município de Rio Bonito. Essa obra constava do orçamento de 2014 e devido a pendências verificadas pela fiscalização do contrato, o pagamento não foi realizado. Entretanto, em razão da maior parte do contrato já ter sido executado, há obrigação daquele Tribunal quanto à quitação do débito. Para viabilizar o crédito necessário, o TSE está oferecendo parcela da dotação da ação de julgamento de causas e gestão administrativa.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.096 - Benefícios Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XVI (tipo 157a).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
TSE e TREs (exceto TRE-RR)			-	-	14.465.657	14.465.657
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3	100	-	-	2.350.830	2.350.830
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	3	100	-	-	1.522.200	1.522.200
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	3	100	-	-	368.035	368.035
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	3	100	-	-	10.224.592	10.224.592

43. Crédito necessário ao TSE e aos TRE para atender às despesas relativas à implementação dos reajustes dos benefícios Auxílio-Alimentação e Assistência Pré-Escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 01, de 18.3.2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, publicada no D.O.U. de 19.3.2015. Também para a manutenção dos valores em execução para os benefícios Assistência Médica e Odontológica e Auxílio Transporte.

44. As necessidades de crédito foram embasadas em projeções realizadas a partir das execuções apuradas, dos quantitativos físicos de beneficiários publicados pelos Tribunais Regionais Eleitorais nos respectivos sítios da internet, relativos ao mês de março/2015, e dos custos unitários aprovados para o presente exercício.

(fl. 14 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.236 - Fundo Partidário Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XI, alínea b (tipo 154).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	GND	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
14901- Fundo Partidário			-	-	9.421.000	9.421.000
0413 Manutenção e Operação dos Partidos Políticos	3	374	-	-	9.421.000	9.421.000

45. Crédito solicitado com suporte em superávit financeiro do exercício de 2014 da arrecadação das receitas do Fundo Partidário (Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas), conforme demonstrado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, divulgado pela Portaria da Subsecretaria de Contabilidade Pública / STN nº 176, de 30 de março de 2015.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.308 - Concursos - fte 150 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso I, alínea c (tipo 100).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	GND	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
14108- Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo			-	234.800	-	234.800
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3	150	-	234.800	-	234.800
14111- Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso			-	1.813.377	-	1.813.377
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3	150	-	1.813.377	-	1.813.377
14117- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco			-	187.500	-	187.500
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3	150	-	187.500	-	187.500
14123- Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			-	80.000	-	80.000
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3	150	-	80.000	-	80.000
Total			-	2.315.677	-	2.315.677

46. Esta solicitação de crédito, amparada nas receitas oriundas das taxas de inscrição de concursos públicos, visa prover os TREs solicitantes de meios necessários à contratação dos serviços para a consecução dos respectivos concursos.

(fl. 15 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

47. Por meio do Ofício Nº 17.874/GPR, de 15 de maio de 2015, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios solicitou parecer sobre proposta de créditos adicionais suplementares no montante de **R\$ 78.480.334,00 (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil e trezentos e trinta e quatro reais)**, para o atendimento das necessidades abaixo apresentadas, pelos seguintes pedidos no SIOP:

R\$ 1,00					
Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Decreto	44.219	-	-	40.976.979	40.976.979
	44.222	-	-	5.223.014	5.223.014
	44.210	-	-	23.361.610	23.361.610
	44.221	-	8.918.731	-	8.918.731
	Total	-	8.918.731	69.561.603	78.480.334

48. Na sequência, demonstrativo do total solicitado por grupo de natureza de despesa e finalidade:

R\$ 1,00					
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	FINALIDADE DOS CRÉDITOS	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
1 - Pessoal	Anexo V - Reserva de contingência	-	-	14.645.474	14.645.474
1 - Pessoal	Passivos	-	-	4.794.542	4.794.542
1 - Pessoal	Acúmulo de função - Magistrados	-	-	14.508.844	14.508.844
1 - Pessoal	Contribuição Patronal	-	-	7.028.119	7.028.119
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios	-	-	5.223.014	5.223.014
3 - Outras Despesas Correntes	Auxílio-Moradia de Magistrados	-	-	17.136.692	17.136.692
3 - Outras Despesas Correntes	Indenização oficiais de justiça	-	-	6.224.918	6.224.918
4 - Investimentos	Despesas Administrativas FTE 181	-	8.918.731	-	8.918.731
TOTAL		-	8.918.731	69.561.603	78.480.334

49. A seguir será apresentado, em quadros individualizados, o detalhamento dos créditos adicionais solicitados, por pedido SIOP, seguidos das justificativas apresentadas pelo órgão para as necessidades de recursos. Em cada quadro é citado o tipo de crédito solicitado, a autorização necessária para sua abertura e o amparo legal para a solicitação

(fl. 16 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.219 - Anexo V, passivos e acúmulo de função. Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso VI, alínea b (tipo 101).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal			-	-	40.976.979	40.976.979
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1	300	-	-	3.885.875	3.885.875
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1	300	-	-	7.028.119	7.028.119
20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União	1	300	-	-	30.062.985	30.062.985

50. Trata-se de créditos suplementares para despesas com pessoal e encargos sociais do TJDF. Com a aprovação da Lei nº 13.057/2014, que cria 580 cargos para a Justiça do DF e Territórios, o Tribunal solicita a liberação da reserva de contingência da referida Lei que consta no Anexo V da LOA 2015 (PL 7722/2014), no valor de R\$ 5.645.474. Tendo em vista o valor da dotação constante dessa reserva não ser suficiente para dar posse a todos os cargos previstos pela referida lei no ano de 2015, faz-se necessário uma suplementação de R\$ 9.000.000,00 para que a lei seja implementada na sua totalidade.

51. As dotações para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que se encontram em reserva de contingência no Poder Executivo, devem ser entregues aos órgãos quando da aprovação dos projetos de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

52. Neste pedido está incluído o valor de R\$ 4.794.542,00 destinado ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos. As referidas dívidas são: abono de permanência, diferença de quintos/décimos, licença prêmio convertida em pecúnia, vantagem do art. 184, inciso II, VPNI, diferença do teto constitucional, diferença DAS - Lei nº. 9.030/95, acerto financeiro com reintegração, acerto financeiro da VRD - Verba Remuneratória Destacada e correção monetária de FC/CJ.

53. São despesas decorrentes de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores, não pagos por falta de recursos orçamentários.

(fl. 17 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

54. É necessário considerar que os dados constantes do processo não nos permitem verificar o amparo desses pagamentos em decisões administrativas do Tribunal. O parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado, no entanto, não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

55. No que se refere ao passivo denominado VPNI, que se refere à incorporação de quintos, este foi objeto de julgamento do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO. GRATIFICAÇÃO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. TRANSFORMAÇÃO EM VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA – VPNI. ARTIGOS 62-A DA LEI 8.112/90, 3º E 10 DA LEI 8.911/94, 3º DA LEI 8.624/98, E 3º DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.225-45/2001. PERÍODO DE 8/4/1998 A 5/9/2001. DIREITO RECONHECIDO. PRECEDENTES. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no âmbito da Terceira Seção, no sentido de que é possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada no período de 08 de abril de 1998 – data do início da vigência da Lei 9.624/98 – até 05 de setembro de 2001 – data referente ao início da vigência da MP 2.225-45/01.” (fls. 242)

56. O STF, em 19/03/2015, deu provimento ao recurso, nos seguintes termos:

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, apreciando o tema 395 da repercussão geral, conheceu do recurso extraordinário, vencidos os Ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. Em seguida, o Tribunal, por maioria, deu provimento ao recurso extraordinário, vencidos os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. O Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos servidores até esta data, nos termos do voto do relator, cessada a ultra-atividade das incorporações concedidas indevidamente, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.03.2015.”

(fl. 18 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

57. Assim, este Departamento manifesta-se desfavorável ao atendimento da dotação solicitada para o pagamento dessa despesa.

58. Por fim, por força da Lei nº. 13.094/2015 que instituiu a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição devida aos membros da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a necessidade de suplementação para a referida despesa no presente exercício é de R\$ 14.508.844, apurada com base na Resolução nº 4, de 29/04/2015, do Tribunal Pleno Administrativo do TJDF.

Pedido SIOP: 44.222 - Benefícios Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XVI (tipo 157a).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal			-	-	5.223.014	5.223.014
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3	300	-	-	509.550	509.550
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	3	300	-	-	1.055.141	1.055.141
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	3	300	-	-	3.658.323	3.658.323

59. Os recursos são necessários para suprir o déficit orçamentário das despesas com Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-escolar e Assistência Médica e Odontológica. Em relação as despesas com Auxílio-Alimentação e Pré-Escolar, o déficit decorre do reajuste no valor per capita desses benefícios, conforme Portaria Conjunta nº. 1, de 18 de março de 2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

60. No que se refere à Assistência Médica e Odontológica a necessidade decorre da diferença do número de beneficiários projetados no PLOA 2015 e número de beneficiários efetivos até o mês de março de 2015.

(fl. 19 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.210 - auxílio moradia e indeniz. oficiais de justiça Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso I (tipo 100).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal			-	-	23.361.610	23.361.610
4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	3	300	-	-	23.361.610	23.361.610

61. O crédito suplementar solicitado visa ao atendimento de despesas com o pagamento da ajuda de custo para moradia aos magistrados, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

62. Como a regulamentação desse direito ocorreu em 07 de outubro de 2014, o impacto orçamentário decorrente não foi inserido na Proposta do Orçamento para 2015, a qual já estava em trâmite no Congresso Nacional.

63. Convém ressaltar que a Resolução CNJ 199 foi expedida em decorrência da decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, a qual é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar, inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber. Foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

64. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação do Tribunal de efetuar o pagamento.

65. Está, também, inserido nesta solicitação o valor de R\$ 6.224.917,00, destinado a viabilizar reajuste pleiteado no valor da indenização aos Oficiais de Justiça. O pleito é de elevar o valor unitário de R\$ 1.166,50 para R\$ 2.778,00.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: 44.221 - Projus - recursos de convênio Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso V III (tipo 152).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal			-	8.918.731	-	8.918.731
4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	4	181	-	8.918.731	-	8.918.731

66. Crédito solicitado, com suporte em recursos de convênios, para o atendimento de despesas com a atualização da solução *storage*.

D. CONSIDERAÇÕES FINAIS

67. As solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) apresentadas visam a corrigir situações de recursos insuficientemente dotados ou não programados na Lei Orçamentária Anual.

68. Como fonte de recursos a dar suporte aos créditos propostos foram pleiteados recursos do Tesouro, oferecidos créditos compensatórios, e indicadas receitas próprias e de convênios.

69. O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

70. As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF.

71. Ressalte-se as seguintes solicitações de dotações:

Para o pagamento das despesas de exercícios anteriores relativas aos “quintos” na Justiça Militar da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em face da decisão do STF no Recurso Extraordinário (RE) 638115, este Departamento manifesta-se desfavorável ao atendimento;

Para parcela das despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

72. Em vista da regularidade das proposições encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal pelas Setoriais Orçamentárias de cada órgão e o das razões expostas no item anterior, este Departamento considera

(fl. 21 da Nota Técnica n. 02 /DOR, de 2015)

pertinentes as alterações orçamentárias solicitadas, manifestando-se **favoravelmente** ao atendimento com as ressalvas acima citadas.

Brasília, 12 de junho de 2015.

ANTONIO CARLOS STANGHERLIN REBELO

Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROPOSTA DE PARECER

PARECER DE MÉRITO Nº 0002209-44.2015.2.00.0000

REQUERENTES: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais ao orçamento de 2015 da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalvas.**

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento

(fl. 2 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, foi solicitado o parecer deste Conselho por meio dos seguintes Ofícios:

Ofício nº 289 – PRES/nº 65 – SEPLA/CPROC, de 15 de maio de 2015, do Superior Tribunal Militar;

Ofício nº 1.934 SOF, de 18 de maio de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral; e

Ofício nº 17.874/GPR, de 15 de maio de 2015, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O quadro a seguir resume os valores dos créditos adicionais solicitados:

							R\$ 1,00
ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS		RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS		RECURSOS DO TESOURO		TOTAL
	LEI	DECRETO	LEI	DECRETO	LEI	DECRETO	
JM	-	-	-	-	-	54.020.000	54.020.000
JE	4.711.223	-	-	2.315.677	-	23.886.657	30.913.557
TJDFT	-	-	-	8.918.731	-	69.561.603	78.480.334
TOTAL	4.711.223	-	-	11.234.408	-	147.468.260	163.413.891

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 02/DOR/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados neste processo e com informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, retornando os autos.

É o Relatório.

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, em acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações

(fl. 4 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

As presentes solicitações foram encaminhadas à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelos órgãos setoriais de planejamento e orçamento das Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral e Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Justiça Militar da União solicitou créditos adicionais suplementares ao seu orçamento de 2015 no montante de **R\$ 54.020.000,00 (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de ato do Poder Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

- a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal neste exercício.

(fl. 5 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VI, alínea “b”

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos, decorrentes de decisões administrativas não atendidas por insuficiência orçamentária.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VI, alínea “b”

c) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I

JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 30.913.557,00 (trinta milhões, novecentos e treze mil e quinhentos e cinquenta e sete reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

(fl. 6 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

DESPESAS COM BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito especial, com anulação de recursos de outras ações, para suplementação das seguintes ações orçamentárias:

- 7T81 – Construção de Cartório Eleitoral no município de Itaberaí – GO;
- 14B2 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Tutóia – MA;
- 153I - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Urbano Santos – MA;
- 153J - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Matinha – MA
- 14ET – Construção de Cartório Eleitoral no município de Limoeiro – PE; e
- 14FV - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito – RJ.

(fl. 7 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

b) Crédito suplementar, com anulação de recursos próprios, para despesas administrativas na ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral” no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

Como o recurso oferecido como compensação é oriundo de emenda parlamentar individual, houve manifestação do parlamentar autor da emenda, favorável ao encaminhamento deste pedido.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar na ação de manutenção e operação dos partidos políticos – Fundo Partidário, com recursos oriundos de superávit financeiro de 2014 das receitas de multas do código eleitoral e leis conexas.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XI, alínea “b”

b) Crédito Suplementar, com recursos oriundos de receitas próprias, para realização de concursos públicos.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, alínea “c”

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 78.480.334,00 (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil e trezentos e trinta e quatro reais).**

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de ato do Poder Executivo para abertura

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal, para

(fl. 8 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

provimento de cargos decorrentes da aprovação da Lei nº 13.057, de 2014 e para despesas de exercícios anteriores - passivos.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. VI, alínea “b”

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de Ajuda de Custo para Moradia aos magistrados, com fundamento na Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014, e para indenização de transporte aos Oficiais de Justiça.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I

b) Crédito Suplementar, com suporte em receitas de convênios, para atualização de *storage*.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VIII

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao

Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 02/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pelos órgãos nos ofícios do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pelos Órgãos solicitantes.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos dos Órgãos, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou ressalvas quanto às seguintes solicitações de dotações:

a) Para o pagamento das despesas de exercícios anteriores – passivos, referentes à incorporação de quintos, na Justiça Militar da União e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em face da decisão do STF no Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, que não reconheceu o direito a essas incorporações. Neste caso, manifestou-se pela emissão de parecer desfavorável.

b) Para a parcela das despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pelas Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral e Justiça do Distrito Federal e dos Territórios visam corrigir situações de recursos

insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de Convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados nos ofícios de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOF, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto às solicitações de créditos para despesas com os passivos denominados “quintos” na Justiça Militar da União e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, bem como para a parcela das despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho.

01. Ênfase que o parecer favorável ao atendimento de créditos solicitados para o pagamento de despesas de passivos não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

02. No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

(fl. 11 Parecer CNJ 0002209-44.2015.2.00.0000)

03. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento

ISTO POSTO, conheço das presentes solicitações para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas acima mencionadas.

Publique-se.

Intimem-se os requerentes.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, de junho de 2015.

Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito

Relatora

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002209-44.2015.2.00.0000**

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO

Certifico que se procedeu às inclusões do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** e do **Superior Tribunal Militar** no polo ativo do presente feito, conforme Ofícios encaminhados, respectivamente, sob os ID 1706710 e 1707405.

Brasília, 24 de junho de 2015.

DAVI ALVARENGA BALDUINO ALA

Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça

Seção de Autuação e Distribuição

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002209-44.2015.2.00.0000**

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO

Certifico que se procedeu às inclusões do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** e do **Superior Tribunal Militar** no polo ativo do presente feito, conforme Ofícios encaminhados, respectivamente, sob os ID 1706710 e 1707405.

Brasília, 24 de junho de 2015.

DAVI ALVARENGA BALDUINO ALA

Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça

29ª Sessão Extraordinária

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002209-44.2015.2.00.0000**

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho decidiu:

I – por unanimidade, incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II – por unanimidade, sobrestar a apreciação do presente feito quanto ao pagamento dos quintos e conceder vista aos Conselheiros Paulo Teixeira, Saulo Casali Bahia e Flavio Sirangelo;

III – por maioria, emitir parecer favorável com relação aos demais pedidos, com ressalva de que não poderá haver pagamento retroativo do auxílio-moradia, nos termos apresentados pela Relatora. Vencidos em parte os Conselheiros Gisela Gondin e Paulo Teixeira quanto à verba destinada ao pagamento do auxílio-moradia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30 de junho de 2015."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrighi, Lelio Bentes Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocchi, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, [Luiza Cristina Frischeisen](#), Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 30 de junho de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Inclusão da cópia do ofício de entrega do Acórdão na Secretaria de Orçamento Federal.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício 288/SG/2015

Brasília, 3 de julho de 2015.

Senhora Secretária,

Ao cumprimentá-la, encaminho a Vossa Senhoria os pareceres deste Conselho e as respectivas certidões de julgamento, relativos às solicitações de créditos adicionais ao orçamento de 2015 dos órgãos orçamentários da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A referida documentação atende ao disposto no art. 41 da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente,


Juiz Fabricio Bittencourt da Cruz
Secretário-Geral

À Senhora
ESTHER DWECK
Secretária de Orçamento Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Brasília – DF

RECEBI O ORIGINAL

Em, 08/08/15 às 13:48h

Maria José
Matr.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

212ª Sessão Ordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002209-44.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após os votos dos Conselheiros videntes, o Conselho aprovou o parecer de mérito, ressalvado os valores destinados ao pagamento dos quintos. Vencidos os Conselheiros Ana Maria, Lelio Bentes e Deborah Ciocci, que eram favoráveis ao pagamento dos quintos. Lavrará o acórdão a Conselheira Ana Maria. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 4 de agosto de 2015."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 04 de agosto de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

EMENTA

PARECER DE MÉRITO. SOLICITAÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL. JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, DA JUSTIÇA ELEITORAL E DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. ORÇAMENTO 2015. NOTA TÉCNICA FAVORÁVEL, COM RESSALVAS, DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO CNJ. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL DA RESOLUÇÃO Nº 68/2009/CNJ. PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS.

I. Os créditos suplementares constituem ajuste prioritário e essencial na correção de situações de recursos insuficientemente dotados ou não programados na Lei Orçamentária Anual.

II. O artigo 99 do texto constitucional estabelece autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, competindo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Proposições feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

IV. Parecer favorável, com ressalvas, à concessão do crédito suplementar adicional pleiteado.

ACÓRDÃO

Após os votos dos Conselheiros vistoros, o Conselho aprovou o parecer de mérito, ressalvado os valores destinados ao pagamento dos quintos. Vencidos os Conselheiros Ana Maria, Lelio Bentes e Deborah Ciocchi, que eram favoráveis ao pagamento dos quintos. Lavrará o acórdão a Conselheira Ana Maria. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 4 de agosto de 2015. Presentes à

sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Parecer de Mérito nas solicitações propostas pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e Territórios, na qual objetivam créditos adicionais, especiais e suplementares para o exercício de 2015.

As Cortes requerentes encaminharam as propostas de créditos adicionais para o ano de 2015 diretamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, nos termos do disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

As mesmas proposições foram encaminhadas a este Conselho para emissão do Parecer, consoante determina o art. 41 da Lei nº 13.080, 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, bem como art. 2º da Resolução 68/2009 do CNJ.

Eis o quadro resumido dos valores dos créditos adicionais solicitados, conforme a natureza:

ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 4.711.223,00	
TJDFT		
TOTAL	R\$ 4.711.223,00	

ÓRGÃO	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 2.315.677,00	
TJDFT	R\$ 8.918.731,00	
TOTAL	R\$ 11.234.408,00	

ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		R\$ 54.020.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL		R\$ 30.913.557,00
TJDFT		R\$ 78.480.334,00
TOTAL		R\$ 163.413.891,00

O quadro abaixo resume os valores dos créditos adicionais solicitados por justiça:

TOTAL DOS VALORES SOLICITADOS	
ÓRGÃO	

JUSTIÇA MILITAR	R\$ 54.020.000
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 30.913,557,00
TJDFT	R\$ 78.480.334,00
TOTAL	R\$ 163.413.891,00

Com esteio no § 1º, do mesmo artigo, os autos foram encaminhados ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho, para elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer (Id 1707314).

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário emitiu Nota Técnica nº 02/DOR/2015, na qual manifestou-se favoravelmente às alterações orçamentárias solicitadas, com exceção, no que toca à Justiça Militar da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, relativamente aos “quintos”, em face da decisão do Pretório Excelso, exarada no bojo do RE 638115/CE, em 19/03/2015. Ressalvou no arrazoadado que não havia necessidade de parecer deste Conselho quanto às parcelas das despesas de pessoal decorrentes de provimento dos cargos, no TJDFT, decorrentes da Lei nº 13.057/2014 (Id 1722266).

É o relatório.

VOTO

Conheço da solicitação de crédito adicional em exame, uma vez que observadas as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 201 e da Resolução nº 68, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O artigo 99 do texto constitucional[1] estabelece autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, competindo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Destina-se à alteração da Lei Orçamentária Anual para ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Os créditos especiais e suplementares, como regra geral, somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Constituição Federal, entretanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, no art. 4º, estipula as regras concernentes à autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados. As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, de acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, sendo que os créditos dependentes de autorização legislativa devem ser encaminhados na primeira quinzena de maio e de setembro, enquanto que, para os créditos dependentes de ato do Poder Executivo, o prazo será a primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento das Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios encaminharam as presentes solicitações à SOF/MP, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Ato contínuo, atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, foi solicitado o parecer deste Conselho por meio dos seguintes ofícios: a) Ofício nº 1.934, SOF, de 18 de maio de 2015, do STM; b) Ofício nº 17.874/GPR, de 15 de maio de 2015, do TJDF-T e c) Ofício nº 289/PRES/nº65 – SEPLA/CPROC, de 15 de maio de 2015, TSE. As aludidas solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em quinze de maio do corrente ano.

Os quadros a seguir sintetizam os valores dos créditos adicionais requeridos:

ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 4.711.223,00	
TJDFT		
TOTAL	R\$ 4.711.223,00	

XX

ÓRGÃO	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITARM		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 2.315.677,00	
TJDFT	R\$ 8.918.731,00	
TOTAL	R\$ 11.234.408,00	

XX

ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		R\$ 54.020.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL		R\$ 30.913.557,00
TJDFT		R\$ 78.480.334,00
TOTAL		R\$ 163.413.891,00

Colaciono, resumidamente, os valores dos créditos adicionais por justiça:

ÓRGÃO	TOTAL DOS VALORES SOLICITADOS
JUSTIÇA MILITAR	R\$ 54.020.000
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 30.913,557,00
TJDFT	R\$ 78.480.334,00
TOTAL	R\$ 163.413.891,00

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Justiça Militar da União solicitou créditos adicionais suplementares ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 54.020.000,00** (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais).

Os créditos solicitados que dependem de ato do Poder Executivo para abertura são os seguintes:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir **déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal** neste exercício, no valor de **R\$ 9.700.000,00** (nove milhões e setecentos mil reais). Solicitação fundamentada no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – **passivos decorrentes de decisões administrativas** não atendidas por insuficiência orçamentária, no montante de **R\$ 42.000.000,00** (quarenta e dois milhões de reais). Requerimento amparado no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

c) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal** (auxílio-transporte e auxílio-alimentação), resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Requerimento com supedâneo no art. 4º, inciso XVI, da LOA 2015, totalizando **R\$ 780.000,00** (setecentos e oitenta mil reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas com a **Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados**, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014. Solicitação escudada no art. 4º, inciso I, da LOA 2015, no importe de **R\$ 1.540.000,00** (Um milhão, quinhentos e quarenta mil reais).

2) JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 30.913.557,00** (trinta milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS (Por ato do Poder Executivo)

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O amparo legal da solicitação é o constante na LOA 2015, art.4º, inciso XVI, para o valor de **R\$ 14.465.657,00** (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (Por ato do Poder Legislativo)

- Amparo para as solicitações: LDO 2015, art.39)

a) Crédito especial, **com anulação de recursos de outras ações**, para suplementação das seguintes ações orçamentárias, perfazendo o total de **R\$ 4.011.223,00** (quatro milhões, onze mil e duzentos e vinte e três reais) :

- 7T81 – Construção de Cartório Eleitoral no município de Itaberaí – GO;
- 14B2 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Tutóia – MA;
- 153I - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Urbano Santos – MA;
- 153J - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Matinha - MA
- 14ET – Construção de Cartório Eleitoral no município de Limoeiro – PE; e
- 14FV - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito – RJ.

b) Crédito suplementar, com **anulação de recursos próprios**, para despesas administrativas na **ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de **R\$ 700.000,00** (setecentos mil reais).

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar na **ação de manutenção e operação dos partidos políticos – Fundo Partidário**, com recursos oriundos de superávit financeiro de 2014 das receitas de multas do Código Eleitoral e leis conexas. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XI, alínea “b”, no total de **R\$ 9.421.000,00** (nove milhões, quatrocentos e vinte um mil reais).

b) Crédito Suplementar, **com recursos oriundos de receitas próprias**, para **realização de concursos públicos**. Solicitação amparada pelo art. 4º, inciso I, alínea “c” da LOA 2015, no valor de **R\$ 2.315.677,00** (dois milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais).

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, correspondente a **R\$ 78.480.334,00** (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e trinta e quatro reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de ato do Poder Executivo para abertura:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para **despesas com a folha de pessoal**, para provimento de cargos decorrentes da aprovação da Lei nº 13.057, de 2014 (R\$ 9.000.000,00) e para despesas de exercícios anteriores – passivos (R\$ 4.794.542,00).

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento **de Ajuda de Custo para Moradia aos magistrados**, com fundamento na Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014, e para indenização de transporte aos Oficiais de Justiça. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, no valor de **R\$ 17.136.692,00** (dezesete milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais).

b) Crédito Suplementar, com suporte em receitas de convênios, para atualização de storage ou SAN, rede destinada ao armazenamento de dados. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VIII, no importe de R\$ 8.918.731,00 (oito milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e trinta e um reais).

CONCLUSÃO

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a darem suporte aos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de Convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados nos ofícios de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Passo a analisar os créditos adicionais solicitados por órgão.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Em relação ao déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal, de fato, constata-se que a média das despesas realizadas nos meses de janeiro a abril indica que a dotação constante na Lei Orçamentária será insuficiente, correspondendo o déficit ao valor do crédito ora solicitado (item 18 da Nota Técnica nº 02/2015, DAO – Id 1722259)

No que concerne aos passivos trabalhistas, é necessário consignar que são despesas decorrentes de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores e que não foram pagas por escassez de recursos.

Neste caso, segundo noticiado pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, não há informações no processo que nos permitam verificar o amparo legal desses pagamentos. No entanto, como o parecer favorável não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao recebimento dos valores, não existe óbice à solicitação, especialmente porque compete à Administração, durante o processo de execução orçamentária, fazer essa avaliação.

No que se refere ao auxílio-alimentação, a suplementação se faz necessária em face do reajuste, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Nada a opor, igualmente, em relação à solicitação de créditos adicionais para custear despesas com auxílio-transporte, em razão da insuficiência dos recursos autorizados na Lei Orçamentária.

No que toca ao crédito suplementar relativo à ajuda de custo para moradia de magistrados, o direito encontra-se regulamentado no âmbito deste Conselho pela Resolução nº 199, de 07/10/2014, bem como existe liminar, concedida pelo relator da ACO nº 1946/STF, Ministro Luiz Fux, determinando o pagamento da ajuda de custo para todos os magistrados da Justiça Militar. Como a análise da matéria pelo STF foi posterior à proposta orçamentária de 2015, o impacto orçamentário dessa despesa não foi previsto e, consequentemente, não se encontra inserido na LOA.

Quanto aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, apreciarei a questão quando examinar solicitação idêntica lançada pelo TJDF.

2) JUSTIÇA ELEITORAL

Em relação à solicitação, merece destaque o crédito suplementar, com anulação de recursos próprios, para despesas administrativas na **ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de R\$ 700.000,00.

Como o recurso oferecido como compensação é oriundo de emenda parlamentar individual, houve manifestação do parlamentar autor da emenda, favorável ao encaminhamento deste pedido.

A solicitação em tela viabilizará a aquisição de dois veículos para atender as fiscalizações de obras no interior bem como as correições eleitorais. Permitirá ainda a aquisição de 250 monitores para implantação do sistema eletrônico de informações, além da aquisição de um elevador plataforma no edifício sede da Justiça Eleitoral.

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Analisando a solicitação de crédito encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, destacamos os seguintes pontos:

Com a aprovação da Lei nº 13.057/2014, que criou cargos para o órgão, o Tribunal, verificando que a dotação constante na reserva não seria suficiente para dar posse a todos os cargos previstos na norma referida, solicitou a liberação da reserva de contingência. Entretanto, em relação a esta solicitação não há necessidade de parecer deste Conselho, conforme previsto no art. 93, §9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A determinação de pagamento da ajuda de custo para moradia dos magistrados, regulamentada pela Resolução/CNJ nº 199, foi determinada em 07/10/2014, por isso mesmo o impacto orçamentário não foi inserido na proposta orçamentária, que já estava em trâmite.

Quanto à indenização de transporte aos Oficiais de Justiça, o pleito é de elevar o valor unitário de R\$ 1.166,50 para R\$ 2.778,00, perfazendo o total de R\$ 6.224.917,00 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais).

Em relação às despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, o incremento decorre do reajuste determinado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No que toca à assistência médica e odontológica, o dispêndio é determinado pelo aumento do número de beneficiários efetivos, até março de 2015, em relação aos números projetados.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

DESPESAS COM PASSIVOS DENOMINADOS “QUINTOS”

No que refere aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, imperioso se fazer um breve histórico sobre a matéria.

O Superior Tribunal de Justiça tinha firmado entendimento no sentido de ser possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada no período de 08 de abril de 1998, data do início da vigência da Lei nº 9.624/98, até 05 de setembro de 2001, período correspondente à entrada em vigor da MP 2.225-45/01.

Nessa toada, na esteira da mencionada jurisprudência, muitas Cortes passaram a pagar a verba, seja em decorrência de decisões administrativas, seja em atendimento a determinações judiciais.

Todavia, em recente julgado, ocorrido em 19/03/2015, o Supremo Tribunal Federal analisou a questão dos “quintos”, no bojo do Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, com repercussão geral, sedimentando entendimento em sentido contrário, reconhecendo a inconstitucionalidade da incorporação da verba. Houve modulação dos efeitos da decisão para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé até a data do julgamento.

Muito embora não seja adequado se incursionar no mérito da legalidade da despesa alegada pelos Tribunais em sede de parecer de mérito, mostra-se razoável sejam examinadas as situações concretas que se descortinam para administração.

Nos casos em que a despesas de passivo de quintos decorrem de decisões administrativas, não há dúvida de que, por cautela, deve este Conselho evitar emitir pronunciamento que viabilize despesa cuja inconstitucionalidade foi reconhecida pelo Pretório Excelso, mormente quando os pagamentos são dotados de considerável irreversibilidade, conforme já assentado neste Conselho (PAM 0002577-24.2013.2.00.0000 e PAM nº 0002516-71.2010.2.00.0000).

Em relação aos pagamentos de passivos de quintos determinados por decisão judicial, contudo, não se pode concluir, de imediato, pela inexigibilidade da verba. Explico-me.

É que a declaração de inconstitucionalidade, como regra, tem o condão de produzir efeitos para todos, mas isso, conforme a jurisprudência assentada no âmbito do STF, não representa dizer que a retroatividade possa alcançar decisões judiciais transitadas em julgado, só por si, sob pena de se macular a segurança jurídica de todo ordenamento jurídico.

Assim, a sentença de mérito transitada em julgado apenas pode ser desconstituída mediante ação rescisória que haja sido proposta na fluência do prazo decadencial previsto em lei. Escoado o prazo decadencial de dois anos, constitui-se a coisa julgada material, insuscetível de ulterior modificação, ainda que o ato sentencial encontre arrimo em legislação que, posteriormente, tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, seja em sede de controle abstrato, seja em fiscalização incidental de constitucionalidade.

Nesse sentido, colaciono precedente do Supremo Tribunal Federal:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - COISA JULGADA EM SENTIDO MATERIAL - INDISCUTIBILIDADE, IMUTABILIDADE E COERCIBILIDADE: ATRIBUTOS ESPECIAIS QUE QUALIFICAM OS EFEITOS RESULTANTES DO COMANDO SENTENCIAL - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL QUE AMPARA E PRESERVA A AUTORIDADE DA COISA JULGADA - EXIGÊNCIA DE CERTEZA E DE SEGURANÇA JURÍDICAS - VALORES FUNDAMENTAIS INERENTES AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA “RES JUDICATA” - “TANTUM JUDICATUM QUANTUM DISPUTATUM VEL DISPUTARI DEBEBAT” - CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE CONTROVÉRSIA JÁ APRECIADA EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE PROFERIDA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - A QUESTÃO DO ALCANCE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 741 DO CPC - MAGISTÉRIO DA DOCTRINA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – (...)

. - A superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal, declaratória de inconstitucionalidade de diploma normativo utilizado como fundamento do título judicial questionado, ainda que impregnada de eficácia “*ex tunc*” - como sucede, ordinariamente, com os julgamentos proferidos em sede de fiscalização concentrada (RTJ 87/758 - RTJ 164/506-509 - RTJ 201/765) -, não se revela apta, só por si, a desconstituir a autoridade da coisa julgada, que traduz, em nosso sistema jurídico, limite insuperável à força retroativa resultante dos pronunciamentos que emanam, “*in abstracto*”, da Suprema Corte. Doutrina. Precedentes. - O significado do instituto da coisa julgada material como expressão da própria supremacia do ordenamento constitucional e como elemento inerente à existência do Estado Democrático de Direito, (RE 592912 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-229 DIVULG 21-11-2012 PUBLIC 22-11-2012)

Nesse norte, acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto às solicitações de créditos para despesas com os passivos denominados “quintos” na Justiça Militar da União, em razão da despesa ser oriunda de decisão administrativa da Corte.

Todavia, em relação à solicitação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, embora a despesa ostente a mesma natureza, considerando a informação constante dos autos

de que decorre de decisões transitadas em julgado, incabível se dispensar idêntico tratamento, porquanto, nesta hipótese, a decisão em controle concentrado que declara a inconstitucionalidade não tem o condão de alterar a determinação constante do *decisum*. Deste modo, a verba solicitada traz singularidade que afasta o argumento utilizado para fundamentar a ressalva acima referenciada.

No mais, acolho a ressalva concernente à parcela das despesas de pessoal referente ao provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da Lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, uma vez que não existe necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Feitas estas considerações, conheço das presentes solicitações para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas acima mencionadas.

Publique-se.

Intimem-se os requerentes.

Encaminhe-se o parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Inclua-se na pauta da próxima Sessão deste Conselho.

Brasília, 24 de junho de 2015.

Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito

Relatora

[1] Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

212ª Sessão Ordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002209-44.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após os votos dos Conselheiros videntes, o Conselho aprovou o parecer de mérito, ressaltando os valores destinados ao pagamento dos quintos. Vencidos os Conselheiros Ana Maria, Lelio Bentes e Deborah Cioffi, que eram favoráveis ao pagamento dos quintos. Lavrará o acórdão a Conselheira Ana Maria. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 4 de agosto de 2015."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Cioffi, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 04 de agosto de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Brasília, 2015-08-14.

Conselheiro Relator

VOTO

Conheço da solicitação de crédito adicional em exame, uma vez que observadas as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 201 e da Resolução nº 68, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O artigo 99 do texto constitucional^[1] estabelece autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, competindo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Destina-se à alteração da Lei Orçamentária Anual para ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Os créditos especiais e suplementares, como regra geral, somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Constituição Federal, entretanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, no art. 4º, estipula as regras concernentes à autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados. As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, de acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, sendo que os créditos dependentes de autorização legislativa devem ser encaminhados na primeira quinzena de maio e de setembro, enquanto que, para os créditos dependentes de ato do Poder Executivo, o prazo será a primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento das Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios encaminharam as presentes solicitações à SOF/MP, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Ato contínuo, atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, foi solicitado o parecer deste Conselho por meio dos seguintes ofícios: a) Ofício nº 1.934, SOF, de 18 de maio de 2015, do STM; b) Ofício nº 17.874/GPR, de 15 de maio de 2015, do TJDF e c) Ofício nº 289/PRES/nº65 – SEPLA/CPROC, de 15 de maio de 2015, TSE. As aludidas solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em quinze de maio do corrente ano.

Os quadros a seguir sintetizam os valores dos créditos adicionais requeridos:

ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 4.711.223,00	
TJDFT		
TOTAL	R\$ 4.711.223,00	

XX

ÓRGÃO	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	
	LEI	DECRETO

JUSTIÇA MILITARM

JUSTIÇA ELEITORAL R\$ 2.315.677,00

TJDFT R\$ 8.918.731,00

TOTAL R\$ 11.234.408,00

XX

ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		R\$ 54.020.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL		R\$ 30.913.557,00
TJDFT		R\$ 78.480.334,00
TOTAL		R\$ 163.413.891,00

Colaciono, resumidamente, os valores dos créditos adicionais por justiça:

ÓRGÃO	TOTAL DOS VALORES SOLICITADOS
JUSTIÇA MILITAR	R\$ 54.020.000
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 30.913,557,00

TJDFT

R\$ 78.480.334,00

TOTAL

R\$ 163.413.891,00

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Justiça Militar da União solicitou créditos adicionais suplementares ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 54.020.000,00** (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais).

Os créditos solicitados que dependem de ato do Poder Executivo para abertura são os seguintes:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir **déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal** neste exercício, no valor de **R\$ 9.700.000,00** (nove milhões e setecentos mil reais). Solicitação fundamentada no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – **passivos decorrentes de decisões administrativas** não atendidas por insuficiência orçamentária, no montante de **R\$ 42.000.000,00** (quarenta e dois milhões de reais). Requerimento amparado no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

c) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal** (auxílio-transporte e auxílio-alimentação), resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Requerimento com supedâneo no art. 4º, inciso XVI, da LOA 2015, totalizando **R\$ 780.000,00** (setecentos e oitenta mil reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas com a **Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados**, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e

na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014. Solicitação escudada no art. 4º, inciso I, da LOA 2015, no importe de **R\$ 1.540.000,00** (Um milhão, quinhentos e quarenta mil reais).

2) JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 30.913.557,00** (trinta milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS (Por ato do Poder Executivo)

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O amparo legal da solicitação é o constante na LOA 2015, art.4º, inciso XVI, para o valor de **R\$ 14.465.657,00** (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (Por ato do Poder Legislativo

- Amparo para as solicitações: LDO 2015, art.39)

a) Crédito especial, **com anulação de recursos de outras ações**, para suplementação das seguintes ações orçamentárias, perfazendo o total de **R\$ 4.011.223,00** (quatro milhões, onze mil e duzentos e vinte e três reais) :

- 7T81 – Construção de Cartório Eleitoral no município de Itaberaí – GO;
- 14B2 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Tutóia – MA;
- 153I - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Urbano Santos – MA;
- 153J - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Matinha - MA

- 14ET – Construção de Cartório Eleitoral no município de Limoeiro – PE; e

- 14FV - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito – RJ.

b) Crédito suplementar, com **anulação de recursos próprios**, para despesas administrativas na **ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de **R\$ 700.000,00** (setecentos mil reais).

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar na **ação de manutenção e operação dos partidos políticos – Fundo Partidário**, com recursos oriundos de superávit financeiro de 2014 das receitas de multas do Código Eleitoral e leis conexas. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XI, alínea “b”, no total de **R\$ 9.421.000,00** (nove milhões, quatrocentos e vinte um mil reais).

b) Crédito Suplementar, **com recursos oriundos de receitas próprias**, para **realização de concursos públicos**. Solicitação amparada pelo art. 4º, inciso I, alínea “c” da LOA 2015, no valor de **R\$ 2.315.677,00** (dois milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais).

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, correspondente a **R\$ 78.480.334,00** (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e trinta e quatro reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de ato do Poder Executivo para abertura:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para **despesas com a folha de pessoal**, para provimento de cargos decorrentes da aprovação da

Lei nº 13.057, de 2014 (R\$ 9.000.000,00) e para despesas de exercícios anteriores – passivos (R\$ 4.794.542,00).

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento **de Ajuda de Custo para Moradia aos magistrados**, com fundamento na Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014, e para indenização de transporte aos Oficiais de Justiça. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, no valor de **R\$ 17.136.692,00** (dezessete milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais).

b) Crédito Suplementar, com suporte em receitas de convênios, para atualização de storage ou SAN, rede destinada ao armazenamento de dados. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VIII, no importe de R\$ 8.918.731,00 (oito milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e trinta e um reais).

CONCLUSÃO

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a darem suporte aos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de Convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados nos ofícios de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Passo a analisar os créditos adicionais solicitados por órgão.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Em relação ao déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal, de fato, constata-se que a média das despesas realizadas nos meses de janeiro a abril indica que a dotação constante na Lei Orçamentária será insuficiente, correspondendo o déficit ao valor do crédito ora solicitado (item 18 da Nota Técnica nº 02/2015, DAO – Id 1722259)

No que concerne aos passivos trabalhistas, é necessário consignar que são despesas decorrentes de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores e que não foram pagas por escassez de recursos.

Neste caso, segundo noticiado pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, não há informações no processo que nos permitam verificar o amparo legal desses pagamentos. No entanto, como o parecer favorável não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao recebimento dos valores, não existe óbice à solicitação, especialmente porque compete à Administração, durante o processo de execução orçamentária, fazer essa avaliação.

No que se refere ao auxílio-alimentação, a suplementação se faz necessária em face do reajuste, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Nada a opor, igualmente, em relação à solicitação de créditos adicionais para custear despesas com auxílio-transporte, em razão da insuficiência dos recursos autorizados na Lei Orçamentária.

No que toca ao crédito suplementar relativo à ajuda de custo para moradia de magistrados, o direito encontra-se regulamentado no âmbito deste Conselho pela Resolução nº 199, de 07/10/2014, bem como existe liminar, concedida pelo relator da ACO nº 1946/STF, Ministro Luiz Fux, determinando o pagamento da ajuda de custo para todos os magistrados da Justiça Militar. Como a análise da matéria pelo STF foi posterior à proposta orçamentária de 2015, o impacto orçamentário dessa despesa não foi previsto e, conseqüentemente, não se encontra inserido na LOA.

Quanto aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, apreciarei a questão quando examinar solicitação idêntica lançada pelo TJDFT.

2) JUSTIÇA ELEITORAL

Em relação à solicitação, merece destaque o crédito suplementar, com anulação de recursos próprios, para despesas administrativas na ação **“Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de R\$ 700.000,00.

Como o recurso oferecido como compensação é oriundo de emenda parlamentar individual, houve manifestação do parlamentar autor da emenda, favorável ao encaminhamento deste pedido.

A solicitação em tela viabilizará a aquisição de dois veículos para atender as fiscalizações de obras no interior bem como as correições eleitorais. Permitirá ainda a aquisição de 250 monitores para implantação do sistema eletrônico de informações, além da aquisição de um elevador plataforma no edifício sede da Justiça Eleitoral.

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Analisando a solicitação de crédito encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, destacamos os seguintes pontos:

Com a aprovação da Lei nº 13.057/2014, que criou cargos para o órgão, o Tribunal, verificando que a dotação constante na reserva não seria suficiente para dar posse a todos os cargos previstos na norma referida, solicitou a liberação da reserva de contingência. Entretanto, em relação a esta solicitação não há necessidade de parecer deste Conselho, conforme previsto no art. 93, §9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A determinação de pagamento da ajuda de custo para moradia dos magistrados, regulamentada pela Resolução/CNJ nº 199, foi determinada em 07/10/2014, por isso mesmo o impacto orçamentário não foi inserido na proposta orçamentária, que já estava em trâmite.

Quanto à indenização de transporte aos Oficiais de Justiça, o pleito é de elevar o valor unitário de R\$ 1.166,50 para R\$ 2.778,00, perfazendo o total de R\$ 6.224.917,00 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais).

Em relação às despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, o incremento decorre do reajuste determinado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No que toca à assistência médica e odontológica, o dispêndio é determinado pelo aumento do número de beneficiários efetivos, até março de 2015, em relação aos números projetados.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

DESPESAS COM PASSIVOS DENOMINADOS “QUINTOS”

No que refere aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, imperioso se fazer um breve histórico sobre a matéria.

O Superior Tribunal de Justiça tinha firmado entendimento no sentido de ser possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada no período de 08 de abril de 1998, data do início da vigência da Lei nº 9.624/98, até 05 de setembro de 2001, período correspondente à entrada em vigor da MP 2.225-45/01.

Nessa toada, na esteira da mencionada jurisprudência, muitas Cortes passaram a pagar a verba, seja em decorrência de decisões administrativas, seja em atendimento a determinações judiciais.

Todavia, em recente julgado, ocorrido em 19/03/2015, o Supremo Tribunal Federal analisou a questão dos “quintos”, no bojo do Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, com repercussão geral, sedimentando entendimento em sentido contrário, reconhecendo a inconstitucionalidade da incorporação da verba. Houve modulação dos efeitos da decisão para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé até a data do julgamento.

Muito embora não seja adequado se incursionar no mérito da legalidade da despesa alegada pelos Tribunais em sede de parecer de mérito, mostra-se razoável sejam examinadas as situações concretas que se descortinam para administração.

Nos casos em que a despesas de passivo de quintos decorrem de decisões administrativas, não há dúvida de que, por cautela, deve este Conselho evitar emitir pronunciamento que viabilize despesa cuja inconstitucionalidade foi reconhecida pelo Pretório Excelso, mormente quando os pagamentos são dotados de considerável irreversibilidade, conforme já assentado neste Conselho (PAM 0002577-24.2013.2.00.0000 e PAM nº 0002516-71.2010.2.00.0000).

Em relação aos pagamentos de passivos de quintos determinados por decisão judicial, contudo, não se pode concluir, de imediato, pela inexigibilidade da verba. Explico-me.

É que a declaração de inconstitucionalidade, como regra, tem o condão de produzir efeitos para todos, mas isso, conforme a jurisprudência assentada no âmbito do STF, não representa dizer que a retroatividade possa alcançar decisões judiciais transitadas em julgado, só por si, sob pena de se macular a segurança jurídica de todo ordenamento jurídico.

Assim, a sentença de mérito transitada em julgado apenas pode ser desconstituída mediante ação rescisória que haja sido proposta na fluência do prazo decadencial previsto em lei. Escoado o prazo decadencial de dois anos, constitui-se a coisa julgada material, insuscetível de ulterior modificação, ainda que o ato sentencial encontre arrimo em legislação que, posteriormente, tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, seja em sede de controle abstrato, seja em fiscalização incidental de constitucionalidade.

Nesse sentido, colaciono precedente do Supremo Tribunal Federal:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - COISA JULGADA EM SENTIDO MATERIAL - INDISCUTIBILIDADE, IMUTABILIDADE E COERCIBILIDADE: ATRIBUTOS ESPECIAIS QUE QUALIFICAM OS EFEITOS RESULTANTES DO COMANDO SENTENCIAL - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL QUE AMPARA E PRESERVA A AUTORIDADE DA COISA JULGADA - EXIGÊNCIA DE CERTEZA E DE SEGURANÇA JURÍDICAS - VALORES FUNDAMENTAIS INERENTES AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA “RES JUDICATA” - “TANTUM JUDICATUM QUANTUM DISPUTATUM VEL DISPUTARI DEBEBAT” - CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE CONTROVÉRSIA JÁ APRECIADA EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE PROFERIDA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - A QUESTÃO DO ALCANCE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 741 DO CPC - MAGISTÉRIO DA DOCTRINA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – (...)

. - A superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal, declaratória de inconstitucionalidade de diploma normativo utilizado como fundamento do título judicial questionado, ainda que impregnada de eficácia “ex tunc” - como sucede, ordinariamente, com os julgamentos proferidos em sede de fiscalização concentrada (RTJ 87/758 - RTJ 164/506-509 - RTJ 201/765) -, não se revela apta, só por si, a desconstituir a autoridade da coisa julgada, que traduz, em nosso sistema jurídico, limite insuperável à força retroativa resultante dos pronunciamentos que emanam, “*in abstracto*”, da Suprema Corte. Doutrina. Precedentes. - O significado do instituto da coisa julgada material como expressão da própria supremacia do ordenamento constitucional e como elemento inerente à existência do Estado Democrático de Direito. (RE 592912 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-229 DIVULG 21-11-2012 PUBLIC 22-11-2012)

Nesse norte, acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto às solicitações de créditos para despesas com os passivos denominados “quintos” na Justiça Militar da União, em razão da despesa ser oriunda de decisão administrativa da Corte.

Todavia, em relação à solicitação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, embora a despesa ostente a mesma natureza, considerando a informação constante dos autos de que decorre de decisões transitadas em julgado, incabível se dispensar idêntico tratamento, porquanto, nesta hipótese, a decisão em controle concentrado que declara a inconstitucionalidade não tem o condão de alterar a determinação constante do *decisum*. Deste modo, a verba solicitada traz singularidade que afasta o argumento utilizado para fundamentar a ressalva acima referenciada.

No mais, acolho a ressalva concernente à parcela das despesas de pessoal referente ao provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da Lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, uma vez que não existe necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Feitas estas considerações, conheço das presentes solicitações para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas acima mencionadas.

Publique-se.

Intimem-se os requerentes.

Encaminhe-se o parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Inclua-se na pauta da próxima Sessão deste Conselho.

Brasília, 24 de junho de 2015.

Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito

Relatora

[1] Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Parecer de Mérito nas solicitações propostas pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e Territórios, na qual objetivam créditos adicionais, especiais e suplementares para o exercício de 2015.

As Cortes requerentes encaminharam as propostas de créditos adicionais para o ano de 2015 diretamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, nos termos do disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

As mesmas proposições foram encaminhadas a este Conselho para emissão do Parecer, consoante determina o art. 41 da Lei nº 13.080, 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, bem como art. 2º da Resolução 68/2009 do CNJ.

Eis o quadro resumido dos valores dos créditos adicionais solicitados, conforme a natureza:

ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 4.711.223,00	
TJDFT		
TOTAL	R\$ 4.711.223,00	

ÓRGÃO	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 2.315.677,00	
TJDFT	R\$ 8.918.731,00	
TOTAL	R\$ 11.234.408,00	

ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		R\$ 54.020.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL		R\$ 30.913.557,00
TJDFT		R\$ 78.480.334,00
TOTAL		R\$ 163.413.891,00

O quadro abaixo resume os valores dos créditos adicionais solicitados por justiça:

ÓRGÃO	TOTAL DOS VALORES SOLICITADOS
JUSTIÇA MILITAR	R\$ 54.020.000

JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 30.913,557,00
-------------------	-------------------

TJDFT	R\$ 78.480.334,00
-------	-------------------

TOTAL	R\$ 163.413.891,00
--------------	---------------------------

Com esteio no § 1º, do mesmo artigo, os autos foram encaminhados ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho, para elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer (Id 1707314).

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário emitiu Nota Técnica nº 02/DOR/2015, na qual manifestou-se favoravelmente às alterações orçamentárias solicitadas, com exceção, no que toca à Justiça Militar da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, relativamente aos “quintos”, em face da decisão do Pretório Excelso, exarada no bojo do RE 638115/CE, em 19/03/2015. Ressalvou no arrazoadado que não havia necessidade de parecer deste Conselho quanto às parcelas das despesas de pessoal decorrentes de provimento dos cargos, no TJDFT, decorrentes da Lei nº 13.057/2014 (Id 1722266).

É o relatório.

EMENTA

PARECER DE MÉRITO. SOLICITAÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL. JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, DA JUSTIÇA ELEITORAL E DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. ORÇAMENTO 2015. NOTA TÉCNICA FAVORÁVEL, COM RESSALVAS, DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO CNJ. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL DA RESOLUÇÃO Nº 68/2009/CNJ. PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS.

I. Os créditos suplementares constituem ajuste prioritário e essencial na correção de situações de recursos insuficientemente dotados ou não programados na Lei Orçamentária Anual.

II. O artigo 99 do texto constitucional estabelece autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, competindo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Proposições feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

IV. Parecer favorável, com ressalvas, à concessão do crédito suplementar adicional pleiteado.

VOTO

Conheço da solicitação de crédito adicional em exame, uma vez que observadas as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 201 e da Resolução nº 68, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O artigo 99 do texto constitucional[1] estabelece autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, competindo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Destina-se à alteração da Lei Orçamentária Anual para ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Os créditos especiais e suplementares, como regra geral, somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Constituição Federal, entretanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, no art. 4º, estipula as regras concernentes à autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados. As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, de acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, sendo que os créditos dependentes de autorização legislativa devem ser encaminhados na primeira quinzena de maio e de setembro, enquanto que, para os créditos dependentes de ato do Poder Executivo, o prazo será a primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento das Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios encaminharam as presentes solicitações à SOF/MP, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Ato contínuo, atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, foi solicitado o parecer deste Conselho por meio dos seguintes ofícios: a) Ofício nº 1.934, SOF, de 18 de maio de 2015, do STM; b) Ofício nº 17.874/GPR, de 15 de maio de 2015, do TJDF e c) Ofício nº 289/PRES/nº65 – SEPLA/CPROC, de 15 de maio de 2015, TSE. As aludidas solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em quinze de maio do corrente ano.

Os quadros a seguir sintetizam os valores dos créditos adicionais requeridos:

ÓRGÃO	ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 4.711.223,00	
TJDFT		
TOTAL	R\$ 4.711.223,00	

XX

ÓRGÃO	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	
	LEI	DECRETO

JUSTIÇA MILITARM

JUSTIÇA ELEITORAL R\$ 2.315.677,00

TJDFT R\$ 8.918.731,00

TOTAL R\$ 11.234.408,00

XX

ÓRGÃO	RECURSOS DO TESOURO	
	LEI	DECRETO
JUSTIÇA MILITAR		R\$ 54.020.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL		R\$ 30.913.557,00
TJDFT		R\$ 78.480.334,00
TOTAL		R\$ 163.413.891,00

Colaciono, resumidamente, os valores dos créditos adicionais por justiça:

ÓRGÃO	TOTAL DOS VALORES SOLICITADOS
JUSTIÇA MILITAR	R\$ 54.020.000
JUSTIÇA ELEITORAL	R\$ 30.913,557,00

TJDFT

R\$ 78.480.334,00

TOTAL

R\$ 163.413.891,00

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Justiça Militar da União solicitou créditos adicionais suplementares ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 54.020.000,00** (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais).

Os créditos solicitados que dependem de ato do Poder Executivo para abertura são os seguintes:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir **déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal** neste exercício, no valor de **R\$ 9.700.000,00** (nove milhões e setecentos mil reais). Solicitação fundamentada no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – **passivos decorrentes de decisões administrativas** não atendidas por insuficiência orçamentária, no montante de **R\$ 42.000.000,00** (quarenta e dois milhões de reais). Requerimento amparado no art. 4º, inciso VI, alínea “b”, da LOA 2015.

c) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal** (auxílio-transporte e auxílio-alimentação), resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Requerimento com supedâneo no art. 4º, inciso XVI, da LOA 2015, totalizando **R\$ 780.000,00** (setecentos e oitenta mil reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas com a **Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados**, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e

na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014. Solicitação escudada no art. 4º, inciso I, da LOA 2015, no importe de **R\$ 1.540.000,00** (Um milhão, quinhentos e quarenta mil reais).

2) JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 30.913.557,00** (trinta milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS (Por ato do Poder Executivo)

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O amparo legal da solicitação é o constante na LOA 2015, art.4º, inciso XVI, para o valor de **R\$ 14.465.657,00** (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (Por ato do Poder Legislativo)

- Amparo para as solicitações: LDO 2015, art.39)

a) Crédito especial, **com anulação de recursos de outras ações**, para suplementação das seguintes ações orçamentárias, perfazendo o total de **R\$ 4.011.223,00** (quatro milhões, onze mil e duzentos e vinte e três reais) :

- 7T81 – Construção de Cartório Eleitoral no município de Itaberaí – GO;
- 14B2 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Tutóia – MA;
- 153I - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Urbano Santos – MA;
- 153J - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Matinha - MA

- 14ET – Construção de Cartório Eleitoral no município de Limoeiro – PE; e

- 14FV - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito – RJ.

b) Crédito suplementar, com **anulação de recursos próprios**, para despesas administrativas na **ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de **R\$ 700.000,00** (setecentos mil reais).

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar na **ação de manutenção e operação dos partidos políticos – Fundo Partidário**, com recursos oriundos de superávit financeiro de 2014 das receitas de multas do Código Eleitoral e leis conexas. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso XI, alínea “b”, no total de **R\$ 9.421.000,00** (nove milhões, quatrocentos e vinte um mil reais).

b) Crédito Suplementar, **com recursos oriundos de receitas próprias**, para **realização de concursos públicos**. Solicitação amparada pelo art. 4º, inciso I, alínea “c” da LOA 2015, no valor de **R\$ 2.315.677,00** (dois milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais).

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, correspondente a **R\$ 78.480.334,00** (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e trinta e quatro reais).

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de ato do Poder Executivo para abertura:

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para **despesas com a folha de pessoal**, para provimento de cargos decorrentes da aprovação da

Lei nº 13.057, de 2014 (R\$ 9.000.000,00) e para despesas de exercícios anteriores – passivos (R\$ 4.794.542,00).

b) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de **benefícios de pessoal**, resultante do reajuste autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

a) Crédito Suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento **de Ajuda de Custo para Moradia aos magistrados**, com fundamento na Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014, e para indenização de transporte aos Oficiais de Justiça. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, no valor de **R\$ 17.136.692,00** (dezesete milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais).

b) Crédito Suplementar, com suporte em receitas de convênios, para atualização de storage ou SAN, rede destinada ao armazenamento de dados. Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso VIII, no importe de R\$ 8.918.731,00 (oito milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e trinta e um reais).

CONCLUSÃO

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pelas Justiças Militar da União, Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a darem suporte aos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de Convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados nos ofícios de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Passo a analisar os créditos adicionais solicitados por órgão.

1) JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Em relação ao déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal, de fato, constata-se que a média das despesas realizadas nos meses de janeiro a abril indica que a dotação constante na Lei Orçamentária será insuficiente, correspondendo o déficit ao valor do crédito ora solicitado (item 18 da Nota Técnica nº 02/2015, DAO – Id 1722259)

No que concerne aos passivos trabalhistas, é necessário consignar que são despesas decorrentes de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores e que não foram pagas por escassez de recursos.

Neste caso, segundo noticiado pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, não há informações no processo que nos permitam verificar o amparo legal desses pagamentos. No entanto, como o parecer favorável não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao recebimento dos valores, não existe óbice à solicitação, especialmente porque compete à Administração, durante o processo de execução orçamentária, fazer essa avaliação.

No que se refere ao auxílio-alimentação, a suplementação se faz necessária em face do reajuste, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Nada a opor, igualmente, em relação à solicitação de créditos adicionais para custear despesas com auxílio-transporte, em razão da insuficiência dos recursos autorizados na Lei Orçamentária.

No que toca ao crédito suplementar relativo à ajuda de custo para moradia de magistrados, o direito encontra-se regulamentado no âmbito deste Conselho pela Resolução nº 199, de 07/10/2014, bem como existe liminar, concedida pelo relator da ACO nº 1946/STF, Ministro Luiz Fux, determinando o pagamento da ajuda de custo para todos os magistrados da Justiça Militar. Como a análise da matéria pelo STF foi posterior à proposta orçamentária de 2015, o impacto orçamentário dessa despesa não foi previsto e, conseqüentemente, não se encontra inserido na LOA.

Quanto aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, apreciarei a questão quando examinar solicitação idêntica lançada pelo TJDF.

2) JUSTIÇA ELEITORAL

Em relação à solicitação, merece destaque o crédito suplementar, com anulação de recursos próprios, para despesas administrativas na ação **“Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”** no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no importe de R\$ 700.000,00.

Como o recurso oferecido como compensação é oriundo de emenda parlamentar individual, houve manifestação do parlamentar autor da emenda, favorável ao encaminhamento deste pedido.

A solicitação em tela viabilizará a aquisição de dois veículos para atender as fiscalizações de obras no interior bem como as correições eleitorais. Permitirá ainda a aquisição de 250 monitores para implantação do sistema eletrônico de informações, além da aquisição de um elevador plataforma no edifício sede da Justiça Eleitoral.

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Analisando a solicitação de crédito encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, destacamos os seguintes pontos:

Com a aprovação da Lei nº 13.057/2014, que criou cargos para o órgão, o Tribunal, verificando que a dotação constante na reserva não seria suficiente para dar posse a todos os cargos previstos na norma referida, solicitou a liberação da reserva de contingência. Entretanto, em relação a esta solicitação não há necessidade de parecer deste Conselho, conforme previsto no art. 93, §9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A determinação de pagamento da ajuda de custo para moradia dos magistrados, regulamentada pela Resolução/CNJ nº 199, foi determinada em 07/10/2014, por isso mesmo o impacto orçamentário não foi inserido na proposta orçamentária, que já estava em trâmite.

Quanto à indenização de transporte aos Oficiais de Justiça, o pleito é de elevar o valor unitário de R\$ 1.166,50 para R\$ 2.778,00, perfazendo o total de R\$ 6.224.917,00 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais).

Em relação às despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, o incremento decorre do reajuste determinado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No que toca à assistência médica e odontológica, o dispêndio é determinado pelo aumento do número de beneficiários efetivos, até março de 2015, em relação aos números projetados.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão. Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

DESPESAS COM PASSIVOS DENOMINADOS “QUINTOS”

No que refere aos “quintos”, verbas decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001, imperioso se fazer um breve histórico sobre a matéria.

O Superior Tribunal de Justiça tinha firmado entendimento no sentido de ser possível a incorporação de quintos, em relação ao exercício da função comissionada no período de 08 de abril de 1998, data do início da vigência da Lei nº 9.624/98, até 05 de setembro de 2001, período correspondente à entrada em vigor da MP 2.225-45/01.

Nessa toada, na esteira da mencionada jurisprudência, muitas Cortes passaram a pagar a verba, seja em decorrência de decisões administrativas, seja em atendimento a determinações judiciais.

Todavia, em recente julgado, ocorrido em 19/03/2015, o Supremo Tribunal Federal analisou a questão dos “quintos”, no bojo do Recurso Extraordinário nº 638.115/CE, com repercussão geral, sedimentando entendimento em sentido contrário, reconhecendo a inconstitucionalidade da incorporação da verba. Houve modulação dos efeitos da decisão para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé até a data do julgamento.

Muito embora não seja adequado se incursionar no mérito da legalidade da despesa alegada pelos Tribunais em sede de parecer de mérito, mostra-se razoável sejam examinadas as situações concretas que se descortinam para administração.

Nos casos em que a despesas de passivo de quintos decorrem de decisões administrativas, não há dúvida de que, por cautela, deve este Conselho evitar emitir pronunciamento que viabilize despesa cuja inconstitucionalidade foi reconhecida pelo Pretório Excelso, mormente quando os pagamentos são dotados de considerável irreversibilidade, conforme já assentado neste Conselho (PAM 0002577-24.2013.2.00.0000 e PAM nº 0002516-71.2010.2.00.0000).

Em relação aos pagamentos de passivos de quintos determinados por decisão judicial, contudo, não se pode concluir, de imediato, pela inexigibilidade da verba. Explico-me.

É que a declaração de inconstitucionalidade, como regra, tem o condão de produzir efeitos para todos, mas isso, conforme a jurisprudência assentada no âmbito do STF, não representa dizer que a retroatividade possa alcançar decisões judiciais transitadas em julgado, só por si, sob pena de se macular a segurança jurídica de todo ordenamento jurídico.

Assim, a sentença de mérito transitada em julgado apenas pode ser desconstituída mediante ação rescisória que haja sido proposta na fluência do prazo decadencial previsto em lei. Escoado o prazo decadencial de dois anos, constitui-se a coisa julgada material, insuscetível de ulterior modificação, ainda que o ato sentencial encontre arrimo em legislação que, posteriormente, tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, seja em sede de controle abstrato, seja em fiscalização incidental de constitucionalidade.

Nesse sentido, colaciono precedente do Supremo Tribunal Federal:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - COISA JULGADA EM SENTIDO MATERIAL - INDISCUTIBILIDADE, IMUTABILIDADE E COERCIBILIDADE: ATRIBUTOS ESPECIAIS QUE QUALIFICAM OS EFEITOS RESULTANTES DO COMANDO SENTENCIAL - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL QUE AMPARA E PRESERVA A AUTORIDADE DA COISA JULGADA - EXIGÊNCIA DE CERTEZA E DE SEGURANÇA JURÍDICAS - VALORES FUNDAMENTAIS INERENTES AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA “RES JUDICATA” - “TANTUM JUDICATUM QUANTUM DISPUTATUM VEL DISPUTARI DEBEBAT” - CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE REDISSCUSSÃO DE CONTROVÉRSIA JÁ APRECIADA EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE PROFERIDA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - A QUESTÃO DO ALCANCE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 741 DO CPC - MAGISTÉRIO DA DOCTRINA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – (...)

. - A superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal, declaratória de inconstitucionalidade de diploma normativo utilizado como fundamento do título judicial questionado, ainda que impregnada de eficácia “*ex tunc*” - como sucede, ordinariamente, com os julgamentos proferidos em sede de fiscalização concentrada (RTJ 87/758 - RTJ 164/506-509 - RTJ 201/765) -, não se revela apta, só por si, a desconstituir a autoridade da coisa julgada, que traduz, em nosso sistema jurídico, limite insuperável à força retroativa resultante dos pronunciamentos que emanam, “*in abstracto*”, da Suprema Corte. Doutrina. Precedentes. - O significado do instituto da coisa julgada material como expressão da própria supremacia do ordenamento constitucional e como elemento inerente à existência do Estado Democrático de Direito. (RE 592912 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-229 DIVULG 21-11-2012 PUBLIC 22-11-2012)

Nesse norte, acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto às solicitações de créditos para despesas com os passivos denominados “quintos” na Justiça Militar da União, em razão da despesa ser oriunda de decisão administrativa da Corte.

Todavia, em relação à solicitação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, embora a despesa ostente a mesma natureza, considerando a informação constante dos autos de que decorre de decisões transitadas em julgado, incabível se dispensar idêntico tratamento, porquanto, nesta hipótese, a decisão em controle concentrado que declara a inconstitucionalidade não tem o condão de alterar a determinação constante do *decisum*. Deste modo, a verba solicitada traz singularidade que afasta o argumento utilizado para fundamentar a ressalva acima referenciada.

No mais, acolho a ressalva concernente à parcela das despesas de pessoal referente ao provimento dos cargos, no TJDF, decorrente da edição da Lei nº 13.057/2014, no valor de R\$ 5.645.474,00, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, uma vez que não existe necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Feitas estas considerações, conheço das presentes solicitações para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas acima mencionadas.

Publique-se.

Intimem-se os requerentes.

Encaminhe-se o parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Inclua-se na pauta da próxima Sessão deste Conselho.

Brasília, 24 de junho de 2015.

Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito

Relatora

[1] Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002209-44.2015.2.00.0000**
Requerente: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE e outros**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO

Certifico que o acórdão, inserido no Id 1759707 destes autos, foi publicado no DJ-e nº 150/2015, em 24/8/2015, pág. 3-11.

Brasília, 02 de setembro de 2015.

PEDRO KLEIBER DE BEZERRIL BELTRAO JUNIOR

Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça



Número: **0002223-28.2015.2.00.0000**

Classe: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Bruno Ronchetti De Castro**

Última distribuição : **20/05/2015**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

Assuntos: **Crédito Adicional**

Objeto do processo: **CSJT - Ofício CSJT.GP.SG.CFIN nº 39/2015 - Créditos Adicionais do Judiciário do Trabalho.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
REQUERENTE	CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT
REQUERIDO	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1706590	20/05/2015 14:19	Petição inicial	Petição inicial
1706608	20/05/2015 14:19	OFÍCIO CSJT	Informações
1706919	21/05/2015 16:30	Despacho	Despacho
1720033	10/06/2015 11:54	Ofício	Ofício
1720034	10/06/2015 11:54	NT 01 - JT 1ª Etapa 2015	Informações digitalizadas
1720035	10/06/2015 11:54	Proposta de Parecer 1ª etapa JT	Informações digitalizadas
1734957	01/07/2015 14:36	Certidão de julgamento	Certidão
1735123	01/07/2015 15:53	Acórdão	Acórdão
1725436	01/07/2015 15:53	Voto do Magistrado	Voto
1725433	01/07/2015 15:53	Relatório	Relatório
1725436	01/07/2015 15:53	Voto do Magistrado	Voto
1725437	01/07/2015 15:53	Ementa	Ementa
1742625	13/07/2015 15:38	Certidão de publicação	Certidão
1743574	14/07/2015 17:30	Ofício	Ofício
1743575	14/07/2015 17:30	Ofício nº 288-SG-2015 - Protoc	Informações digitalizadas

OFÍCIO CSJT.GP.SG.CFIN Nº39 2015



PODER JUDICIÁRIO
JUDICIÁRIO DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

OFÍCIO CSJT.GP.SG.CFIN Nº 39/2015

Brasília, 19 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
BRASÍLIA - DF

Assunto: **Informa Créditos Adicionais encaminhados ao
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.**

Senhor Ministro Presidente,

Em cumprimento ao disposto nos arts. 41, da Lei n.º 13.080/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015) e 2º da Resolução n.º 68 do Conselho Nacional de Justiça, de 3 de março de 2009, apresento a V. Ex.ª a relação dos créditos adicionais do Judiciário do Trabalho encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme dados a seguir:

PEDIDO SIOP	TIPO	FINALIDADE
43.071	120 SC	PESSOAL (Folha Normal)
43.039	120 SC	PESSOAL (Passivos e Incorporações)
44.055	120 SC	ODCC (Auxílio-Moradia)
44.046	120 SC	ODCC
44.147	120 CC	ODCC
43.662	157 SC	BENEFÍCIOS
43.586	200 CC	PROJETOS
43.890	152 CC	RECEITAS DE CONVÊNIO
43.724	100 CC	RECEITAS PRÓPRIAS



CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Setor de Administração Federal Sul (SAFS),
Quadra 8 - Lote 1, Bloco A, sala 532
Brasília - DF 70.070-600
Telefone: (61) 3043.4007

k:\Documentos expedidos e recebidos\Docs Expedidos\Ofícios\GPZOF 039 - CSJT - CNJ - Encaminha créditos 1º período.docx



PODER JUDICIÁRIO
JUDICIÁRIO DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Ao ensejo, informo que os relatórios de abertura dos créditos adicionais da Justiça do Trabalho encontram-se anexados aos pedidos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Respeitosamente,

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Setor de Administração Federal Sul (SAFS),
Quadra 8 - Lote 1, Bloco A, sala 532
Brasília - DF 70.070-600
Telefone: (61) 3043.4007

K:\Documentos expedidos e recebidos\Diex Exped\Ofícios\GP\OF 039 - CSJT - CNJ - Encaminha créditos 1º período.docx

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

DESPACHO

Vistos.,

Encaminhem-se os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para a respectiva análise (art. 3º, § 1º, da Resolução CNJ n.º 68/2009).

À Secretaria para as providências.

Brasília/DF, 20 de maio de 2015.

Deborah Ciocci

Relatora

Inclusão de Nota Técnica e de Proposta de Parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Nota Técnica nº. 01/2015

Referência: Resolução CNJ Nº. 68/2009.

Assunto: Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais da Justiça do Trabalho.

A. INTRODUÇÃO

01. Esta Nota Técnica foi elaborada em atendimento ao art. 3º da Resolução CNJ nº 68 e tem o objetivo de oferecer subsídios ao Conselho Nacional de Justiça para a análise das solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, da Justiça do Trabalho, com vistas à emissão do Parecer previsto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015.

02. O processo foi autuado sob o nº **PAM 0002223-28.2015.2.00.0000**, tendo sido, nos termos do art. 3º da Resolução nº 68/CNJ, de 03 de março de 2009, designado como Relatora a Conselheira **Deborah Ciocci**.

03. As propostas de créditos adicionais foram encaminhadas pela Justiça do Trabalho diretamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, dentro da autonomia administrativa e financeira garantida pelo artigo 99 da Constituição Federal e nos termos dos arts. 4º e 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015. Concomitantemente, foram encaminhadas a este Conselho, para a emissão do Parecer, atendendo ao estabelecido no art. 3º da Resolução nº 68 CNJ.

(fl. 2 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

04. Os créditos adicionais, conforme define a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos seus arts. 40 a 46, constituem-se em mecanismos de retificação do orçamento anual para corrigir falhas de programação ou atender situações não previstas na fase de sua elaboração, referindo-se a autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

05. Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

06. A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

07. Acrescente-se que, conforme previsto no § 1º do art. 38 da LDO-2015, os créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, com oferecimento de recursos compensatórios dos próprios órgãos, serão abertos, no âmbito do Poder Judiciário, por ato dos Presidentes dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

08. Na aplicação desse dispositivo é vedado o cancelamento de despesas (§ 3º do art. 40 da LDO – 2015):

- a) Financeiras para suplementação de despesas primárias;
- b) Obrigatórias, exceto para suplementação de despesas da mesma espécie; e
- c) Discricionárias para suplementação de despesas obrigatórias.

09. As alterações orçamentárias ora analisadas são aquelas que necessitam de autorização legislativa (créditos especiais e créditos suplementares para situações não contidas na autorização dada pelo Congresso Nacional por meio da LOA 2015) e de decreto do Poder Executivo (créditos adicionais suplementares para situações contidas na autorização

(fl. 3 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

dada pelo Congresso na LOA 2015 e não passíveis de abertura por ato próprio dos Tribunais).

10. As alterações orçamentárias são reguladas pela legislação anual que rege a matéria, a saber:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 – LDO 2015, em especial os arts. 38 a 50;

b) Lei Orçamentária Anual – Lei 13.115, de 20 de abril de 2015 – LOA 2015, em especial o art. 4º; e

c) Portarias da Secretaria de Orçamento Federal – SOF – Portarias nº 15 e 16, respectivamente, de 28 e 29 de abril de 2015.

11. Os ajustes orçamentários são propostos em diferentes prazos no transcorrer do exercício, estabelecidos na legislação, em especial nas Portarias da SOF. As presentes solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em 15 de maio passado.

12. Ressalte-se que as análises sobre as propostas da Justiça do Trabalho foram realizadas com a utilização de dados buscados no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), em complemento às informações prestadas via ofício, haja vista o melhor nível de detalhamento das informações inseridas nesse sistema.

B. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS SOLICITADOS

B.1. Quadros com valores consolidados

13. Por meio do Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 39/2015, de 19 de maio de 2015, o Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho solicitou parecer sobre propostas de créditos adicionais, especiais e suplementares, no montante de **R\$ 2.558.066.354,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais)**, para o atendimento de despesas conforme os Pedidos SIOP a seguir:

(fl. 4 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

R\$ 1,00

AUTORIZAÇÃO	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Decreto	43662			44.217.943	44.217.943
	43724		22.120.674		22.120.674
	43890		155.045.049		155.045.049
Lei	43039			1.453.035.411	1.453.035.411
	43071			694.511.078	694.511.078
	43586	1.100.000	2.071.549	-	3.171.549
	44046			36.751.882	36.751.882
	44055			137.847.978	137.847.978
	44147	11.364.790		-	11.364.790
TOTAL		12.464.790	179.237.272	2.366.364.292	2.558.066.354

14. Na sequência, demonstrativo do total solicitado por grupo de natureza de despesa e finalidade:

R\$ 1,00

GND	FINALIDADE	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Pessoal - Folha Normal	-	-	694.511.078	694.511.078
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Pessoal - Passivos	-	-	1.453.035.411	1.453.035.411
3 - Outras Despesas Correntes	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	-	-	3.922.528	3.922.528
3 - Outras Despesas Correntes	Auxílio-Moradia a Magistrados	9.350.000	762.500	137.847.978	147.960.478
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios	-	-	44.217.943	44.217.943
3 - Outras Despesas Correntes	Concursos Públicos	-	8.504.973	-	8.504.973
3 - Outras Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	2.014.790	135.657.261	25.401.400	163.073.451
4 - Investimentos	Obras	1.100.000	853.549	1.307.954	3.261.503
4 - Investimentos	Outras Despesas de Capital	-	32.190.989	6.120.000	38.310.989
5 - Inversões Financeiras	Aquisição de Imóveis	-	1.268.000	-	1.268.000
TOTAL		12.464.790	179.237.272	2.366.364.292	2.558.066.354

B.2. Detalhamento por pedido SIOP

15. A seguir será apresentado, em quadros individualizados, o detalhamento dos créditos adicionais solicitados, por pedido SIOP, seguidos das justificativas apresentadas pelo órgão para as necessidades de recursos. Em cada quadro é citado o tipo de crédito solicitado, a autorização necessária para sua abertura e o amparo legal para a solicitação.

(fl. 5 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

B.2.1. Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 1,00

Pedido SIOP: nº 43.071 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO-2015, art. 39 (tipo 120).			Fonte de Recursos Proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro	
Conselho Superior da Justiça do Trabalho						
00H7 - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	1	100			34.377.776	34.377.776
0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	1	100			660.133.302	660.133.302
Total			-	-	694.511.078	694.511.078

16. A Justiça do Trabalho fez a projeção da necessidade conforme a demonstração abaixo:

Dotação Autorizada	13.619.309.989
Despesa Executada (Janeiro a Março)	3.512.608.840
Folha Base (Mês de Março)	1.067.592.485
Projeção (Abril a Dezembro)	9.608.332.363
13º Remanescente	847.241.625
Férias Remanescentes	99.809.438
Provimento de Cargos (Conforme autorizado pelo anexo V)	99.032.018
Grat. por Acum. de Jurisdição (Lei n.º 13.095/2015)	146.796.782
Necessidade de Crédito	694.511.076

17. Foram incluídas nesse cálculo, e merecem ressalva, duas parcelas, para a gratificação por acúmulo de cargos e para o provimento de cargos.

18. A dotação para o pagamento das despesas decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

19. A dotação para o provimento dos cargos atende às despesas das reposições dos cargos, caso em que já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(fl. 6 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: nº 43.039 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO 2015, art. 39 (tipo 120).			Fonte de Recursos Proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro	
TRTs das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª Regiões						
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cívicos	1	100			625.437.184	625.437.184
		156			60.874.605	60.874.605
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1	100			138.261.644	138.261.644
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1	100			628.461.978	628.461.978
Total			-	-	1.453.035.411	1.453.035.411

20. Trata-se de solicitação relativa a diversos tipos de despesas de exercícios anteriores - passivos administrativos de pessoal da Justiça do Trabalho, conforme detalhado a seguir:

Abono de Permanência (art. 40 § 19 da Constituição Federal)	1.262.577,00
Adicional por tempo de serviço (Lei 8.112/90, art. 67)	6.163.913,00
Diferença de Adic. de Férias e Ind. (Lei 8.112/90, art. 76 e 78, § 3º e 4º)	2.760.682,00
Diferença de Grat. - funções com. e cargos em com. (Lei 8.112/90, art. 62)	32.864.095,00
Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art. 189)	53.948.008,00
Diferença de Subsídio	6.774.856,00
Diferença de Substituição (Lei 8.112/90, art.38)	368.889,00
Escalonamento PAE (5%)	299.766.992,00
FÉR INDENIZ (RESOL CNJ Nº 133/2011)	635.264,00
Licença Prêmio Indenizada	1.637.534,00
Recálculo da PAE (Período de janeiro de 98 a agosto de 99)	331.917.088,00
Rem. (Dif. e Ressarc.) – venc. e GAJ (Lei 8.112/90, art. 40 a 48 e art. 93)	18.886.641,00
Saldo de URV (11,98%)	66.602.562,00
VPNI, Excetuado o período de 9/4/1998 a 4/9/2001	586.040.891,00
Outros Passivos	43.405.419,00
Total Geral	1.453.035.411,00

21. Trata-se de decisões administrativas que reconheceram direitos dos magistrados e servidores e não pagos por falta de recursos orçamentários.

22. É necessário considerar que os dados constantes do processo não nos permitem verificar o amparo desses pagamentos em decisões administrativas dos Tribunais. O parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado, no entanto, não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

(fl. 7 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

23. Destacam-se no rol dessas dívidas da União para com os servidores e magistrados os elevados valores listados como “Escalonamento da PAE”, “Recálculo da PAE” e “VPNI”.

24. O Escalonamento da PAE refere-se ao impacto orçamentário decorrente do Acórdão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no Processo Nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000, cuja ementa segue:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – PAE. ESCALONAMENTO NO PERCENTUAL DE 5%. SIMETRIA REMUNERATÓRIA ENTRE A MAGISTRATURA TRABALHISTA E FEDERAL. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA. CONCESSÃO DOS PEDIDOS. Tendo em vista a simetria remuneratória entre os membros da magistratura trabalhista e federal, bem como o princípio da isonomia e o disposto na Lei n.º 10.474/2002, cabível o escalonamento da remuneração no percentual de 5% sobre a diferença da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, no interstício de fevereiro de 1995 a dezembro de 1997. Incidência de juros de mora e correção monetária nas diferenças devidas, computando-se, ainda, a incidência dos juros de mora e correção monetária sobre a diferença da parcela da PAE relativa a janeiro de 1998 a setembro de 1999, cujo principal foi pago no Abono Variável, observando-se esse escalonamento de 5% entre os níveis da magistratura.

25. O Recálculo da PAE refere-se ao impacto orçamentário decorrente do Acórdão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no Processo Nº CSJT-PP-774-53.2012.5.90.0000, cuja ementa segue:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RECÁLCULO DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE AO AUXÍLIO-MORADIA NÃO PAGO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PERÍODO DE JANEIRO DE 1998 A AGOSTO DE 1999. SATISFAÇÃO DO PRINCÍPAL SOMENTE COM A IMPLANTAÇÃO DO ABONO VARIÁVEL. O Abono Variável

instituído pela Lei nº 9.655/1998 incorporou a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, incluindo as diferenças resultantes do valor do auxílio moradia. Assegura-se, contudo, até a efetiva implantação dessa sistemática, somente implementada com o advento da Lei nº 10.474/2002, a partir de janeiro de 2003, a percepção de todas as verbas remuneratórias anteriores, dentre as quais a integralidade do valor do auxílio moradia no cálculo da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE. No caso, constatada a mora da Administração para a efetivação do pagamento integral da PAE, pela desconsideração do valor do auxílio moradia, no período de janeiro de 1998 a agosto de 1999, cujo valor principal somente restou satisfeito quando da implantação do abono variável, há de se deferir diferenças resultantes da incidência de atualização monetária e juros moratórios, relativo aquele interstício.

26. Em relação ao VPNI, transcrevemos o esclarecimento prestado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, órgão originário da solicitação do crédito adicional:

“Ressaltamos que, apesar do passivo de VPNI incluído no pedido em questão abranger o período de 9/4/1998 a 4/9/2001, esses passivos não se referem a recontagem dos quintos/décimos em razão da previsão contida no art. 62-A da Lei nº 8.112/90, incluído pela Medida Provisória 2.225-45/2001 c/c os arts. 3º e 10 da Lei 8.911/94 e art. 9º da Lei 9.624/98, ou seja, extensão até 04/09/2001.

Os referidos valores são decorrentes das alterações dos níveis de algumas funções comissionadas ou cargos em comissão incorporados pelos servidores (antes da extensão até 04/09/2001). Como exemplo, as seguintes funções: Chefe de Divisão do nível FC-05 para o nível FC-08 a contar de 10/11/93, nos termos do Acórdão exarado nos autos do processo TRT PA - 1755/93, Chefe de Seção do nível FC-04 para o nível FC-07 a contar de 23/07/96, nos termos do Acórdão exarado nos autos do processo TRT PA 1050/97, Secretario Especializado Calculista, do nível FC-03 para o nível FC-05 a contar de 23/07/96, pelos Atos 87/96 e 2297/97, Chefes de Secretarias de Turma, do nível FC-04 para o nível FC-09 a contar de 09/09/93, pela RA nº 28/93. Ressaltamos que as decisões (de alteração do nível) foram convalidadas pela Lei nº 11.758/2008.

(fl. 9 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

Ademais, existem ainda valores relacionados a revisões administrativas individuais, efetuadas em decorrência de alterações nas designações dos servidores ou em razão da incorporação de quintos/décimos pelo critério do resíduo, em razão do entendimento exarado na Decisão 925/1999 -TCD -Plenário, que admitiu 0 computo residual porventura existente em 10/11/1997, nos termos do art. 5º da Lei nº 9.624/98, desde que não empregado em qualquer incorporação, para concessão da primeira ou de mais uma parcela de quintos na data específica em que for completado o interstício de doze meses, de acordo com a sistemática definida na lei nº 8.911/94.”

27. Considerando a complexidade deste assunto e por se tratar de direito surgido na década de 1990, este Departamento fez contato com a área de orçamento do CSJT pedindo maiores esclarecimentos, tendo recebido a informação de que este passivo será objeto de auditoria por aquele Conselho.

28. Diante desse posicionamento entendemos não ser conveniente o atendimento do crédito para o seu pagamento.

B.2.2. Benefícios de Pessoal

R\$ 1,00						
Pedido SIOP: nº 43.662 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA-2015, art. 4º, caput, inciso XVI - (tipo 157a).			Fonte de Recursos Proposta			Total
UO/Ação	GN D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro	
TRTs da 20ª Região	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	3	100		45.100	45.100
TRTs da 2ª, 4ª, 10ª, 11ª, 16ª, 17ª Regiões	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívís, Empregados, Militares e seus Dependentes	3	100		10.216.343	10.216.343
TRTs da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 11ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 23ª, 24ª Regiões	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívís, Empregados e Militares	3	100		5.899.132	5.899.132
TRTs da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 9ª, 19ª, 23ª Regiões	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cívís, Empregados e Militares	3	100		1.712.773	1.712.773
TRTs da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª, 23ª, 24ª Regiões	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívís, Empregados e Militares	3	100		26.344.595	26.344.595
Total			-	-	44.217.943	44.217.943

29. As principais justificativas apresentadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho para as necessidades de créditos adicionais referem-se ao ingresso de novos beneficiários dos auxílios, ao aumento dos custos com a assistência médica e odontológica e ao reajuste dos valores per capita do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria

(fl. 10 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

B.2.3. Outras Despesas Correntes

R\$ 1,00						
Pedido SIOP: nº 44.055 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO-2015, art. 39 (tipo120).				Fonte de Recursos Proposta		
UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro
TRT da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 11ª, 13ª, 15ª, 16ª, 19ª, 22ª, 24ª Regiões	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	100			137.847.978
Total				-	-	137.847.978

30. O crédito suplementar solicitado visa ao atendimento de despesas com o pagamento da ajuda de custo para moradia aos magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

31. O Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux, relator da Ação Civil Originária STF n. 2.511, concedeu a tutela antecipada a fim de que todos os magistrados do trabalho tenham o direito a receber a ajuda de custo para moradia, previsto no art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35, de 1979, nos mesmos termos em que deferido o pedido na AO 1.773, formulada pelos juízes federais.

32. A decisão nos autos da AO 1.773 foi exarada nos seguintes termos:

Em 15/09/2014: "[...] Ex positis, e considerando, primordialmente, que o CNJ já reconhece o direito à ajuda de custo para fins de moradia aos magistrados e Conselheiros que lá atuam, ex vi da sua Instrução Normativa nº 9, de 8 de agosto de 2012, tendo em vista que todos os magistrados desta Corte têm o direito à ajuda de custo assegurado por ato administrativo, haja vista que os Membros do Ministério Público Federal, inúmeros Juízes de Direito e Promotores de Justiça já percebem o referido direito, e em razão, também, da simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas

(fl. 11 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

com um eminente caráter nacional, DEFIRO a tutela antecipada requerida, a fim de que todos os juízes federais brasileiros tenham o direito de receber a parcela de caráter indenizatório prevista no artigo 65, inciso II, da LC nº 35/79, aplicando-se como regra aplicável para a concessão da referida vantagem,: i) o artigo 65 da LOMAN ora referido, que, apenas, veda o pagamento da parcela se, na localidade em que atua o magistrado, houver residência oficial à sua disposição; ii) os valores pagos pelo STF a título de auxílio-moradia a seus magistrados.[...]" .

33. Como a decisão cautelar ocorreu em 15 de setembro de 2014, com a regulamentação em 07 de outubro de 2014, o impacto orçamentário decorrente não foi inserido na Proposta do Orçamento para 2015, a qual já estava em trâmite no Congresso Nacional.

B.2.4. Outras Despesas Correntes e de Capital

Pedido SIOP: nº 43.724 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA-2015, art. 4º, caput, inciso I, alínea "c", "d" e "e" (tipo 100).					Fonte de Recursos Proposta			Total	
UO/Ação				G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios		Tesouro
TRT da 1ª, 3ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª, 23ª Região	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho			3	150		12.390.669		12.390.669
				3	350		8.179.423		8.179.423
				4	150		245.361		245.361
				4	350		1.305.221		1.305.221
Total						-	22.120.674	-	22.120.674

34. Os créditos solicitados visam ao atendimento de diversas despesas administrativas dos Tribunais Regionais e têm como suporte o excesso de arrecadação e o superávit do exercício anterior de receitas diretamente arrecadadas pelos Tribunais.

(fl. 12 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

					R\$ 1,00		
Pedido SIOP: nº 43.890 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA-2015, art. 4º, caput, inciso VIII (tipo 152).				Fonte de Recursos Proposta			Total
UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro	
TRT da 3ª Região	133Q - Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG	4	181		50.000		50.000
TRT da 2ª Região	2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	3	181		71.000		71.000
TRT da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª, 24ª Regiões	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	181		47.015.267		47.015.267
		3	381		77.268.375		77.268.375
		4	181		9.413.018		9.413.018
		4	381		21.227.389		21.227.389
Total				-	155.045.049	-	155.045.049

35. Os créditos solicitados visam ao atendimento de despesas administrativas dos Tribunais Regionais e têm como suporte o excesso de arrecadação e o superávit do exercício anterior de receitas provenientes de convênios.

					R\$ 1,00			
Pedido SIOP: nº 44.046 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO-2015, art. 39 (tipo120).			Fonte de Recursos Proposta			Total		
UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios		Tesouro	
TRT da 13ª Região	10WT - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa - PB		4	100		1.307.954	1.307.954	
TRT da 3ª, 6ª, 17ª, 18ª Regiões	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		3	100		3.922.528	3.922.528	
TRT da 3ª, 6ª, 11ª, 23ª, 24ª Regiões	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho		3	100		25.401.400	25.401.400	
			4	100		6.120.000	6.120.000	
Total					-	-	36.751.882	36.751.882

36. O crédito solicitado para a obra de construção do edifício-sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa visa suplementar a dotação da LOA que se revelou insuficiente para o cumprimento do cronograma neste exercício.

37. As solicitações de créditos suplementares para a assistência jurídica a pessoas carentes decorrem do aumento de requisições de honorários periciais e atender demanda represada do exercício anterior.

38. A dotação solicitada pelos tribunais para a ação de apreciação de causas visa ao atendimento de diversas despesas administrativas como a manutenção de varas itinerantes, capacitação de recursos humanos, aquisição de material de expediente, garantir os contratos de manutenção e conservação, aquisição de equipamentos, etc.

(fl. 13 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

						R\$ 1.00					
Pedido SIOP: nº 44.147 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO-2015, art. 39 (tipo120).					Fonte de Recursos Proposta				Total		
UO/Ação				G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro			
TRT da 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 19ª, 24ª Regiões	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho				3	100	11.364.790			11.364.790	
Total								11.364.790	-	-	11.364.790

R\$ 1,00

39. Trata-se de remanejamento de dotações no âmbito dos Tribunais Regionais, visando ao atendimento de necessidades da vida orgânica tais como, compromissos com locação de imóveis, energia elétrica, saneamento de água e esgoto, telefonia, correios, manutenção predial, vigilância, auxílio-moradia a magistrados, dentre outras.

40. Foram oferecidos recursos compensatórios oriundos de ações orçamentárias de obras, os quais não têm previsão de utilização no presente exercício devido ao atraso no cronograma inicialmente previsto.

				R\$ 1,00
UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios
15105 - TRT da 4a. Região - Rio Grande do Sul	134A 5100 Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS - No Município de São Leopoldo - RS	4	100	1.050.000
15107 - TRT da 6a. Região - Pernambuco	11A7 1695 Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE - No Município de Recife - PE	4	100	782.790
15111 - TRT da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	135B 0053 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama - DF - No Distrito Federal	4	100	182.000
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	148F 0001 Implantação de Varas da Justiça do Trabalho - Nacional	3	100	6.337.180
		4	100	3.012.820
Total				11.364.790

R\$ 1,00

(fl. 14 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: nº 43.586 Tipo de crédito: Especial Autorização necessária: Lei Amparo: LDO-2015, art. 39 (tipo 200).		Fonte de Recursos Proposta				Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios	Receitas Próprias ou de Convênios	Tesouro	
TRT da 15ª Região	11BM - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP	4	181	400.000		400.000
TRT da 12ª Região	11FF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul - SC	4	181		750.000	750.000
TRT da 5ª Região	13HY - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga - BA	4	100	130.000		130.000
TRT da 15ª Região	14R7 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos - SP	4	181	400.000		400.000
TRT da 5ª Região	14ZF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ipiaú - BA	4	100	170.000		170.000
TRT da 14ª Região	1N14 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira - AC	4	181		53.549	53.549
TRT da 9ª Região	NA57 - Aquisição de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em Curitiba-PR	5	381		1.268.000	1.268.000
Total			1.100.000	2.071.549	-	3.171.549

41. As dotações solicitadas para essas obras têm como suporte o oferecimento de recursos compensatórios de outras ações e receitas provenientes de convênios.

- TRT da 15ª Região: para viabilizar a Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente e do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Barretos. No estágio atual é imprescindível o recurso para conclusão e consequente entrega ao público jurisdicionado das novas instalações do Fórum e da Vara Trabalhista;

- TRT da 12ª Região: o valor é necessário para o pagamento de Termo Aditivo e reajuste da obra de construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul, a ser concluída até o mês de setembro do presente exercício;

-TRT da 5ª Região: este pedido de crédito adicional se faz necessário para finalização das obras de Construção dos Edifícios-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga/BA e de Ipiaú/BA. Os recursos serão utilizados na complementação de estrutura, do acabamento, da pavimentação e da instalação na obra a ser executada, bem como pagamento dos reajustamentos de medições a serem realizadas;

- TRT da 14ª Região: crédito suplementar para a Construção da Sede Própria da Vara de Sena Madureira-AC. É de domínio público o evento da cheia histórica do Rio Madeira, afetando o Estado do Acre, inclusive tendo

(fl. 15 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

sido decretado estado de calamidade pública. Isto causou aumento generalizado de preços dos insumos. Além disso, no transcurso da obra, verificou-se a necessidade de aumento de material e serviços, que tentou-se amenizar com supressões, mas isto não foi suficiente para compensar o imprescindível para a conclusão da obra;

- TRT da 9ª Região: os recursos serão utilizados na aquisição do edifício pertencente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com 400m² de área construída em terreno com 737m², situado em área central da Capital Paranaense e em área urbanística integrada às demais unidades do Tribunal Regional do Trabalho. O aumento do quadro de servidores, a criação de novas varas do trabalho e o aumento na demanda pelos serviços desta justiça especializada, fez surgir a necessidade de remanejamento de unidades administrativas e judiciárias para um novo local, frente à precariedade dos espaços disponíveis para a atividade-fim do TRT 9ª Região em Curitiba, PR, ocasionando dificuldade na prestação de serviços aos jurisdicionados e ocasionando desconforto no ambiente de trabalho aos servidores e magistrados.

42. Os recursos oferecidos em compensação para o atendimento deste pedido são oriundos, em parte, de receitas próprias ou de convênios, complementados com o remanejamento dos recursos da ação "Apreciação de Causas" nos TRT das 5ª e 15ª Regiões, elencadas a seguir, não havendo impacto ou comprometimento de seus objetivos, em face da prioridade das necessidades demonstradas:

UO/Ação		G N D	Fonte	Anulação de Créditos Próprios
15106 - TRT da 5a. Região - Bahia	4256 0029 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	4	100	300.000
15116 - TRT da 15a. Região - Campinas/SP	4256 3474 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP	3	181	800.000
Total				1.100.000

R\$ 1,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

43. As solicitações de Créditos Adicionais (especiais e suplementares) apresentadas visam a corrigir situações de recursos insuficientemente dotados ou não programados na Lei Orçamentária Anual da Justiça do Trabalho.

44. Como fonte de recursos a dar suporte aos créditos propostos foram pleiteados recursos do Tesouro, oferecidos créditos compensatórios, e indicadas receitas próprias e de convênios.

45. O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições do órgão e refletem reais necessidades de recursos.

46. As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF.

47. Ressalte-se as seguintes solicitações de dotações:

Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(fl. 17 da Nota Técnica n. 01/DAO, de 2015)

Para despesas de pessoal relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI, por se tratar de direito ainda sob auditoria do CSJT.

48. Em vista da regularidade das proposições encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal pela Justiça do Trabalho e das razões expostas, este Departamento considera pertinentes as alterações orçamentárias solicitadas, manifestando-se **favoravelmente** ao atendimento com as ressalvas acima citadas.

Brasília, 9 de junho de 2015.

ANTONIO CARLOS STANGHERLIN REBELO

Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROPOSTA DE PARECER

PARECER DE MÉRITO Nº 0002223-28.2015.2.00.0000

REQUERENTE: CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalvas.**

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, pela Setorial Orçamentária da Justiça do Trabalho, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de

(fl. 2 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça do Trabalho solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 39/2015, de 19 de maio de 2015.

O quadro a seguir resume os valores dos créditos adicionais solicitados:

R\$ 1,00					
Grupo de Natureza da Despesa	FINALIDADE	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOUREIRO	TOTAL
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Despesas de pessoal	-	-	694.511.078	694.511.078
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Passivos de pessoal	-	-	1.453.035.411	1.453.035.411
3 - Outras Despesas Correntes	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	-	-	3.922.528	3.922.528
3 - Outras Despesas Correntes	Ajuda de custo para Moradia de Magistrados	9.350.000	762.500	137.847.978	147.960.478
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal	-	-	44.217.943	44.217.943
3 - Outras Despesas Correntes	Concursos Públicos	-	8.504.973	-	8.504.973
3 - Outras Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	2.014.790	135.657.261	25.401.400	163.073.451
4 - Investimentos	Obras	1.100.000	853.549	1.307.954	3.261.503
4 - Investimentos	Outras Despesas de Capital	-	32.190.989	6.120.000	38.310.989
5 - Inversões Financeiras	Aquisição de Imóveis	-	1.268.000	-	1.268.000
TOTAL		12.464.790	179.237.272	2.366.364.292	2.558.066.354

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 01/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça do Trabalho neste processo e com informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, retornando os autos.

É o Relatório.

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à

Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

A solicitação de abertura de créditos adicionais fora desses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, observando-se o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça do Trabalho solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015 no montante de **R\$ 2.558.066.354,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39.

Foram incluídas nessa solicitação, e merecem ressalva, valores nas seguintes situações:

Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa,

(fl. 5 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos, decorrentes de decisões administrativas, não atendidas por insuficiência orçamentária.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

Foi incluída nessa solicitação, e merece ressalva, valor para o pagamento de passivos de VPNI, cujo direito ainda está sob verificação do CSJT.

Cabe, ainda, considerar que o parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultantes do ingresso de novos beneficiários, aumento de custos com a assistência médica e odontológica e com o reajuste do valor per capita do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

(fl. 6 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suplementação das ações orçamentárias:

- 10WT – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa – PB, no TRT da 13ª Região;

- 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) nos TRT das 3ª, 6ª, 17ª e 18ª Regiões; e

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 3ª, 6ª, 11ª, 23ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

c) Crédito suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento), para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 19ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

d) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento) e com arrecadação de recursos de convênios, para as ações orçamentárias nos seguintes Tribunais Regionais do

(fl. 7 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

Trabalho:

5ª Região: 13HY e 14FZ - Construção dos Edifícios-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga/BA e de Ipiaú/BA, respectivamente;

9ª Região: NA57 – Aquisição de Edifício de Apoio ao TRT da 9ª Região, em Curitiba – PR;

12ª Região: 11FF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul – SC;

14ª Região: 1N14 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira-AC; e

15ª Região: 11BM e 14R7 - Construção do Edifício- Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP e do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Barretos – SP, respectivamente.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar, com suporte em excesso de arrecadação e superávit de receitas próprios, para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 3ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª e 23ª Regiões;

b) Crédito Suplementar, com suporte no excesso de arrecadação e no superávit do exercício anterior de receitas provenientes de convênios, para suplementação das seguintes ações:

- 133Q – Ampliação do Edifício-Sede da Vara do trabalho de Pedro Leopoldo – MG, no TRT da 3ª Região;

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional no TRT da 2ª Região; e

(fl. 8 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões.

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 01/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pelo órgão no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pela Justiça do Trabalho.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos do órgão, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou, aquele departamento, ressalvas quanto às seguintes solicitações de dotações:

a) Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

b) Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos

decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Para despesas de pessoal relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI, por se tratar de direito ainda sob auditoria do CSJT.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça do Trabalho visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições do órgão e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentária quanto às solicitações de créditos para despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, do provimento dos cargos por reposição, do provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei e relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de

(fl. 10 Parecer CNJ 0002223-28.2015.2.00.0000)

VPNI.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos solicitados, com as ressalvas acima, situações para as quais o parecer é **desfavorável**.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, de junho de 2015.

Conselheira Deborah Ciocci

Relatora

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

29ª Sessão Extraordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho decidiu, por unanimidade:

I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II - aprovar o parecer de mérito, nos termos do voto da Relatora, com ressalva dos Conselheiros Gisela Gondin e Paulo Teixeira quanto à verba destinada ao pagamento do auxílio-moradia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30 de junho de 2015. "

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrigli, Lelio Bentes, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, [Luiza Cristina Frischeisen](#), Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 30 de junho de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalvas.**

ACÓRDÃO

O Conselho decidiu, por unanimidade: I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno; II - aprovar o parecer de mérito, nos termos do voto da Relatora, com ressalva dos Conselheiros Gisela Gondin e Paulo Teixeira quanto à verba destinada ao pagamento do auxílio-moradia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30 de junho de 2015.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, pela Setorial Orçamentária da Justiça do Trabalho, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça do Trabalho solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 39/2015, de 19 de maio de 2015.

O quadro a seguir resume os valores dos créditos adicionais solicitados:

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 01/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça do Trabalho neste processo e com informações obtidas junto ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

É o Relatório.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo.

O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Dos Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida no art. 4º da Lei nº 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015).

Como consta na supramencionada norma, a solicitação de abertura de créditos adicionais fora desses parâmetros deve ser encaminhada ao Poder Legislativo, observando-se o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº

10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça do Trabalho solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015 no montante de **R\$ 2.558.066.354,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Legislativo

- a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39.

Foram incluídas nessa solicitação, e merecem ressalva, valores nas seguintes situações:

- Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

- Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos, decorrentes de decisões administrativas, não atendidas por insuficiência orçamentária.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

Foi incluída nessa solicitação, e merece ressalva, valor para o pagamento de passivos de VPNI, cujo direito ainda está sob verificação do CSJT.

Cabe, ainda, considerar que o parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultantes do ingresso de novos beneficiários, aumento de custos com a assistência médica e odontológica e com o reajuste do valor *per capita* do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suplementação das ações orçamentárias:

- 10WT – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa – PB, no TRT da 13ª Região;

- 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) nos TRT das 3ª, 6ª, 17ª e 18ª Regiões; e

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 3ª, 6ª, 11ª, 23ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

c) Crédito suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento), para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 19ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

d) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento) e com arrecadação de recursos de convênios, para as ações orçamentárias nos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

5ª Região: 13HY e 14FZ - Construção dos Edifícios-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga/BA e de Ipiatuba/BA, respectivamente;

9ª Região: NA57 – Aquisição de Edifício de Apoio ao TRT da 9ª Região, em Curitiba – PR;

12ª Região: 11FF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul – SC;

14ª Região: 1N14 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira-AC; e

15ª Região: 11BM e 14R7 - Construção do Edifício- Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP e do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Barretos – SP, respectivamente.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar, com suporte em excesso de arrecadação e superávit de receitas próprios, para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 3ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª e 23ª Regiões;

b) Crédito Suplementar, com suporte no excesso de arrecadação e no superávit do exercício anterior de receitas provenientes de convênios, para suplementação das seguintes ações:

- 133Q – Ampliação do Edifício-Sede da Vara do trabalho de Pedro Leopoldo – MG, no TRT da 3ª Região;

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional no TRT da 2ª Região; e

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões.

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 01/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pelo órgão no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pela Justiça do Trabalho.

Atestou, aquele Departamento, que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observando os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos do órgão, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou, aquele departamento, ressalvas quanto às seguintes solicitações de dotações:

a) Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

b) Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Para despesas de pessoal relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI, por se tratar de direito ainda sob auditoria do CSJT.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça do Trabalho visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos para suporte dos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições do órgão e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentária quanto às solicitações de créditos para despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, do provimento dos cargos por reposição, do provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei e relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos solicitados, com as ressalvas acima, situações para as quais o parecer é **desfavorável**.

Contudo, voto ainda pela extração de cópia integral do presente procedimento, para autuação de novo procedimento, com fins no acompanhamento da auditoria noticiada pelo CSJT e futura deliberação quanto à solicitação de créditos adicionais para pagamento de passivos de VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável), de sorte a não prejudicar a aprovação dos demais créditos solicitados.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

Conselheira **Deborah Ciocci**

Relatora

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

29ª Sessão Extraordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho decidiu, por unanimidade:

I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II - aprovar o parecer de mérito, nos termos do voto da Relatora, com ressalva dos Conselheiros Gisela Gondin e Paulo Teixeira quanto à verba destinada ao pagamento do auxílio-moradia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30 de junho de 2015. "

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, [Luiza Cristina Frischeisen](#), Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 30 de junho de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Brasília, 2015-07-01.

Conselheiro Relator

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo.

O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Dos Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida no art. 4º da Lei nº 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015).

Como consta na supramencionada norma, a solicitação de abertura de créditos adicionais fora desses parâmetros deve ser encaminhada ao Poder Legislativo, observando-se o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça do Trabalho solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015 no montante de **R\$ 2.558.066.354,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Legislativo

- a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39.

Foram incluídas nessa solicitação, e merecem ressalva, valores nas seguintes situações:

- Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

- Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos, decorrentes de decisões administrativas, não atendidas por insuficiência orçamentária.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

Foi incluída nessa solicitação, e merece ressalva, valor para o pagamento de passivos de VPNI, cujo direito ainda está sob verificação do CSJT.

Cabe, ainda, considerar que o parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultantes do ingresso de novos beneficiários, aumento de custos com a assistência médica e odontológica e com o reajuste do valor *per capita* do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF

e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suplementação das ações orçamentárias:

- 10WT – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa – PB, no TRT da 13ª Região;

- 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) nos TRT das 3ª, 6ª, 17ª e 18ª Regiões; e

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 3ª, 6ª, 11ª, 23ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

c) Crédito suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento), para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 19ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

d) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento) e com arrecadação de recursos de convênios, para as ações orçamentárias nos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

5ª Região: 13HY e 14FZ - Construção dos Edifícios-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga/BA e de Ipiaú/BA, respectivamente;

9ª Região: NA57 – Aquisição de Edifício de Apoio ao TRT da 9ª Região, em Curitiba – PR;

12ª Região: 11FF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul – SC;

14ª Região: 1N14 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira-AC; e

15ª Região: 11BM e 14R7 - Construção do Edifício- Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP e do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Barretos – SP, respectivamente.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar, com suporte em excesso de arrecadação e superávit de receitas próprios, para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 3ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª e 23ª Regiões;

b) Crédito Suplementar, com suporte no excesso de arrecadação e no superávit do exercício anterior de receitas provenientes de convênios, para suplementação das seguintes ações:

- 133Q – Ampliação do Edifício-Sede da Vara do trabalho de Pedro Leopoldo – MG, no TRT da 3ª Região;

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional no TRT da 2ª Região; e
- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões.

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 01/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pelo órgão no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pela Justiça do Trabalho.

Atestou, aquele Departamento, que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observando os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos do órgão, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou, aquele departamento, ressalvas quanto às seguintes solicitações de dotações:

a) Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

b) Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Para despesas de pessoal relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI, por se tratar de direito ainda sob auditoria do CSJT.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça do Trabalho visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos para suporte dos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições do órgão e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentária quanto às solicitações de créditos para despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, do provimento dos cargos por reposição, do provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei e relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos solicitados, com as ressalvas acima, situações para as quais o parecer é **desfavorável**.

Contudo, voto ainda pela extração de cópia integral do presente procedimento, para autuação de novo procedimento, com fins no acompanhamento da auditoria noticiada pelo CSJT e futura deliberação quanto à solicitação de créditos adicionais para pagamento de passivos de VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável), de sorte a não prejudicar a aprovação dos demais créditos solicitados.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

Conselheira **Deborah Ciocci**

Relatora

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, pela Setorial Orçamentária da Justiça do Trabalho, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça do Trabalho solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 39/2015, de 19 de maio de 2015.

O quadro a seguir resume os valores dos créditos adicionais solicitados:

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 01/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça do Trabalho neste processo e com informações obtidas junto ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

É o Relatório.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo.

O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Dos Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida no art. 4º da Lei nº 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015).

Como consta na supramencionada norma, a solicitação de abertura de créditos adicionais fora desses parâmetros deve ser encaminhada ao Poder Legislativo, observando-se o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça do Trabalho solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015 no montante de **R\$ 2.558.066.354,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Legislativo

- a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suprir déficit projetado na dotação para despesas com a folha de pessoal.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39.

Foram incluídas nessa solicitação, e merecem ressalva, valores nas seguintes situações:

- Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

- Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos, decorrentes de decisões administrativas, não atendidas por insuficiência orçamentária.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

Foi incluída nessa solicitação, e merece ressalva, valor para o pagamento de passivos de VPNI, cujo direito ainda está sob verificação do CSJT.

Cabe, ainda, considerar que o parecer favorável ao atendimento do crédito solicitado não tem o condão de reconhecer o direito dos beneficiários ao pagamento, o que cabe à administração durante o processo de execução orçamentária.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para pagamento de benefícios de pessoal, resultantes do ingresso de novos beneficiários, aumento de custos com a assistência médica e odontológica e com o reajuste do valor *per capita* do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF

e na AO nº 2.511-DF, ambas em trâmite no STF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art. 39

b) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para suplementação das ações orçamentárias:

- 10WT – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa – PB, no TRT da 13ª Região;

- 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) nos TRT das 3ª, 6ª, 17ª e 18ª Regiões; e

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 3ª, 6ª, 11ª, 23ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

c) Crédito suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento), para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 19ª e 24ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

d) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios (remanejamento) e com arrecadação de recursos de convênios, para as ações orçamentárias nos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

5ª Região: 13HY e 14FZ - Construção dos Edifícios-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga/BA e de Ipiaú/BA, respectivamente;

9ª Região: NA57 – Aquisição de Edifício de Apoio ao TRT da 9ª Região, em Curitiba – PR;

12ª Região: 11FF - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul – SC;

14ª Região: 1N14 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira-AC; e

15ª Região: 11BM e 14R7 - Construção do Edifício- Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP e do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Barretos – SP, respectivamente.

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito Suplementar, com suporte em excesso de arrecadação e superávit de receitas próprios, para suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, nos TRT das 1ª, 3ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª e 23ª Regiões;

b) Crédito Suplementar, com suporte no excesso de arrecadação e no superávit do exercício anterior de receitas provenientes de convênios, para suplementação das seguintes ações:

- 133Q – Ampliação do Edifício-Sede da Vara do trabalho de Pedro Leopoldo – MG, no TRT da 3ª Região;

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional no TRT da 2ª Região; e
- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho nos TRT das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões.

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 01/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pelo órgão no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pela Justiça do Trabalho.

Atestou, aquele Departamento, que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observando os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos do órgão, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou, aquele departamento, ressalvas quanto às seguintes solicitações de dotações:

a) Para o pagamento das despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, cujo crédito já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, conforme demonstrado no Anexo V da referida lei.

b) Para as despesas de pessoal decorrentes do provimento dos cargos por reposição, caso em que a dotação já foi entregue à Justiça do Trabalho na Lei Orçamentária de 2015, e para o provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada quando da aprovação do projeto de lei, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Para despesas de pessoal relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI, por se tratar de direito ainda sob auditoria do CSJT.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça do Trabalho visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos para suporte dos créditos propostos são provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, receitas de convênios, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições do órgão e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentária quanto às solicitações de créditos para despesas de pessoal decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa, do provimento dos cargos por reposição, do provimento dos cargos decorrentes da aprovação dos projetos de lei e relativas ao pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos de VPNI.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos solicitados, com as ressalvas acima, situações para as quais o parecer é **desfavorável**.

Contudo, voto ainda pela extração de cópia integral do presente procedimento, para autuação de novo procedimento, com fins no acompanhamento da auditoria noticiada pelo CSJT e futura deliberação quanto à solicitação de créditos adicionais para pagamento de passivos de VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável), de sorte a não prejudicar a aprovação dos demais créditos solicitados.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

Conselheira **Deborah Ciocci**

Relatora

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002223-28.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça do Trabalho. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalvas.**

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002223-28.2015.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO

Certifico que o acórdão, inserido no Id 1735123 destes autos, foi publicado no DJ-e nº 118/2015, em 3/7/2015, pág. 5-9.

Brasília, 13 de julho de 2015.

Pedro Kleiber de Bezerril Beltrão Junior

Analista Judiciário

Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça

Inclusão da cópia do ofício de encaminhamento do Acórdão à Secretaria de Orçamento Federal.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício 288/SG/2015

Brasília, 3 de julho de 2015.

Senhora Secretária,

Ao cumprimentá-la, encaminho a Vossa Senhoria os pareceres deste Conselho e as respectivas certidões de julgamento, relativos às solicitações de créditos adicionais ao orçamento de 2015 dos órgãos orçamentários da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A referida documentação atende ao disposto no art. 41 da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente,

Juiz Fabricio Bittencourt da Cruz
Secretário-Geral

À Senhora
ESTHER DWECK
Secretária de Orçamento Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Brasília – DF

RECEBI O ORIGINAL

Em, 08/08/15 às 13:48h

Maria José
Matr.



Número: **0002618-20.2015.2.00.0000**

Classe: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Cons. Emmanoel Campelo**

Última distribuição : **10/06/2015**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

Assuntos: **Crédito Adicional**

Objeto do processo: **CJF - Ofício n.º CJF-OFI-2015/02352 - Reprogramação Orçamentária - Solicitação - Abertura de Crédito - Exercício 2015.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
REQUERENTE	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF
REQUERIDO	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1720049	10/06/2015 12:06	Petição inicial	Petição inicial
1720051	10/06/2015 12:06	CJF-OFI-2015-02352	Documento de comprovação
1723816	19/06/2015 12:31	Despacho	Despacho
1729501	23/06/2015 14:37	Ofício	Ofício
1729502	23/06/2015 14:37	NT 03 1ª Etapa - 2015 - JF	Informações digitalizadas
1729504	23/06/2015 14:37	Proposta de Parecer 1ª etapa JF	Informações digitalizadas
1735005	01/07/2015 14:58	Certidão de julgamento - 29ª Sessão Extraordinária - Vista regimental	Certidão
1766850	19/08/2015 13:56	Certidão de julgamento	Certidão
1768593	21/08/2015 12:24	Acórdão	Acórdão
1734067	21/08/2015 12:24	Voto do Magistrado	Voto
1734062	21/08/2015 12:24	Ementa	Ementa
1734067	21/08/2015 12:24	Voto do Magistrado	Voto
1734077	21/08/2015 12:24	Relatório	Relatório
1772207	27/08/2015 11:05	Ofício	Ofício
1772208	27/08/2015 11:05	Ofício nº 8782-SGE - Prot	Ofício digitalizado
1777962	02/09/2015 18:11	Certidão de publicação	Certidão

Exmo. Senhor Presidente,

Encaminho-lhe solicitação do Ministro Presidente do CJF, Francisco Falcão, de abertura de créditos adicionais, em favor da Justiça Federal.

Respeitosamente,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2015/02352

Brasília, 14 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro RICARDO LEWANDOWSKY
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: Reprogramação orçamentária

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ n. 68, de 3 de março de 2009, solicitação de abertura de crédito adicional, no valor de R\$ R\$ 178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil e trezentos e trinta reais), em favor da Justiça Federal, o qual foi encaminhado ao Poder Executivo e lançado no Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário, no controle abaixo especificado:

Crédito a ser aberto por decreto			
Controle	Tipo	Fundamento	Valor
43466	100	Art. 4º caput, inciso I, alínea "c", da LOA 2015	R\$ 1.462.586,00
43584	100	Art. 4º caput, inciso I, alínea "d" e "e", da LOA 2015	R\$ 90.426.104,00
43542	101	Art. 4º caput, inciso VI, alínea "b", da LOA 2015	R\$ 905.090,00
43608	157	Art. 4º caput, inciso XVI, alínea "b", da LOA 2015	R\$ 26.056.553,00
TOTAL			R\$118.850.333,00

Créditos a serem abertos por lei			
Controle	Tipo	Fundamento	Valor
43449	120	Art. 39 da LDO 2015	R\$ 25.220.020,00
43532	200	Art. 39 da LDO 2015	R\$ 33.943.977,00
TOTAL			R\$ 59.163.997,00

Dessa forma, seguem as informações relativas aos respectivos créditos.

Respeitosamente,

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Classif. documental | 10.03.00.02



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43466

Tipo de Crédito: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

Tipo de Crédito: **Decreto**

Tipo Doc:
Nº Doc:

Data Efetivação:

Programática / P. O.	Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Operatório	Func.	E	S	Origem Loc.	Natureza Fte	U	IDOC	RP Lei	Supl. Cancel.	Cancel.	Diferença	Supl. Excesso.	Supl. Supravit.	Supl. Operação de Crédito
Unidade:	12000- Justiça Federal										0	0	1.462.586	0	0
	12101- Justiça Federal de Primeiro Grau										0	0	91.476	0	0
	Prestação Jurisdiccional na Justiça Federal										0	0	91.476	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal	02-001	10								0	0	91.476	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional				PLOA						0	0	91.476	0	0
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal										0	0	91.476	0	0
0569 4257 0001 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal					3.3.90	150	0	9999	2	2	0	91.476	0	0
Unidade:	12102- Tribunal Regional Federal da 1a. Região										0	0	1.151.110	0	0
	Prestação Jurisdiccional na Justiça Federal										0	0	1.151.110	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal	02-001	10								0	0	1.151.110	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO				PLOA						0	0	1.151.110	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal										0	0	1.151.110	0	0
0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal					3.3.90	150	0	9999	2	2	0	1.151.110	0	0
0569 4257 8012 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal										0	0	1.151.110	0	0
Unidade:	12104- Tribunal Regional Federal da 3a. Região										0	0	220.000	0	0
	Prestação Jurisdiccional na Justiça Federal										0	0	220.000	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal	02-001	10								0	0	220.000	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP				PLOA						0	0	220.000	0	0
	Julgamento de Causas na Justiça Federal										0	0	220.000	0	0
0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal					3.3.90	150	0	9999	2	2	0	220.000	0	0
0569 4257 6014 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal										0	0	220.000	0	0
Total Geral											0	0	1.462.586	0	0



SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

1

12/05/2015 19:13



CJFOF1201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 43466 - TIPO 100 - FONTE 50

Tipo de Crédito: 100

Indique a necessidade da alteração orçamentária

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO

- Solicitação de Crédito suplementar destinado à realização do concurso público de Juiz Federal Substituto à conta de recursos próprios por excesso de arrecadação de receitas provenientes de inscrição em concurso público.

- Solicitação de crédito suplementar destinado à substituição do veículo oficial da Seccional de Rondônia, cuja receita provém de indenização por parte de seguradora decorrente de sinistro com veículo.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO

- Solicitação de crédito suplementar destinado à realização do XVIII Concurso Público para Ingresso no cargo de Juiz Federal Substituto.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO

- Não haverá cancelamento de dotações.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO

- Não se aplica ao solicitado.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO

- Inviabilizará a realização do concurso público de servidores e de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, tendo em vista os gastos que serão realizados pelo certame.

- Inviabilizará a substituição do veículo oficial da Seccional de Rondônia.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO

- Comprometimento da realização de todas as etapas do concurso público.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO

- Não haverá reflexo no nível de gastos.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO

- Não haverá reflexo no nível de gastos.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Outras informações consideradas relevantes

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

2

12/05/2015 19:13



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391224-1018 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43466

Tipo: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 Justiça Federal	1.462.586	0	1.462.586
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	91.476	0	91.476
12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região	1.151.110	0	1.151.110
12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região	220.000	0	220.000
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	91.476	0	91.476
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	91.476	0	91.476
12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região	1.151.110	0	1.151.110
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	1.151.110	0	1.151.110
12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região	220.000	0	220.000
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	220.000	0	220.000
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Indicador de Resultado Primário(RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
061 - Ação Judiciária	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 Judiciária	1.462.586	0	1.462.586
061 Ação Judiciária	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	1.462.586	0	1.462.586

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

12/05/2015 19:13



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391224-1018 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43466

Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586
--------------------	------------------	----------	------------------

<i>Tipo de Programa</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
- Gestão e Manutenção	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586

<i>Ação</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586

<i>Tipo de Ação</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
- Atividade	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586

<i>Pedido de Alteração</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
43466 - TIPO 100 - FONTE 50(Tipo 100)	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586

<i>Tipo de Financiamento</i>	<i>Suplementação</i>	<i>Cancelamento</i>	<i>Diferença</i>
- Excesso de arrecadação	1.462.586	0	1.462.586
TOTAL-GERAL	1.462.586	0	1.462.586

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

12/05/2015 19:13

4



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391224-1018 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43584

Tipo de Crédito: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Efeativação:			Data Assinatura:							Data Publicação:				
Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Flavc	E	S	F	Origem Loc.	Natureza	Fis	U	DOC	RP	RP	RP	RP
Orgão:	12000- Justiça Federal													
Unidade:	12101- Justiça Federal de Primeiro Grau													
0569 4257	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	02-001	10											
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional													
0569 4257 0001 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal													
Total Geral														



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391227-1021 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

1

08/05/2015 18:17



CJFOFI201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 43584 - Cred Supl (Tipo 100 - Auxílio Moradia)

Tipo de Crédito: 100

Indique a necessidade da alteração orçamentária Solicitação de crédito suplementar ao Poder Executivo referente ao impacto orçamentário decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida nos autos do Processo AO 1773, nos seguintes termos: Em 15/09/2014: "[...] Ex positis, e considerando, primordialmente, que o CNJ já reconhece o direito à ajuda de custo para fins de moradia aos magistrados e Conselheiros que lá atuam, ex vi da sua Instrução Normativa nº 9, de 8 de agosto de 2012, tendo em vista que todos os magistrados desta Corte têm o direito à ajuda de custo assegurado por ato administrativo, haja vista que os Membros do Ministério Público Federal, inúmeros Juizes de Direito e Promotores de Justiça já percebem o referido direito, e em razão, também, da simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas com um eminente caráter nacional, DEFIRO a tutela antecipada requerida, a fim de que todos os juizes federais brasileiros tenham o direito de receber a parcela de caráter indenizatório prevista no artigo 65, inciso II, da LC nº 35/79, aplicando-se como regra aplicável para a concessão da referida vantagem; i) o artigo 65 da LOMAN ora referido, que, apenas, veda o pagamento da parcela se, na localidade em que atua o magistrado, houver residência oficial à sua disposição; ii) os valores pagos pelo STF a título de auxílio-moradia a seus magistrados.[...]" Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Descreva o impacto do cancelamento de dotações Não se aplica. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Quais as consequências do não atendimento do pleito? Descumprimento da decisão judicial proferida nos autos do processo STF AO 1773. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária? Não se aplica. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Outras informações consideradas relevantes Usuário: MARCELO BARROS MARQUES

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

2

08/05/2015 18:17



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391227-1021 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43584

Tipo: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 Justiça Federal	90.426.104	0	90.426.104
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	90.426.104	0	90.426.104
100 Recursos Ordinários	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
061 - Ação Judiciária	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 Judiciária	90.426.104	0	90.426.104
061 Ação Judiciária	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104
<i>Tipo de Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

08/05/2015 18:17

3



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391227-1021 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF0201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43584

Tipo: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Atividade	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
43584 - Cred Supl (Tipo 100 - Auxílio Moradia(Tipo 100))	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	90.426.104	0	90.426.104
TOTAL-GERAL	90.426.104	0	90.426.104

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

08/05/2015 18:17

4



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391227-1021 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43542

Tipo de Crédito: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Tipo Doc: Decreto

Nº Doc:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Emissão: 08/05/2015 16:11

Data Assinatura:

Data Publicação:

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E S F	Origem Lec.	Natureza	Fte	U	IDOC	RP	RP Lec	Sistém. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Sistém. por Excesso.	Sistém. por Supervent.	Sistém. por Operação de Crédito
0569	12000 - Justiça Federal															
0569	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau															
0569	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02-122	10													
0569	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional															
0569	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais															
0569	Pagamento de Pessoal Ativo da União	02-122	10													
0569	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional															
0569	Pagamento de Pessoal Ativo da União															
Total Geral																



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391235-1050 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

1

08/05/2015 16:11



CJFOF1201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 43542 - Créd Suplementar pessoal (VF Pitanga - PR)

Tipo de Crédito: 101

Indique a necessidade da alteração orçamentária Solicitação de crédito adicional por remanejamento de saldo existente na reserva de contingência (item I, subitem 2.3.3 do Anexo V da LOA 2015), tendo em vista a aprovação da Lei n. 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou 1 vara federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Descreva o impacto do cancelamento de dotações Não haverá. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Quais as consequências do não atendimento do pleito? Impossibilidade de funcionamento da vara federal criada. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES
Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária? Impacto anual de R\$ 1.789.897,00 nas despesas com pessoal da Justiça Federal. Usuário: MARCELO BARROS MARQUES

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

2

08/05/2015 16:11



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391235-1050 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43542

Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 Justiça Federal	905.090	0	905.090
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Pessoal e Encargos Sociais	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	905.090	0	905.090
100 Recursos Ordinários	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	818.007	0	818.007
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	87.083	0	87.083
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Financeira	87.083	0	87.083
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	818.007	0	818.007
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Financeira	87.083	0	87.083
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	818.007	0	818.007
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
122 - Administração Geral	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 Judiciária	905.090	0	905.090
122 Administração Geral	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

08/05/2015 16:11



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391235-1050 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43542

Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

Tipo de Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	87.083	0	87.083
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	818.007	0	818.007
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Atividade	818.007	0	818.007
- Operações Especiais	87.083	0	87.083
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
43542 - Créd Suplementar pessoal (VF Pitanga - PR)(Tipo 101)	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	905.090	0	905.090
TOTAL-GERAL	905.090	0	905.090

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

08/05/2015 16:11

4



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391235-1050 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43449

Tipo de Crédito: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não autorizada na LOA
Tipo Doc: Lei
Nº Doc:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Emissão:			Data Assinatura:			Data Publicação:			Data Emissão:		
Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E S F	Origem Loc.	Natureza Fte U	DOC RP RP Lei	Sistem. por Cancel.	Diferença	Sistem. por Excesso.	Sistem. por Supervent.	Sistem. por Operação de Crédito
Órgão: 12000 - Justiça Federal											
Unidade: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau											
0569 1023	Prescrição Judicial na Justiça Federal						25.220.020	0	0	0	0
0569 102S 1068	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE -	02-122	10	Emenda			25.220.020	0	0	0	0
0569 102S 1068 0000	No Município de Juazeiro do Norte - CE						25.220.020	-4.600.000	0	0	0
	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE						4.600.000	-4.600.000	0	0	0
							4.600.000	-4.600.000	0	0	0
0569 1053	Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN	02-122	10	Emenda			0	-6.550.000	0	0	0
0569 105B 1262	Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN - No						0	-6.550.000	0	0	0
0569 105B 1262 0000	Município de Natal - RN						0	-6.550.000	0	0	0
	Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN						6.550.000	-6.550.000	0	0	0
0569 105H	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB	02-122	10	Emenda			0	-1.250.000	0	0	0
0569 105H 1436	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB -						0	-1.250.000	0	0	0
0569 105H 1436 0000	No Município de João Pessoa - PB						0	-1.250.000	0	0	0
	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB						1.250.000	-1.250.000	0	0	0
0569 110M	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis - MG	02-122	10	Emenda			125.000	0	0	0	0
0569 110M 2589	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis - MG - No						125.000	0	0	0	0
0569 110M 2589 0000	Município de Divinópolis - MG						125.000	0	0	0	0
	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis - MG						125.000	0	0	0	0
0569 120E	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO	02-122	10	Emenda			0	-5.550.000	0	0	0
0569 120E 5512	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO - No						0	-5.550.000	0	0	0
0569 120E 5512 0000	Município de Goiânia - GO						0	-5.550.000	0	0	0
	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO						5.550.000	-5.550.000	0	0	0
0569 125H	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB	02-122	10	Emenda			0	-700.000	0	0	0
0569 125H 1551	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB - No Município						0	-700.000	0	0	0
0569 125H 1551 0000	de Sousa - PB						0	-700.000	0	0	0
	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB						700.000	-700.000	0	0	0

SIOP - http://www.siof.planejamento.gov.br

13/05/2015 16:31



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta a autenticidade em https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action

CJFOF1201502352A





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43449

Leis: Tipo de Crédito: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não autorizada na LOA

Leis: Tipo Doc: Nº Doc:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Emissão:		Data Assinatura:							Data Publicação:							
Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func	E	S	Origem Loc.	Natureza	Fls	U	DOC	RP Lei	Sistem. por Cancel	Cancel	Diferença	Sistem. por Excesso	Sistem. por Supervit	Sistem. por Operação de Crédito
0569 12SJ	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG	02-122 10									0	1.225.000	-1.225.000	0	0	0
0569 12SJ 2956	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG		Emenda								0	1.225.000	-1.225.000	0	0	0
0569 12SJ 2956 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG										0	1.225.000	-1.225.000	0	0	0
0569 12SN	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL	02-122 10									0	909.884	-909.884	0	0	0
0569 12SN 1751	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL - No Município de Arapiraca - AL		PLCA								0	909.884	-909.884	0	0	0
0569 12SN 1751 0000	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL										0	909.884	-909.884	0	0	0
0569 12SR	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT	02-122 10									50.000	0	50.000	0	0	0
0569 12SR 5296	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT - No Município de Cáceres - MT		Emenda								50.000	0	50.000	0	0	0
0569 12SR 5296 0000	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT										50.000	0	50.000	0	0	0
0569 13MA	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Apu - RN	02-122 10									1.500.000	0	1.500.000	0	0	0
0569 13MA 1175	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Apu - RN - No Município de Apu - RN		Emenda								1.500.000	0	1.500.000	0	0	0
0569 13MA 1175 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Apu - RN										1.500.000	0	1.500.000	0	0	0
0569 1306	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN	02-122 10									1.750.000	0	1.750.000	0	0	0
0569 1306 1276	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN - No Município de Pau dos Ferros - RN		Emenda								1.750.000	0	1.750.000	0	0	0
0569 1306 1276 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN										1.750.000	0	1.750.000	0	0	0
0569 1441	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE	02-122 10									600.000	0	600.000	0	0	0
0569 1441 1091	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE - No Município de Limoeiro do Norte - CE		PLCA								600.000	0	600.000	0	0	0
0569 1441 1091 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE										600.000	0	600.000	0	0	0
0569 14YL	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	02-122 10									0	1.500.000	-1.500.000	0	0	0
0569 14YL 2281	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA		PLCA								0	1.500.000	-1.500.000	0	0	0

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

2

13/05/2015 16:31



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

CJFOF1201502352A





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43449

Leis
Tipo de Crédito: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não autorizada na LOA

Nº Doc: Lei

Data Emissão: 13/05/2015 16:31

Data Publicação:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fls	U	IDOC	RP	RP Lei	Sistem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Sistem. por Excesso.	Sistem. por Supervent.	Sistem. por Operação de Crédito
0569 14VL 2261 0000	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA										0	1.500.000	-1.500.000	0	0	0
0569 1A59	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG	02-122	10	Emenda		4.4.90	100	0	9999	2	2	0	1.100.000	0	0	0
0569 1A59 2301	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG										1.100.000	0	1.100.000	0	0	0
0569 1A59 2301 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	1.100.000	0	0	0
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	02-061	10	PLOA							2.859.894	0	2.859.894	0	0	0
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional										2.859.894	0	2.859.894	0	0	0
0569 4257 0001 0003	Modernização de Instalações da Justiça Federal					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	2.859.894	0	0	0
0569 7E41	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA	02-122	10	PLOA							4.395.136	0	4.395.136	0	0	0
0569 7E41 2068	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA										4.395.136	0	4.395.136	0	0	0
0569 7E41 2068 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	4.395.136	0	0	0
0569 7RH3	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	02-122	10	Emenda							0	2.895.136	-2.895.136	0	0	0
0569 7RH3 1964	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA - No Município de Guanambi - BA										0	2.895.136	-2.895.136	0	0	0
0569 7RH3 1964 0000	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	2.895.136	0	0	0
0569 7TR0	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO	02-122	10	PLOA							5.550.000	0	5.550.000	0	0	0
0569 7TR0 5545	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO - No Município de Jataí - GO										5.550.000	0	5.550.000	0	0	0
0569 7TR0 5545 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	5.550.000	0	0	0
0569 7TR2	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT	02-122	10	Emenda							0	50.000	-50.000	0	0	0
0569 7TR2 5314	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT - No Município de Cuiabá - MT										0	50.000	-50.000	0	0	0
0569 7TR2 5314 0000	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT					4.4.90	100	0	9999	2	2	0	50.000	0	0	0
0569 7Y08	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN	02-122	10								2.750.000	0	2.750.000	0	0	0



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

3

13/05/2015 16:31



CJFOF1201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43449

Lei Tipo de Crédito: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não autorizada na LOA

Nº Doc:

Data Emissão:

Data Assinatura:

Data Publicação:

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E S F.	Origem Lec.	Natureza Fis.	U	DOC	RP	RP Lei	Suplcm. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplcm. por Excesso.	Suplcm. por Supervent.	Suplcm. por Operação de Crédito
0569 7V68 1262	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN - No Município de Natal - RN			Emenda				2		2.750.000	0	2.750.000	0	0	0
0569 7V69 1202	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN				4.4.90	100	0	9999	2	2.750.000	0	2.750.000	0	0	0
0569 7V69	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN	02-122	10							550.000	0	550.000	0	0	0
0569 7V69 1202	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN - No Município de Ceará-Mirim - RN			Emenda						550.000	0	550.000	0	0	0
0569 7V69 1202 0000	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN				4.4.90	100	0	9999	2	550.000	0	550.000	0	0	0
0569 7V25	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE	02-122	10							4.000.000	0	4.000.000	0	0	0
0569 7V25 1138	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE - No Município de Quixadá - CE			Emenda						4.000.000	0	4.000.000	0	0	0
0569 7V25 1138 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE				4.4.90	100	0	9999	2	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0
Total Geral										25.220.000	25.220.000	0	0	0	0



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

4

13/05/2015 16:31



CJFOF1201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 43449 - TIPO 120

Tipo de Crédito: 120

Indique a necessidade da alteração orçamentária

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 1ª REGIÃO

- Construção do Edifício-Sede II - Cárceres/MT - Acréscimo da dotação no orçamento vigente, insuficiente para o andamento das obras, tendo em vista a rescisão de contrato com a empresa executora e necessidade de realização de nova contratação para execução dos serviços remanescentes.
- Construção do Edifício-Sede de Divinópolis - A suplementação destina-se a complementar para complementar a dotação consignada, visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos para a construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Divinópolis.
- Construção do Edifício-Sede de Guanambi-BA - A alteração visa complementar a dotação aprovada, visando assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro para conclusão da obra em 2015, bem como para fazer face a estimativa de reajuste das planilhas de custos.
- Construção do Edifício-Sede de Jataí-GO - A suplementação destina-se a conclusão da obra de construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Jataí-GO.
- Construção do Edifício-Sede de Passos-MG - A alteração destina-se a complementar a dotação aprovada, por meio da emenda individual, insuficiente para a licitação e início da obra no exercício de 2015.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 5ª REGIÃO

- Julgamento de Causas - Modernização das Instalações da Justiça Federal - A suplementação destina-se a modernizar as instalações prediais das Varas Federais localizadas na 5ª Região.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte-CE - A suplementação destina-se a complementar a dotação orçamentária aprovada, insuficiente para a conclusão da última etapa da obra.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá-CE - Reforço de dotação destinado a continuidade da execução das etapas da construção do edifício sede, previstas para o exercício corrente, de acordo com o cronograma de execução física previsto.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú-RN - A alteração visa complementar a dotação aprovada, insuficiente para iniciar a construção da edificação projetada.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros/RN - A alteração visa complementar a dotação aprovada, por ser esta insuficiente para a dar início à construção da edificação projetada.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Ceará-Mirim-RN - A alteração visa complementar a dotação aprovada, insuficiente para iniciar a primeira etapa da construção da edificação projetada.
- Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal-RN - A suplementação destina-se a reforma nas instalações elétricas e de telefonia no prédio da Seção Judiciária.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 1ª REGIÃO

Não haverá.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 3ª REGIÃO

Não haverá.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 5ª REGIÃO

Não haverá.

Usuário: Selma Suzana Laranjal

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 1ª REGIÃO

Impossibilidade de cumprimento do planejamento relativo as obras que dependem das suplementações ora solicitadas.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 3ª REGIÃO

Impossibilidade de pagamento dos acréscimos ocorridos na obra.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 5ª REGIÃO

Impossibilidade de realizar as reformas bem como as construções planejadas para o adequado funcionamento da Justiça Federal na 5ª Região.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 1ª REGIÃO

- Não haverá.

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 3ª REGIÃO

- Não haverá.

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

5

13/05/2015 16:31



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU - 5ª REGIÃO
- Não haverá.

Usuário: Selma Suzana Laranjal

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

6

13/05/2015 16:31



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43449

Tipo: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não-autorizada na LOA

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 Justiça Federal	25.220.020	25.220.020	0
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
4 - Investimentos	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	25.220.020	25.220.020	0
100 Recursos Ordinários	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
061 - Ação Judiciária	2.859.884	0	2.859.884
122 - Administração Geral	22.360.136	25.220.020	-2.859.884
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 Judiciária	25.220.020	25.220.020	0
061 Ação Judiciária	2.859.884	0	2.859.884
122 Administração Geral	22.360.136	25.220.020	-2.859.884
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não-autorizada na LOA	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Lei	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
<i>Tipo de Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

13/05/2015 16:31

7



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43449

Tipo: 120 - Suplementação acima dos limites autorizados na LOA ou não-autorizada na LOA

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
102S - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE	0	4.600.000	-4.600.000
105B - Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN	0	6.550.000	-6.550.000
10SH - Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB	0	1.250.000	-1.250.000
11MM - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis - MG	125.000	0	125.000
12RE - Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO	0	5.550.000	-5.550.000
12SH - Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB	0	700.000	-700.000
12SJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG	0	1.225.000	-1.225.000
12SN - Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL	0	909.884	-909.884
12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT	50.000	0	50.000
13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Apic - RN	1.500.000	0	1.500.000
13D6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN	1.750.000	0	1.750.000
144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE	600.000	0	600.000
14YL - Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	0	1.500.000	-1.500.000
1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG	1.100.000	0	1.100.000
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal	2.859.884	0	2.859.884
7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA	4.385.136	0	4.385.136
7H63 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	0	2.885.136	-2.885.136
7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO	5.550.000	0	5.550.000
7T82 - Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT	0	50.000	-50.000
7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN	2.750.000	0	2.750.000
7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN	550.000	0	550.000
7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE	4.000.000	0	4.000.000
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Projeto	22.360.136	25.220.020	-2.859.884
- Atividade	2.859.884	0	2.859.884
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
43449 - TIPO 120 (Tipo 120)	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0
Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Anulação	25.220.020	25.220.020	0
TOTAL-GERAL	25.220.020	25.220.020	0

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

13/05/2015 16:31

8



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391240-1076 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOP - Alterações Orçamentárias

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43608

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Decreto 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

Data Assinatura:										Data Publicação:											
Programática / P. O.		Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário				Func		E S F		Origem Loc.	Natureza	Fls	IU	IDOC	RP Lvl	RP Lvl	Dot. Atual	Empenhado	Suplem. por Excesso.		
Órgão:		12000- Justiça Federal				02- 331		10		PLOA								10.315.409.357	4.688.800.213	26.056.553	
Unidade:		12101- Justiça Federal de Primeiro Grau																8.327.357.475	3.605.238.146	26.056.553	
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal																7.017.787.078	3.263.055.055	26.056.553	
0569 2010		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares																38.957.227	26.130.720	1.970.640	
0569 2010 0001		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional																38.957.227	26.130.720	1.970.640	
0569 2010 0001 0001		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis e de Empregados								3.3.90		100		0		9999		1	38.957.227	26.130.720	1.970.640
0569 2012		Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares				02- 331		10		PLOA								252.084.522	159.592.086	24.085.913	
0569 2012 0001		Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional																252.084.522	159.592.086	24.085.913	
0569 2012 0001 0001		Auxílio-Alimentação de Cíveis								3.3.90		100		0		9999		1	212.946.049	159.592.086	24.085.913
Total Geral																		10.315.409.357	4.688.800.213	26.056.553	
Justificativas Pedido: 43608																					
Indique a necessidade da alteração orçamentária																					
Solicitação de crédito destinado ao reforço de dotação para cobrir déficit estimado para a folha normal de pessoal ao longo do exercício, referente aos benefícios com auxílio alimentação e assistência pré-escolar, já considerado o saldo existente na reserva do CUF (UG 090001), tendo em vista o crescimento vegetativo acima do previsto no momento da PLOA 2015 e nomeações ocorridas entre abril de 2014 a abril de 2015.																					
Usuário: MARCELO BARROS MARQUES																					
Descreva o impacto do cancelamento de dotações																					
Não haverá.																					
Usuário: MARCELO BARROS MARQUES																					
Quais as consequências do não atendimento do pleito?																					
Impossibilidade de cumprimento dessas despesas obrigatórias até o fechamento do exercício.																					
Usuário: MARCELO BARROS MARQUES																					
Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?																					
Não se aplica.																					
Usuário: MARCELO BARROS MARQUES																					



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391246-1082 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

11/05/2015 11:47



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43608

Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 Justiça Federal	26.056.553	0	26.056.553
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau	26.056.553	0	26.056.553
100 Recursos Ordinários	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Indicador de Resultado Primário(RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 Judiciária	26.056.553	0	26.056.553
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Decreto	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
<i>Tipo de Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

11/05/2015 11:47

2



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391246-1082 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43608

Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	1.970.640	0	1.970.640
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	24.085.913	0	24.085.913
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Atividade	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
43608 - Cred Suplem (Benefícios)(Tipo 157a)	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553
Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Excesso de arrecadação	26.056.553	0	26.056.553
TOTAL-GERAL	26.056.553	0	26.056.553

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

11/05/2015 11:47

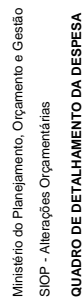
3



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391246-1082 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Pedidos: 43532

Tipo de Crédito: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

Tipo Doc: Lei

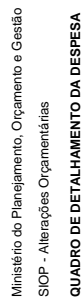
Data Assinatura:

Aplicação:

[illegible]

13/05/2015 16:46





Pedidos: 43532
Tipo de Crédito: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA
Tipo Doc: Lei

Data Assinatura:

ificação:

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Operamentário	Func	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fte	IU	IDOC	RP Lei	Suplten. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplten. por Excesso.	Suplten. por Supervent	Suplten. por Operação de Crédito
0569 12RS 5317	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT- No Município de Diamantino - MT - Sede construída (percentual de execução física): 63 (Acréscimo)			Crid. Especial						2.282.747	0	2.282.747	0	0	0
0569 12RS 5317 0000	- Sede construída (percentual de execução física): 63 (Acréscimo)				4.4-90	300	0	9999	2	2	0	2.282.747	0	0	0
0569 12SJ 2956	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT									2.282.747	0	2.282.747	0	0	0
0569 12SJ 2956 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	-600.000	0	0	0
0569 12SJ 2956	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG	02- 122 10		Emenda						0	600.000	-600.000	0	0	0
0569 12SJ 2956 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	-600.000	0	0	0
0569 14UM 5684	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF - Edifício reformado (percentual de execução física): 5 (Acréscimo)	02- 122 10		Crid. Especial						200.000	0	200.000	0	0	0
0569 14UM 5684 0000	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	200.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT - No Município de Juína - MT - Edifício construído (percentual de execução física): 41 (Acréscimo)	02- 122 10		Crid. Especial						1.980.000	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.000	0	0	0
0569 14YJ 5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT				4.4-90	100	0	9999	2	2	0	1.980.			

13/05/2015 16:46



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.us.br/sigaex/autenticar.action>



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43532

Tipo de Crédito: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

Tipo Doc: Lei

Nº Doc:

Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Emissão: 13/05/2015 16:46

Data Publicação:

Data Assinatura:

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E. S. F.	Origem Loc.	Natureza	Fls.	U. IDOC	RP Lei	RP Lei	Sistm. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Sistm. por Excesso.	Sistm. por Supervel.	Sistm. por Operação de Crédito
0569 158C 9564	Federal - DF Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF	122		PL0A	4.4.90	100	0	9999	2	0	500.000	-500.000	0	0	0
0569 158C 9564 0000	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF									0	500.000	-500.000	0	0	0
0569 158H	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari - AP	02-122	10	Emenda						0	3.250.000	-3.250.000	0	0	0
0569 158H 0401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari - AP - No Município de Laranjal do Jari - AP									0	3.250.000	-3.250.000	0	0	0
0569 158H 0401 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari - AP				4.4.90	100	0	9999	2	0	3.250.000	-3.250.000	0	0	0
0569 1A08	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT	02-122	10	Cred. Especial						3.500.000	0	3.500.000	0	0	0
0569 1A08 5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - No Município de Sinop - MT									3.500.000	0	3.500.000	0	0	0
0569 1A08 5401 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - Edifício construído (percentual de execução física): 37 (Acabamento)				4.4.90	100	0	9999	2	0	3.500.000	3.500.000	0	0	0
0569 1J19	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS	02-122	10	Cred. Especial						16.230	0	16.230	0	0	0
0569 1J19 5230	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS - No Município de Dourados - MS									16.230	0	16.230	0	0	0
0569 1J19 5230 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS - Edifício construído (percentual de execução física): 1 (Arquitetura)				4.4.90	100	0	9999	2	0	16.230	16.230	0	0	0
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	02-001	10	PL0A						0	686.230	-686.230	0	0	0
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional									0	686.230	-686.230	0	0	0
0569 4257 0001 0000	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Despesas Diversas				3.3.90	100	0	9999	2	0	670.000	-670.000	0	0	0
0569 4257 0001 0010	Ações de Informática				3.3.90	100	0	9999	2	0	16.230	-16.230	0	0	0
0569 7E43	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO	02-122	10	Cred. Especial						6.000.000	0	6.000.000	0	0	0
0569 7E43 5436	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO - No Município de Aparecida de Goiânia - GO									6.000.000	0	6.000.000	0	0	0
0569 7E43 5436 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO - Sede construída (percentual de execução física): 57 (Acabamento)									6.000.000	0	6.000.000	0	0	0

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

3



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta a autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

CJFOF1201502362A





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOP - Alterações Orçamentárias
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Pedidos: 43532

Tipo de Crédito: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

Tipo Doc: Lei

Nº Doc:

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Data Assinatura:

Data Publicação:

Programática / P. O.	Programa/Atividade/Produto/Localização/Plano Orçamentário	Func.	E S	Origem Lec.	Natureza	Fls	U	IDOC	RP	RP Lei	Sistem. por Cancel.	Cancel.	Diferença	Sistem. por Excesso.	Sistem. por Superavit	Sistem. por Operação de Crédito
0569 7H63	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	02-122	10	Emenda	4.4.90	100	0	9999	2	2	6.000.000	0	6.000.000	0	0	0
0569 7H63 1964	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA - No Município de Barreiras - BA										0	1.550.000	-1.550.000	0	0	0
0569 7H63 1964 0000	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA										0	1.550.000	-1.550.000	0	0	0
0569 7J62	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA	02-122	10	Créd. Especial	4.4.90	100	0	9999	2	2	2.045.000	0	2.045.000	0	0	0
0569 7J62 1989	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA - No Município de Campo Formoso - BA										2.045.000	0	2.045.000	0	0	0
0569 7J62 1989 0000	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA										2.045.000	0	2.045.000	0	0	0
0569 7TB2	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Curitiba - MT	02-122	10	Emenda	4.4.90	100	0	9999	2	2	5.480.000	0	-5.480.000	0	0	0
0569 7TB2 5314	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Curitiba - MT										0	5.480.000	-5.480.000	0	0	0
0569 7TB2 5314 0000	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Curitiba - MT										0	5.480.000	-5.480.000	0	0	0
0569 NABE	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato - PI	02-122	10	Créd. Especial	4.4.90	100	0	9999	2	2	3.900.000	0	3.900.000	0	0	0
0569 NABE 0971	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato - PI - No Município de São Raimundo Nonato - PI										3.900.000	0	3.900.000	0	0	0
0569 NABE 0971 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato - PI										3.900.000	0	3.900.000	0	0	0
0569 NAY70	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Olapoque - AP	02-122	10	Créd. Especial	4.4.90	100	0	9999	2	2	3.250.000	0	3.250.000	0	0	0
0569 NAY70 0404	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Olapoque - AP - No Município de Olapoque - AP										3.250.000	0	3.250.000	0	0	0
0569 NAY70 0404 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Olapoque - AP										3.250.000	0	3.250.000	0	0	0
0569 NAY71	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos - PI	02-122	10		4.4.90	100	0	9999	2	2	6.200.000	0	6.200.000	0	0	0



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta a autenticidade em <https://siga.cpf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

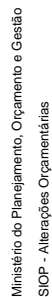
SIOP - <http://www.siof.planejamento.gov.br>

4

13/05/2015 16:46

CJFOF1201502352A





Exercício: 2015

43532

Tipo de Crédito: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

Lei

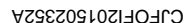
157

Data Efetivação:

Programática / P. O.	Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Operatório	Func	E S F	Origem Loc.	Natureza	Fte	I/U	IDOC	RP Lei	Suplen. Cancel.	Cancel.	Diferença	Suplen. por Excesso.	Suplen. por Supervit	Suplen. Operação de Crédito
0569 NA71 0925	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos - PI - No Município de Picos - PI - Edifício construído (percentual de execução física): 100 (Acrescimo)			Crid. Especial						6.200.000	0	6.200.000	0	0	0
0569 NA71 0925 0000	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos - PI				4.4.90	100	0	9999	2	2	0	6.200.000	0	0	0
0569 NA72	Reforma do Edifício-Sede III de Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF	02-122	10							300.000	0	300.000	0	0	0
0569 NA72 5864	Reforma do Edifício-Sede III de Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF - Edifício reformado (percentual de execução física): 9 (Acrescimo)			Crid. Especial						300.000	0	300.000	0	0	0
0569 NA72 5864 0000	Reforma do Edifício-Sede III de Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF				4.4.90	100	0	9999	2	2	0	300.000	0	0	0
Total Geral										33.943.977	0	33.943.977	0	0	0



13/05/2015 16:46





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Justificativas Pedido: 43532 - CRÉDITO SUPLEMENTAR TIPO 200

Tipo de Crédito: 200

Indique a necessidade da alteração orçamentária

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 1ª REGIÃO

- Ampliação do Edifício-Sede de Uberlândia/MG - Inclusão no orçamento vigente de dotação destinada a contratação de empresa especializada para realizar a fiscalização da obra de ampliação do Anexo Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.
- Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA - A solicitação visa atender ao aditivo para custear a finalização da obra do edifício-sede de Campo Formoso, que se encontra em fase de conclusão.
- Construção do Edifício-Sede de Diamantino/MT - Inclusão no orçamento vigente para complementar o valor contratado em 2014 para conclusão da obra.
- Construção do Edifício-Sede de Juína/MT - A ação não foi contemplada na LOR/2015, sendo necessária a sua inclusão, no orçamento vigente, visando possibilitar a conclusão da obra.
- Construção do Edifício-Sede de Oiapoque/AP - Ação não inclusa no orçamento vigente, sendo necessária sua inserção para construção de uma sede própria para a Subseção Judiciária em Oiapoque/AP, em razão das precárias e inadequadas condições do prédio ora locado para a Subseção.
- Construção do Edifício-Sede de Picos/PI - Ação não contemplada na LOA/2015, entretanto faz-se necessária a sua inclusão, no orçamento vigente, a fim de possibilitar a construção do edifício-sede para a Subseção Judiciária, cuja demanda de processos exige espaço e instalações adequadas.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato -PI - Ação não inclusa no orçamento vigente, sendo necessária sua inserção para construção de uma sede própria para a Subseção Judiciária em São Raimundo Nonato -PI, haja vista o crescimento de demanda populacional e de processos na região.
- Construção do Edifício-Sede de Rio Verde/GO - Ação não contemplada no orçamento vigente, fazendo-se necessária sua inserção a fim de possibilitar a construção do edifício-sede para a Subseção Judiciária, em razão de serem precárias e inadequadas as condições do imóvel ora locado para abrigar a Subseção Judiciária.
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO - Faz-se necessária sua inclusão no orçamento vigente para a obra de construção de uma sede própria da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia, haja vista a possibilidade de expansão para atender a mais duas varas federais.
- Construção do Edifício-Sede de Sinop/MT - Necessária a inclusão de dotação, no orçamento vigente, com o fito de possibilitar a contratação de empresa de engenharia para realizar serviços remanescentes, imprescindíveis à conclusão da obra, em razão do contrato anterior haver sido rescindido por abandono da obra.
- Reforma do Edifício-Sede II de Brasília-DF - Justifica-se a inclusão no orçamento vigente, pela necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração dos projetos executivos de instalações complementares de incêndio e hidrossanitárias, a fim de adequar o edifício às normas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Reforma do Edifício-Sede III de Brasília-DF - Justifica-se a inclusão no orçamento vigente, pela necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração dos projetos executivos de instalações complementares de incêndio e hidrossanitárias, a fim de adequar o edifício às normas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Reforma do Edifício-Sede I de Belo Horizonte/MG - Necessária a inclusão da ação no orçamento vigente a fim de constituir termo aditivo para viabilizar a conclusão da reforma.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 3ª REGIÃO

- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados/MS - Necessária complementação orçamentária para fazer face as despesas de conclusão da obra.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 5ª REGIÃO

- Julgamento de Causas - Modernização das Instalações da Justiça Federal - Necessidade de complementação orçamentária para realização de despesas de reformas e adaptações das instalações da Justiça Federal na 5ª Região.

Usuário: MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

Descreva o impacto do cancelamento de dotações

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 1ª REGIÃO
Não haverá impacto.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 3ª REGIÃO
Não haverá impacto.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 5ª REGIÃO
Não haverá impacto.

Usuário: Selma Suzana Laranjal

Quais as consequências do não atendimento do pleito?

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 1ª REGIÃO
Impossibilidade de dar início as obras projetadas e não iniciadas, frustração da continuidade e conclusão de outras em andamento e impossibilidade de cumprimento do cronograma físico-financeiro de projetos em andamento.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 3ª REGIÃO

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

JUSTIFICATIVAS DO PEDIDO

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Impossibilidade de arcar com os custos relativos as despesas de conclusão da obra.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÕES DA 5ª REGIÃO

- Impossibilidade de melhoria nas instalações nos prédios da Justiça Federal na região.

Usuário: Selma Suzana Laranjal

Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?

Não haverá para todas as regiões.

Usuário: Selma Suzana Laranjal

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

7

13/05/2015 16:46



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43532

Tipo: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

<i>Esfera Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
10 - Orçamento Fiscal	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Órgão/Unidade Orçamentária</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12000 - Justiça Federal	33.943.977	33.943.977	0
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Grupo Natureza de Despesa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
3 - Outras Despesas Correntes	0	686.230	-686.230
4 - Investimentos	33.943.977	33.257.747	686.230
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
100 - Recursos Ordinários	31.661.230	31.661.230	0
300 - Recursos Ordinários	2.282.747	2.282.747	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>UO/Fonte</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	33.943.977	33.943.977	0
100 - Recursos Ordinários	31.661.230	31.661.230	0
300 - Recursos Ordinários	2.282.747	2.282.747	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Modalidade de Aplicação</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
90 - Aplicações Diretas	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Identificador de Uso (IDUSO)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0 - Recursos não destinados à contrapartida	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Identificador de Operação de Crédito (IDOC)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
9999 - OUTROS RECURSOS	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>RP de Lei</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Indicador de Resultado Primário (RP Atual)</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
061 - Ação Judiciária	0	686.230	-686.230
122 - Administração Geral	33.943.977	33.257.747	686.230
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Função/Sub-Função</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
02 - Judiciária	33.943.977	33.943.977	0
061 - Ação Judiciária	0	686.230	-686.230
122 - Administração Geral	33.943.977	33.257.747	686.230
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Tipo de Alteração</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Tipo de Instrumento Legal</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
Lei	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0
<i>Programa</i>	Suplementação	Cancelamento	Diferença
0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

13/05/2015 16:46

8



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Órgão Setorial

Pedido(s): 43532

Tipo: 200 - Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA

Tipo de Programa	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Gestão e Manutenção	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
11U3 - Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG	670.000	0	670.000
12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG	600.000	0	600.000
12RD - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde - GO	3.000.000	0	3.000.000
12RE - Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO	0	9.000.000	-9.000.000
12RQ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças - MT	0	2.282.747	-2.282.747
12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT	2.282.747	0	2.282.747
12SJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG	0	600.000	-600.000
14UM - Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF	200.000	0	200.000
14Y1 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT	1.980.000	0	1.980.000
14YJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI	0	10.100.000	-10.100.000
14YL - Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	0	495.000	-495.000
158C - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF	0	500.000	-500.000
158H - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari - AP	0	3.250.000	-3.250.000
1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT	3.500.000	0	3.500.000
1J19 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS	16.230	0	16.230
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal	0	686.230	-686.230
7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO	6.000.000	0	6.000.000
7H63 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	0	1.550.000	-1.550.000
7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA	2.045.000	0	2.045.000
7T82 - Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT	0	5.480.000	-5.480.000
NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato - PI	3.900.000	0	3.900.000
NA70 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Olapoque - AP	3.250.000	0	3.250.000
NA71 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos - PI	6.200.000	0	6.200.000
NA72 - Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal - Brasília-DF	300.000	0	300.000
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

Tipo de Ação	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Projeto	33.943.977	33.257.747	686.230
- Atividade	0	686.230	-686.230
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

Pedido de Alteração	Suplementação	Cancelamento	Diferença
43532 - CRÉDITO SUPLEMENTAR TIPO 200(Tipo 200)	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

Tipo de Financiamento	Suplementação	Cancelamento	Diferença
- Anulação	33.943.977	33.943.977	0
TOTAL-GERAL	33.943.977	33.943.977	0

SIOP - <http://www.siop.planejamento.gov.br>

13/05/2015 16:46

9



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391255-1112 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



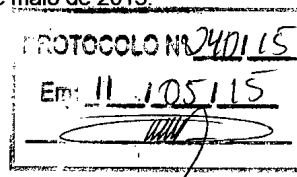
CJFOF201502352A



SENADO FEDERAL

OF/BANCAP/003/2015

Brasília, 08 de maio de 2015.



A Sua Excelência o Senhor

Desembargador Mário César Ribeiro

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Brasília-DF

Senhor Presidente,

Conforme solicitação recebida da Justiça Federal do Amapá, solicito sua aquiescência em conceder, se óbice legal ou formal não houver, a alteração da emenda de bancada OGU 2015 nº 71050013, alteração sugerida nos termos do anexo.

Ressalto ainda que, como parlamentar que indicara esta contemplação ao OGU 2015, e também como coordenador da Bancada do Estado do Amapá, nenhuma objeção manifesto quanto ao pretendido, até mesmo pela razão maior de ampliação e acesso à justiça dos brasileiros, sobretudo na nossa região fronteiriça, cuja necessidade, inclusive, faz parte de acordo firmado entre Brasil e Guiana Francesa.

Atenciosamente,

Davi Alcolumbre
SENADOR DA REPÚBLICA
COORDENADOR DA BANCADA DO AMAPÁ



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391274-1173 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



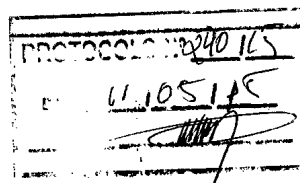
CJFOF201502352A



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

OFÍCIO SJ DIREF 107

A Sua Excelência o Senhor
Senador Federal **DAVI ALCOLUMBRE**
Coordenador da Bancada Federal do Amapá
End. Senado Federal Anexo II, Bloco A – térreo
Ala Afonso Arinos Gabinete 03
Brasília/DF



Senhor Coordenador,

Considerando a inclusão da construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Oiapoque no plano de obras 2015-2017 desta Seccional, aliado ao fato de que o custo da obra da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari é inferior ao valor aprovado na emenda, solicito o prestimoso apoio de Vossa Excelência no sentido de desmembrar o recurso aprovado na Emenda de bancada nº **71050013**, conforme a seguir exposto:

LARANJAL DO JARI

Funcional Programática: 02.122.0569.158H. 0401

Descrição da Ação: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari

- AP

VALOR: R\$ 3.750.000,00

OIAPOQUE

Funcional Programática: “Ação Nova”

Descrição da Ação: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque –

AP

VALOR: R\$ 3.250.000,00

Ressalto que será necessário envio de ofício à Presidência do TRF 1ª Região autorizando o desmembramento, nos termos acima mencionados.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Atenciosamente,



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391274-1173 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A

Juíza Federal **Lívia Cristina Marques Peres**
Diretora do Foro



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Cristina Marques Peres, Diretora do Foro**, em 06/05/2015, às 15:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **0603470** e o código CRC **FC5CE409**.

Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infraero II - CEP 68908-911 - Macapá - AP, - <http://portal.trf1.jus.br/sjap>
0000774-87.2015.4.01.8003

0603470v6

Criado por ap20028, versão 6 por ju446 em 06/05/2015 15:32:21.



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391274-1173 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

DESPACHO

Senhor Diretor da Dipor/TRF1,

Conforme solicitado, encaminho autorização 0619967 da bancada para uso de parte dos recursos destinados na LOA à construção da sede de Laranjal do Jari, para a construção da sede da Subseção de Oiapoque.

José James Dias Coelho

Diretor da Secad



Documento assinado eletronicamente por **José James Dias Coelho, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 11/05/2015, às 12:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **0620080** e o código CRC **86D930B9**.

Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infraero II - CEP 68908-911 - Macapá - AP - <http://portal.trf1.jus.br/sjap>
0000802-55.2015.4.01.8003

0620080v2

Criado por **ap20041**, versão 2 por **ap20041** em 11/05/2015 12:19:27.

Despacho SJAP-SECAD 0620080

SEI 0000802-55.2015.4.01.8003 / pg. 4



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391274-1173 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

Ofício n. 016/2015 - SEAPS-SECAD/DIREF

Salvador (BA), 23 de abril de 2015.

Ref: *Solicita remanejamento de dotação de emenda para a continuidade da construção das sedes das Subseções Judiciárias de Campo Formoso e de Guanambi.*

Senhor Coordenador da Bancada da Bahia

Ao tempo em que agradeço o empenho e a presteza demonstrados por Vossa Excelência na obtenção de recursos do Orçamento Geral da União destinados à construção da sede da Subseção Judiciária do município de Barreiras (02.122.0569.7H63.1964), através da apresentação de emenda de bancada de nº. 7106 0008 à Lei de Orçamento Anual/2015, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), venho solicitar os bons préstimos de V. Exa. no sentido de autorizar o remanejamento da quantia total de R\$4.735.135,70 (quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais e setenta centavos), sendo R\$3.185.135,70 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais e setenta centavos) para continuidade da construção da sede da Subseção Judiciária de Guanambi (02.122.0569.7E41.2068) e R\$1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais) para continuação da obra da nova sede de Campo Formoso (02.122.0569.7J62.1999).

Esclareço que esta Administração vem procurando adotar todas as providências cabíveis no sentido de licitar a construção da nova Sede de Barreiras e que o remanejamento solicitado, além de não representar óbice à execução da obra, tendo em vista que o valor remanejado deverá ser reposto por meio de solicitação de crédito adicional a ser providenciada em meados de 2016, proporcionará à continuidade de dois importantes projetos para a população assistida nas jurisdições de Guanambi e de Campo Formoso.

O remanejamento faz-se necessário em virtude de a construção das sedes de Guanambi e de Campo Formoso se encontrarem em execução, e esta Justiça Federal não contar com a totalidade dos recursos para custear a obra, o que demanda desta Administração outras ações no intuito de arrecadar a quantia restante.

À sua Excelência, o Senhor
Deputado Federal JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, Gabinete 232 - Anexo IV
70160-900 - Brasília - DF

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
DIREÇÃO DO FORO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
Av. Ulysses Guimarães, n. 2799 - Fórum Teixeira de Freitas - CAB Suvarana - Salvador-BA - CEP 41213-000
Tel.: 3617-9215



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391281-1201 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF0201502352A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

Destarte, diante da realidade exposta acima, conto com a compreensão e apoio de V. Exa. na consecução deste objetivo de grande importância social e econômica para as cidades envolvidas.

Atenciosamente,

DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR
Juiz Federal Diretor do Foro em exercício
Seção Judiciária da Bahia

De acordo.

em 04-05-2015

Deputado Federal JOSÉ CARLOS ARAÚJO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
DIREÇÃO DO FORO – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
Av. Ulysses Guimarães, n. 2799 – Fórum Teixeira de Freitas – CAB Suçuarana – Salvador-BA – CEP 41213-000
Tel.: 3617-9215



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391281-1201 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



CONGRESSO NACIONAL
Bancada Representativa do Estado de Mato Grosso

Ofício de Bancada nº 006/2015 – Estado de Mato Grosso

Brasília, 11 de maio de 2015.

À Sua Excelência o Senhor
Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
BRASÍLIA-DF

Senhor Presidente,

Como Coordenador da Bancada de Mato Grosso e atendendo solicitação do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Roberto Luis Luchi Demo, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, através do OFÍCIO/DIREF/N.72 datado de 08 de maio do corrente, solicito a Vossa Excelência, dentro dos trâmites legais, que seja feito o desmembramento de uma parte da Emenda de Bancada nº 71120004 junto ao OGU/2015, GND 4 e MA: 90, Funcional Programática: 02.122.0569.7T82.5314 - **AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CUIABÁ - No Município de Cuiabá-MT**, alocada na Unidade Orçamentária: 12.101, no valor de R\$ 6.230.000,00 (seis milhões, duzentos e trinta mil reais), conforme discriminado abaixo:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	AÇÃO / SUBTÍTULO	VALOR
02.061.0569.4257.0001	Julgamento de Causas - JC (Aquisição de Veículo Blindado)	400.000,00
02.122.0569.12SR.5296	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres-MT	350.000,00
02.122.0569.14YI.5333	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína-MT	1.980.000,00
02.122.0569.1A66.5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop-MT	3.500.000,00
TOTAL		6.230.000,00

Certo da atenção de Vossa Excelência ao pleito ora apresentado, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


EZEQUIEL FONSECA
Deputado Federal – PP/MT
Coordenador da Bancada de Mato Grosso



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391287-1207 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Odelmo Leão

Ofício n.º 0092/GDOL/2015

Brasília, 05 de maio de 2015.

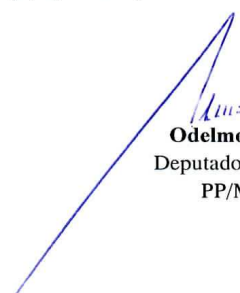
A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Federal Cândido Ribeiro
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
SAS Praça dos Tribunais Superiores – Quadra 02 – Bloco “A” – Ed. Sede I
70.070-900 – Brasília - DF

Assunto: Remanejamento de Emenda individual

Senhor Presidente,

Reportando-me ao Ofício SJ DIREF Nº 285, (em anexo), autorizo o remanejamento da Emenda individual no valor de R\$670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais) na Ação Julgamento de Causas da Justiça Federal (02.061.0569.4257.6012), para a Ação 02.122.0569.11U3.3166 – Ampliação do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberlândia-MG, destinada à complementação do montante necessário para a execução da obra licitada no final de 2014.

Ao ensejo, apresento protesto de estima e distinta consideração.


Odelmo Leão
Deputado Federal
PP/MG



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 419 – CEP 70160-900 – Brasília/DF – Fone: (61) 3215-5419 Fax: (61) 3215-2419
Escritório – Rua Felisberto Carrejo, 94 – Fundinho – CEP 38400-204 – Uberlândia/MG – Fone: (34) 3236.2243 / 3214.4730



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391417-2912 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS
GABINETE DA DIRETORIA DO FORO

OFÍCIO/DIREF/N.285

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal **ODELMO LEÃO CARNEIRO SOBRINHO**
Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados
BRASÍLIA –DF
CEP 70.160-900

Ref.: Solicitação de remanejamento de Emenda Individual

Senhor Deputado,

Ao tempo em que agradeço o empenho e a presteza demonstrados na obtenção de recursos do Orçamento Geral da União no valor de R\$670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), na Ação Julgamento de Causas da Justiça Federal (02.061.0569.4257.6012), da cota de Emenda individual, venho solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de autorizar o **remanejamento da referida emenda para a Ação 02.122.0569.11U3.3166 – Ampliação do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberlândia-MG**, destinada à complementação do montante necessário para a execução da obra licitada no final de 2014.

Certo de poder contar com o inestimável apoio desse Parlamentar, renovo a Vossa Excelência protesto de elevado apreço e distinta consideração.

MIGUEL ANGELO DE ALVARENGA LOPES
Juiz Federal Diretor do Foro
Seção Judiciária de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1805 – 4º andar – Bairro Santo Agostinho
30170-001 – BELO HORIZONTE – MG
TELEFONE: (31)3501-1352 FAX: (31)3501-1398 E-MAIL: diref.mg@trf1.jus.br



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391417-2912 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A

Belo Horizonte, 8 de maio de 2015.

A Sua Excelência

Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO

Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

SAS Praça dos Tribunais Superiores – Quadra 02 – Bloco “A” – Ed. Sede I
70.070-900 - BRASÍLIA –DF

Ref.: Desmembramento de Emenda de Bancada

Senhor Presidente,

Reportando-me ao Ofício Diref Nº 293, autorizo o desmembramento dos recursos da Emenda da Bancada de Minas Gerais Nº 71140019, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Ação (02.122.0569.12SJ.2956) – Construção do Edifício-Sede – Pouso Alegre-MG, para atender outros projetos da Seção Judiciária de Minas Gerais, conforme abaixo:

- Construção do Edifício-Sede – Pouso Alegre – MG – Ação 02.122.0569.12SJ.2956: R\$6.900.000,00;
- Julgamento de Causas na Justiça Federal – (Reforma do imóvel destinado à Central de Conciliação em BH/MG) - Ação 02.061.0569.4257.0001: R\$300.000,00;
- Construção do Edifício-Sede - Divinópolis - MG - Ação 02.122.0569.11MM.2589: R\$200.000,00;
- Construção do Edifício-Sede - Passos - MG - Ação 02.122.0569.1A59.2901: R\$2.000.000,00; e
- Reforma do Edifício-Sede I – Belo Horizonte - MG - Ação (02.122.0569.12R8.2408): R\$600.000,00.

Atenciosamente,


Deputado FÁBIO RAMALHO

Coordenador da Bancada do Estado de Minas Gerais



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391447-3005 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ELMANO FÉRRER

Ofício nº 024/2015 – GSELFER

Brasília-DF, 12 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
DESEMBARGADOR CÂNDIDO RIBEIRO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
SAS Praça dos Tribunais Superiores, Quadra 02, Bloco "A", Ed. Sede I
70070-900 – Brasília/DF

Assunto: Desmembramento da Emenda de Bancada nº 7119.0004.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, colho deste ensejo para solicitar-lhe autorização para o desmembramento do recurso referente à Emenda de Bancada nº 7119.0004, OGU 2015, funcional programática nº 02.122.0569.14YJ.0916, da seguinte forma:

Ação Orçamentária	Descrição da Ação	Valor R\$
02.122.0569.14YJ.0916	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba-PI	5.900.000,00
NOVA	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos-PI	6.200.000,00
NOVA	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato-PI	3.900.000,00
TOTAL		16.000.000,00

Na certeza de que V. Ex^a. dispensará ao pleito sua melhor atenção, dedico nosso votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

SENADOR ELMANO FÉRRER
Coordenador da Bancada Federal do Estado do Piauí

Gabinete do Senador **ELMANO FÉRRER** - Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete 6 - Anexo II - Senado Federal
Telefone: (61) 3303-3055 - Fax: (61) 3303-2967 - e-mail: elmano.ferrer@senador.leg.br
Brasília - DF - CEP 70165-900



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391459-3038 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A

Ofício n. /2015


Fortaleza, 12 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará
Fortaleza-CE

Comunico a Vossa Excelência que deverão ser realizadas as alterações orçamentárias especificadas no quadro abaixo, referentes à emenda parlamentar de autoria da Bancada do Estado do Ceará, em favor desse Órgão:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	GND	CANCELAR	SUPLEMENTAR
102S - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE	4	6.000.000,00	
144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE	4		600.000,00
7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE	4		4.000.000,00
4257 - Modernização das Instalações da Justiça Federal	4		1.400.000,00
TOTAL		6.000.000,00	6.000.000,00

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de estima e consideração.


JOSE AIRTON CIRILO
PT-CE
Coordenador da Bancada



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391550-3990 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **FELIPE MAIA**

OFÍCIO Nº 02/2015

Brasília, 07 de Maio de 2015

A Sua Excelência o Senhor

MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

Juiz Federal Diretor do Foro - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte

Comunico a Vossa Excelência que deverão ser realizadas as alterações orçamentárias especificadas no quadro abaixo, referentes à emenda parlamentar de autoria da Bancada do Estado do Rio Grande do Norte, em favor desse Órgão:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	GND	CANCELAR	SUPLEMENTAR
105B - Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN	4	6.550.000,00	
13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú - RN	4		1.500.000,00
13O6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN	4		1.750.000,00
7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN	4		550.000,00
7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN	4		2.750.000,00
TOTAL		6.550.000,00	6.550.000,00

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de estima e consideração.

FELIPE MAIA
DEPUTADO FEDERAL – DEM/RN
Coordenador da Bancada do Rio Grande do Norte



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Solicitação de Créditos Adicionais

CRÉDITO SUPLEMENTAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	GND	Fonte	CANCELAR	SUPLEMENTAR
105B - Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN	4	100	6.550.000,00	
13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú - RN	4	100		1.500.000,00
13O6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN	4	100		1.750.000,00
7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN	4	100		550.000,00
7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN	4	100		2.750.000,00
TOTAL			6.550.000,00	6.550.000,00

JUSTIFICATIVAS

I – A NECESSIDADE DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A necessidade das alterações orçamentárias ora pretendidas justifica-se, de forma individual, em face de cada ação orçamentária a ser acrescida e suas especificidades. Senão vejamos.

a) **Quanto à Ação Orçamentária 13MA** (Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú – RN), pode-se dizer que ação em si condiz com o recente processo de expansão e interiorização da Justiça Federal, instituído pela Lei 12.011/2009, devidamente regulamentada pela Resolução CJF nº 102/2010, e alterada pela Resolução CJF nº 210/2012, o qual determina a presença local Justiça Federal em vários municípios do Estado, de maneira a dar efetividade ao princípio constitucional do acesso à justiça.

Como é do conhecimento geral, não falar em expansão institucional sem que haja proporcional crescimento da infraestrutura física de suporte dos serviços, especialmente na seara da prestação jurisdicional cujos ritos formais e processuais requerem um sem número de espaços e estruturas específicas e especializadas. Assim sendo, houve no primeiro momento a



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF01502352A

alocação e adaptação de imóvel para fins de instalação e funcionamento provisório da Instituição em cada localidade, segundo o calendário predeterminado pela legislação.

Todavia, hoje há necessidade de consolidação de tal processo de interiorização, especialmente com o planejamento e execução da construção imóvel ou sede própria que contemple todas as nuances especiais da atividade jurisdicional federal. Obviamente, toda e qualquer adaptação tem limitadas possibilidades e relativa adequação à finalidade pretendida; nunca se pode conceber uma adaptação que tenha o condão de atender absolutamente a necessidade pretendida, especialmente na seara de atividades de natureza complexa e altamente especializada.

Ademais, a permanência da Instituição em imóvel alugado é uma situação que traz contundentes custos, limitações e inseguranças. Custos elevados em face dos níveis de preços praticados atualmente no mercado de locação de imóveis, sobretudo no interior do Estado; limitações porque jamais serão possíveis adaptações que atendam completamente as especificidades da prestação jurisdicional; insegurança, por sua vez, porque sempre presente o fantasma da possibilidade de não renovação do contrato de aluguel, ou até mesmo da denegação do contrato antes do prazo de sua vigência.

Tudo isso, sem dúvidas, obriga a Administração a planejar e agir no sentido de buscar a construção de sedes próprias, devidamente projetadas e especializadas na prestação jurisdicional federal (vale dizer: contemplando as diversas áreas, espaços e características essenciais), nas mais diversas localidades em que exija a Lei a devida instalação e funcionamento permanente de uma unidade jurisdicional da justiça federal comum.

Porém, o valor que fora alocado na Ação Orçamentária em tela não é suficiente para iniciar e construir nenhuma etapa do empreendimento (de dizer, apenas R\$ 250 mil), de modo que a transferência de recursos orçamentários da Ação Orçamentária 105B, cujos recursos já alocados por meio de emenda de bancada totalizam valor que não poderá ser executado fisicamente até o prazo máximo de liquidação dos valores inscritos em restos a pagar, é a forma possível e bastante para viabilizar a contratação da construção da edificação projetada.

Eis o cerne da justificativa para a alteração orçamentária em apreço.

b) **Quanto à Ação Orçamentária 1306** (Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN), também se pode dizer que se trata de ação em si que condiz com o recente processo de expansão e interiorização da Justiça Federal, instituído pela Lei 12.011/2009, devidamente regulamentada pela Resolução CJF nº 102/2010, e alterada pela Resolução CJF nº 210/2012, o qual determina a presença local Justiça Federal em vários municípios do Estado, de maneira a dar efetividade ao princípio constitucional do acesso à justiça.

Aqui também a questão do espaço físico para o desenvolvimento da prestação jurisdicional é central. Não há como consolidar o processo de interiorização, sem que haja o planejamento e execução da construção imóvel específico ou sede própria que contemple todas as nuances da atividade jurisdicional federal. Até porque a permanência da Instituição em imóvel alugado é uma situação sempre precária e que traz contundentes custos, limitações e inseguranças, conforme já destacado na alínea anterior.

Bem por isso, a Administração encontra-se obrigada a planejar e agir no sentido de buscar a construção de sedes próprias, devidamente projetadas e especializadas na prestação jurisdicional federal (vale dizer: contemplando as diversas áreas, espaços e características essenciais), nas mais diversas localidades em que exija a Lei a devida instalação e funcionamento permanente de uma unidade jurisdicional da justiça federal comum.

Porém, o valor que fora alocado na Ação Orçamentária em tela não é suficiente para iniciar e construir nenhuma etapa do empreendimento (vale dizer: apenas R\$ 250 mil), de modo que a transferência de recursos orçamentários da Ação Orçamentária 105B, cujos recursos já alocados por meio de emenda de bancada totalizam valor que não poderá ser



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJF0F201502352A

executado fisicamente até o prazo máximo de liquidação dos valores inscritos em restos a pagar, é a forma possível e bastante para viabilizar a contratação da construção da edificação projetada, observados as características e os prazos executivos da obra.

Eis o cerne da justificativa para a alteração orçamentária em apreço.

c) **Quanto à Ação Orçamentária 7V69** (Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN), tem a mesma razão de ser e a pertinência com o recente processo de expansão e interiorização da Justiça Federal, instituído pela Lei 12.011/2009, devidamente regulamentada pela Resolução CJF nº 102/2010, e alterada pela Resolução CJF nº 210/2012, o qual determina a presença local Justiça Federal em vários municípios do Estado, de maneira a dar efetividade ao princípio constitucional do acesso à justiça.

Ora, a questão do espaço físico, neste caso, também se impõe e é central ao desenvolvimento adequada da prestação jurisdicional naquele município. Não há como consolidar o processo de interiorização, sem que haja o planejamento e execução da construção imóvel específico ou sede própria que contemple todas as nuances da atividade jurisdicional federal.

Bem por isso, a Administração encontra-se obrigada a planejar e agir no sentido de buscar a construção de sedes próprias, devidamente projetadas e especializadas na prestação jurisdicional federal (vale dizer: contemplando as diversas áreas, espaços e características essenciais), nas mais diversas localidades em que exija a Lei a devida instalação e funcionamento permanente de uma unidade jurisdicional da justiça federal comum.

Porém, o valor que fora alocado na Ação Orçamentária em tela não é suficiente para iniciar e construir nenhuma etapa do empreendimento (vale dizer: apenas R\$ 250 mil), de modo que a transferência de recursos orçamentários da Ação Orçamentária 105B, cujos recursos já alocados por meio de emenda de bancada totalizam valor que não poderá ser executado fisicamente até o prazo máximo de liquidação dos valores inscritos em restos a pagar, é a forma possível e bastante para viabilizar a contratação da construção da edificação projetada, observados as características e os prazos executivos da obra.

Eis o cerne da justificativa para a alteração orçamentária em apreço.

d) **Quanto à Ação Orçamentária 7V68** (Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN), a alteração ora proposta tem razão de ser e fundamento em questão técnica diversa e de grande importância. Trata-se da obsolescência, inadequação e insuficiência das instalações prediais elétricas de baixa tensão, bem como de rede estruturada de dados e telefonia, do Edifício Sede da Justiça Federal de Primeiro Grau no RN. Registra-se ainda a necessidade de modernização das instalações relativas à climatização de ambientes, revestimentos, dentre outros aspectos de infraestrutura prediais da Justiça Federal em Natal.

Inicialmente, serão mantidos esforços voltados para modernização da rede elétrica e lógica em virtude dos sérios problemas de inadequação, insuficiência e obsolescência dos citados sistemas em face das exigências atuais de normalizações técnicas e de capacidade efetiva para atender às demandas atuais com o funcionamento regular da Instituição, particularmente acarretando sérios riscos à proteção das pessoas e de equipamentos (patrimônio público), como também à continuidade da prestação jurisdicional.

Não é demais registrar, que se trata de edificação com vários anos de operação (e mais, cujos projetos de instalações prediais foram desenvolvidos ainda na década de 90), de maneira que muito houve de modificação, de modernização, de complexidade tecnológica e de acréscimo de demanda ao longo das duas últimas décadas. A bem da verdade, há uma reunião de coisas e fatos imprevistos (ou previstos, mas de consequências incalculáveis) que, por ocasião da elaboração dos projetos complementares da edificação em tela, obviamente não puderam ser considerados e ocasionaram tal situação.

Como não poderia ser diferente, nessas áreas técnicas muitas foram as modificações de normalizações e avanços tecnológicos havidos no decurso desse prazo, a exemplo da



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJF0201502352A

edição da NBR 5410:1997; ou ainda, das modificações constantes nas normas das concessionárias públicas de fornecimento de energia elétrica. Assim o é porque se permitia, por exemplo, o projeto de circuito de alimentação por meio de condutor a partir de 1.0mm², o qual é considerado inadmissível ou subdimensionado para os padrões normalizados atualmente, e que tem acarretado sobrecargas e aquecimentos de alto risco ao sistema e elevado custo de operação com perdas pelo chamado **Efeito Joule**.

Ora, apenas a questão das modificações das exigências das normalizações de segurança da ABNT, por si só, já reclamariam a atuação da Administração Pública no sentido de modernizar as instalações elétricas prediais de suas edificações para fazer frente ao cumprimento das novas recomendações técnicas. Vale dizer: não se trata de faculdade ou discricionariedade da Administração, mas de obrigação (ou vinculação), mercê dos riscos eventualmente trazidos às pessoas, ao patrimônio público e à continuidade da prestação jurisdicional.

De outra parte, tem-se a problemática da rede estruturada de dados e telefonia. Ora, também nessa área muitas foram as modificações das normalizações técnicas havidas no decurso desse prazo, bem como colossal foram as transformações tecnológicas nas chamadas redes internas de computadores e telefonia. Atualmente, fala-se do trabalho de computadores em rede interna (*network*) e de telefonia tipo Voz sob IP, bandas largas, fibras ópticas, cabos de categorias 6, 7 ou mais, entre outros avanços que demonstram a obsolescência, de fato, da infraestrutura de rede de dados.

Eis o cerne da justificativa para a alteração orçamentária em apreço

II – O IMPACTO DO CANCELAMENTO DAS DOTAÇÕES

A questão do impacto do cancelamento de dotação na Ação Orçamentária 105B tem duplo aspecto positivo: evitar a devolução ou não execução de recursos consignados pela emenda parlamentar à LOA para 2015; e permitir o dimensionamento do prazo de execução do empreendimento de forma planejada e com observância técnica regular de todas as etapas necessárias.

Primeiro, porque evitaria a eventual devolução ou não execução de recursos já que se trata de empreendimento com prazo total de 36 (trinta e seis) meses, englobando os procedimentos de contratação, a execução da obra e o recebimento da edificação. Isso porque apenas haveria condição de execução de etapas que representariam, em média, desembolsos mensais de apenas R\$ 900 mil, fato que poderia levar a perda de recursos por impossibilidade de execução até o fim do prazo legal de 18 (dezoito) meses para liquidação de valores inscritos em restos a pagar.

E, segundo, porque permite o dimensionamento de cronograma físico-financeiro para o empreendimento que seja compatível com a boa técnica construtiva, como também ao planejamento estratégico do todo o ciclo do empreendimento.

II - RESULTADOS ESPERADOS COM A ALTERAÇÃO SOLICITADA:

São esperados os seguintes resultados com as alterações ora propostas:

- a) Quanto à Ação Orçamentária 105B, que haja possibilidade de execução de etapas da obra proporcionais à integralidade dos recursos orçamentários remanescentes no prazo de 18 (dezoito) meses de liquidação dos restos a pagar;
- b) Quanto à Ação Orçamentária 13MA, que haja execução das etapas iniciais da obra que permitam a continuidade da ação para os anos seguintes;



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A

- c) Quanto à Ação Orçamentária 13O6, que haja execução das etapas iniciais da obra que permitam a continuidade da ação para os anos seguintes;
- d) Quanto à Ação Orçamentária 7V69, que haja execução das etapas iniciais da obra que permitam a continuidade da ação para os anos seguintes;
- e) Quanto à Ação Orçamentária 7V68, que haja o início da execução das etapas de reforma e modernização das instalações prediais com a redução dos riscos às pessoas, ao patrimônio público e à continuidade da prestação jurisdicional no Edifício Sede da Instituição em Natal;

III – AS CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO

O não atendimento das solicitações em tela levaria a desperdícios de diversos recursos orçamentários consignados para Justiça Federal de Primeiro Grau no RN na LOA para 2005, posto que não haveria tempo hábil para executar todo o montante previsto na Ação Orçamentária 105B até o fim do prazo de liquidação dos restos a pagar, conforme legislação vigente; bem como seriam devolvidos os valores residuais consignados nas demais ações orçamentárias em razão de insuficiência dos montantes para realização de quaisquer etapas de cada uma das obras ou serviços de engenharia.

IV - OS REFLEXOS DO ATENDIMENTO DA DEMANDA SOBRE O NÍVEL DOS GASTOS DE CUSTEIO DO ÓRGÃO E/OU DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Os reflexos ou impactos das alterações das ações orçamentárias nos níveis dos gastos de custeio da Instituição ou da unidade orçamentária são de natureza diferente em cada caso. Pois bem.

- a) Quanto à Ação Orçamentária 105B, não haverá alteração nos reflexos já considerados quando da inclusão da ação nas leis orçamentárias da União, posto que não representará modificação no empreendimento e nem nos prazos de sua execução;
- b) Quanto à Ação Orçamentária 13MA, pode-se dizer que o impacto será quase inexpressível porque a Instituição já funciona provisoriamente em prédio locado e cujos custos já se encontram consolidados nos leis orçamentárias da União;
- c) Quanto à Ação Orçamentária 13O6, pode-se dizer que o impacto será quase inexpressível porque a Instituição já funciona provisoriamente em prédio locado e cujos custos já se encontram consolidados nos leis orçamentárias da União;
- d) Quanto à Ação Orçamentária 7V69, pode-se dizer que o impacto será quase inexpressível porque a Instituição já funciona provisoriamente em prédio locado e cujos custos já se encontram consolidados nos leis orçamentárias da União;
- e) Quanto à Ação Orçamentária 7V68, pode-se dizer que o impacto será positivo e, certamente, representará um redução substancial dos gastos com energia elétrica por força da modernização dos diversos dispositivos que compõe o sistema predial;

VIII - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.

Todas as ações supracitas constavam no PPA 2012-2015, bem como, foram propostos no Plano de Obras do TRF da 5ª Região.

Uma vez que não foram executadas no citado PPA, foram indicadas para serem incluídas no PPA 2016-2019.



Autenticado digitalmente por SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES.
Documento Nº: 1461242.13391555-3995 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CJFOF201502352A

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

DESPACHO

Ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DOR) para proposta de parecer e nota técnica.

Brasília, data registrada no sistema.

Conselheiro Emmanoel Campelo

Relator

Inclusão de Nota Técnica e Proposta de Parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Nota Técnica nº. 03/2015

Referência: Resolução CNJ Nº. 68/2009.

Assunto: Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, da Justiça Federal.

A. INTRODUÇÃO

01. Esta Nota Técnica foi elaborada em atendimento ao art. 3º da Resolução CNJ nº 68 e tem o objetivo de oferecer subsídios ao Conselho Nacional de Justiça para a análise das solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, da Justiça Federal, com vistas à emissão do Parecer previsto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015.

02. O processo foi autuado sob o nº **PAM 0002618-20.2015.2.00.0000**, tendo sido, nos termos do art. 3º da Resolução nº 68/CNJ, de 03 de março de 2009, designado como Relator o Conselheiro **Emmanuel Campelo de Souza Pereira**.

03. As propostas de créditos adicionais foram encaminhadas pela Justiça Federal diretamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, dentro da autonomia administrativa e financeira garantida pelo artigo 99 da Constituição Federal e nos termos dos arts. 4º e 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015. Concomitantemente, foram encaminhadas a este Conselho, para a emissão do Parecer, atendendo ao estabelecido no art. 3º da Resolução nº 68 CNJ.

(fl. 2 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

04. Os créditos adicionais, conforme define a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos seus arts. 40 a 46, constituem-se em mecanismos de retificação do orçamento anual para corrigir falhas de programação ou atender situações não previstas na fase de sua elaboração, referindo-se a autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

05. Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

06. A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

07. As solicitações de abertura de créditos adicionais que não observem esses parâmetros devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, em acordo com o estabelecido no art. 39 da LDO 2015.

08. Acrescente-se que, conforme previsto no § 1º do art. 38 da LDO-2015, os créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, com oferecimento de recursos compensatórios dos próprios Órgãos, serão abertos, no âmbito do Poder Judiciário, por ato dos Presidentes dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

09. Na aplicação desse dispositivo é vedado o cancelamento de despesas (§ 3º do art. 40 da LDO – 2015):

- a) Financeiras para suplementação de despesas primárias;
- b) Obrigatórias, exceto para suplementação de despesas da mesma espécie; e
- c) Discricionárias para suplementação de despesas obrigatórias.

10. As alterações orçamentárias ora analisadas são aquelas que necessitam de autorização legislativa (créditos especiais e créditos

(fl. 3 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

suplementares para situações não contidas na autorização dada pelo Congresso Nacional por meio da LOA 2015) e de decreto do Poder Executivo (créditos adicionais suplementares para situações contidas na autorização dada pelo Congresso na LOA 2015 e não passíveis de abertura por ato próprio dos Tribunais).

11. Os ajustes orçamentários são propostos em diferentes prazos no transcorrer do exercício, estabelecidos na legislação, em especial nas Portarias da SOF. As presentes solicitações referem-se ao prazo de lançamento no SIOP encerrado em 15 de maio passado.

12. Ressalte-se que as análises sobre as propostas da Justiça Federal foram realizadas com a utilização de dados buscados no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), em complemento às informações prestadas via ofício, haja vista o grande volume de informações inseridas nesse sistema e seu nível de detalhamento.

(fl. 4 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

B. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS SOLICITADOS

B.1. Quadro com valores consolidados

13. Por meio do Ofício Nº CJF-OFI-2015/02352, de 14 de maio de 2015, o Presidente do Conselho da Justiça Federal solicitou parecer sobre proposta de créditos adicionais (especiais e suplementares) no montante de **R\$ 178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil, trezentos e trinta reais)** para o atendimento de despesas conforme os Pedidos SIOP a seguir:

Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECETAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Lei	43.449	25.220.020	-	-	25.220.020
	43.532	33.943.977	-	-	33.943.977
Decreto	43.542	-	-	905.090	905.090
	44.550	-	-	7.060.399	7.060.399
	44.552	-	-	18.996.154	18.996.154
	43.584	-	-	90.426.104	90.426.104
	43.466	-	1.462.586	-	1.462.586
Total		59.163.997	1.462.586	117.387.747	178.014.330

14. Na sequência, demonstrativo do total solicitado por grupo de natureza de despesa e finalidade:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	FINALIDADE DOS CRÉDITOS	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECETAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
1 - Pessoal	Despesas de pessoal	-	-	905.090	905.090
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal - nomeações.	-	-	7.060.399	7.060.399
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal - reajuste	-	-	18.996.154	18.996.154
3 - Outras Despesas Correntes	Ajuda de custo para Moradia de Magistrados	-	-	90.426.104	90.426.104
3 - Outras Despesas Correntes	Concursos Públicos	-	1.371.110	-	1.371.110
3 - Outras Despesas Correntes	Despesas Administrativas	-	91.476	-	91.476
4 - Investimentos	Obras e Modernização de Instalações	59.163.997	-	-	59.163.997
TOTAL		59.163.997	1.462.586	117.387.747	178.014.330

B.2. Detalhamento por pedido SIOP

15. A seguir será apresentado, em quadros individualizados, o detalhamento dos créditos adicionais solicitados, por pedido SIOP, seguidos das justificativas apresentadas pelo órgão para as necessidades de recursos. Em cada quadro é citado o tipo de crédito solicitado, a autorização necessária para sua abertura e o amparo legal para a solicitação.

(fl. 5 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

B.2.1. Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 43.542 - Anexo V - Reserva de Contingência Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso VI, alínea b (tipo 101).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			-	-	905.090	905.090
09HB 0001 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	1	100	-	-	87.083	87.083
20TP 0001 Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	1	100	-	-	818.007	818.007

16. Esta solicitação tem em vista o atendimento de despesa de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

17. Essa solicitação, no entanto, dispensa o parecer do CNJ, uma vez que a dotação já foi inserida na Lei Orçamentária de 2015 e alocada em reserva de contingência no Poder Executivo em previsão da aprovação do então projeto de lei. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, art. 93, § 9º, autoriza a descentralização da dotação ao Poder Judiciário quando da aprovação do projeto de lei.

B.2.2. Benefícios de Pessoal

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 44.550 - BENEFÍCIOS insuficiência e prov. de cargos Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XVI (tipo 157a).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			-	-	7.060.399	7.060.399
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3	100	-	-	7.060.399	7.060.399

18. Solicitação de crédito destinado ao reforço para cobrir déficit estimado para a folha normal de pessoal ao longo do exercício, referente ao benefício auxílio alimentação, tendo em vista o crescimento vegetativo acima do previsto no momento do PLOA 2015 e nomeações ocorridas entre abril de 2014 a abril de 2015.

(fl. 6 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 44.552 - BENEFÍCIOS reajuste Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso XVI (tipo 157a).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			-	-	18.996.154	18.996.154
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3	100	-	-	1.970.640	1.970.640
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3	100	-	-	17.025.514	17.025.514

19. Solicitação que se faz necessária para cobrir o impacto decorrente do reajuste do valor *per capita* dos benefícios Auxílio-Alimentação e Assistência Pré-Escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

B.2.3.Outras Despesas Correntes

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 43.584 - AUXÍLIO MORADIA MAGISTRADOS Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso I (tipo 100).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			-	-	90.426.104	90.426.104
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	3	100	-	-	90.426.104	90.426.104

20. O crédito suplementar solicitado visa ao atendimento de despesas com o pagamento da ajuda de custo para moradia aos magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

21. A decisão nos autos da AO 1.773 foi exarada nos seguintes termos:

Em 15/09/2014: "[...] Ex positis, e considerando, primordialmente, que o CNJ já reconhece o direito à ajuda de custo para fins de moradia aos magistrados e Conselheiros que lá atuam, ex vi da sua Instrução Normativa nº 9, de 8 de agosto de 2012, tendo em vista que todos os magistrados desta Corte têm o direito à ajuda de custo assegurado por ato administrativo, haja vista que os Membros do Ministério Público Federal, inúmeros Juizes de Direito e Promotores de Justiça já percebem o referido direito, e em razão, também, da simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas com um eminente caráter nacional, DEFIRO a tutela antecipada requerida, a fim de que todos os juizes federais brasileiros tenham o direito de receber a parcela de caráter indenizatório prevista no artigo 65, inciso II, da LC nº 35/79, aplicando-se como regra aplicável para a concessão da referida

(fl. 7 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

vantagem,: i) o artigo 65 da LOMAN ora referido, que, apenas, veda o pagamento da parcela se, na localidade em que atua o magistrado, houver residência oficial à sua disposição; ii) os valores pagos pelo STF a título de auxílio-moradia a seus magistrados.[...]" .

22. Como a decisão cautelar ocorreu em 15 de setembro de 2014, com a regulamentação em 07 de outubro de 2014, o impacto orçamentário decorrente não foi inserido na Proposta do Orçamento para 2015, a qual já estava em trâmite no Congresso Nacional.

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 43.466 - RECURSOS PRÓPRIOS FTE 150 Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Decreto Amparo: LOA 2015, art. 4º, inciso I, alínea c (tipo 100).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			-	91.476	-	91.476
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	3	150	-	91.476	-	91.476
12102- Tribunal Regional Federal da 1a. Região			-	1.151.110	-	1.151.110
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	3	150	-	1.151.110	-	1.151.110
12104- Tribunal Regional Federal da 3a. Região			-	220.000	-	220.000
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	3	150	-	220.000	-	220.000
Total			-	1.462.586	-	1.462.586

23. Esta solicitação, com suporte em excesso de arrecadação de receitas próprias oriundas de taxas de concursos, visa reforçar a ação "Julgamento de Causas" na Justiça Federal de 1º Grau e nos TRF das 1ª e 3ª Regiões, para atender despesas administrativas e com a realização de concursos públicos.

(fl. 8 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

B.2.4.Outras Despesas Correntes e de Capital

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 43.449 - OBRAS E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES Tipo de crédito: Suplementar Autorização necessária: Lei Amparo: LDO 2015, art. 39 - (tipo 120).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			25.220.020	-	-	25.220.020
11MM Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis - MG	4	100	125.000	-	-	125.000
12SR Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT	4	100	50.000	-	-	50.000
13MA Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú - RN	4	100	1.500.000	-	-	1.500.000
1306 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros - RN	4	100	1.750.000	-	-	1.750.000
1A59 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG	4	100	1.100.000	-	-	1.100.000
7V68 Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN	4	100	2.750.000	-	-	2.750.000
7V69 Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim - RN	4	100	550.000	-	-	550.000
7W25 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE	4	100	4.000.000	-	-	4.000.000
144I Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte - CE	4	100	600.000	-	-	600.000
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	4	100	2.859.884	-	-	2.859.884
7E41 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA	4	100	4.385.136	-	-	4.385.136
7T80 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO	4	100	5.550.000	-	-	5.550.000

24. Esta solicitação tem como objetivo principal o aporte de dotação para concluir as obras apontadas, e, na ação "Julgamento de Causas", modernizar as instalações prediais das Varas Federais localizadas na 5ª Região.

25. Para dar suporte aos créditos solicitados, foram oferecidos recursos compensatórios de outras ações, conforme tabela abaixo, as quais, segundo a Justiça Federal, não sofrem impacto:

(fl. 9 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

R\$ 1,00

UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			25.220.020
102S Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE	4	100	4.600.000
105B Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Natal - RN	4	100	6.550.000
12RE Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO	4	100	5.550.000
12SJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG	4	100	1.225.000
7H63 Construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	4	100	2.885.136
7T82 Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT	4	100	50.000
10SH Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB	4	100	1.250.000
12SH Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa - PB	4	100	700.000
12SN Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL	4	100	909.884
14YL Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	4	100	1.500.000

R\$ 1,00

Pedido SIOP: Nº 43.532 - OBRAS Tipo de crédito: Especial Autorização necessária: Lei Amparo: LDO 2015, art. 39 - (tipo 200).			Fonte de recursos proposta			Total
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios	Receitas próprias ou de Convênios	Tesouro	
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			33.943.977	-	-	33.943.977
11U3 Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG	4	100	670.000	-	-	670.000
12R8 Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG	4	100	600.000	-	-	600.000
12RD Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde - GO	4	100	3.000.000	-	-	3.000.000
12RS Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT	4	100	2.282.747	-	-	2.282.747
14UM Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF	4	100	200.000	-	-	200.000
14YI Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT	4	100	1.980.000	-	-	1.980.000
1A66 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT	4	100	3.500.000	-	-	3.500.000
1J19 Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS	4	100	16.230	-	-	16.230
7E43 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO	4	100	6.000.000	-	-	6.000.000
7J62 Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso - BA	4	100	2.045.000	-	-	2.045.000
NA6E Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato - PI	4	100	3.900.000	-	-	3.900.000
NA70 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque - AP	4	100	3.250.000	-	-	3.250.000
NA71 Construção do Edifício-Sede da justiça Federal em Picos - PI	4	100	6.200.000	-	-	6.200.000
NA72 Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF	4	100	300.000	-	-	300.000

(fl. 10 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

26. A solicitação de crédito especial, com oferecimento de créditos compensatórios, tem por objetivo atender as ações indicadas com as seguintes justificativas:

11U3 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG – o crédito solicitado destina-se à contratação de empresa especializada para realizar a fiscalização da obra de ampliação do Anexo ao Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.

12R8 - Reforma do Edifício-Sede I de Belo Horizonte/MG - necessária a inclusão da ação no orçamento vigente a fim de constituir termo aditivo para viabilizar a conclusão da reforma.

12RD - Construção do Edifício-Sede de Rio Verde/GO - ação não contemplada no orçamento vigente, fazendo-se necessária sua inserção a fim de possibilitar a construção do Edifício-Sede para a Subseção Judiciária, em razão de serem precárias e inadequadas as condições do imóvel ora locado para abrigar a Subseção Judiciária.

12RS - Construção do Edifício-Sede de Diamantino/MT - inclusão no orçamento vigente para complementar o valor contratado em 2014 visando a conclusão da obra.

14UM - Reforma do Edifício-Sede II de Brasília-DF - justifica-se a inclusão no orçamento vigente, pela necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração dos projetos executivos de instalações complementares de incêndio e hidros-sanitárias, a fim de adequar o edifício às normas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

14YI - Construção do Edifício-Sede de Juína/MT - a ação não foi contemplada na LOA/2015, sendo necessária a sua inclusão no orçamento vigente, visando possibilitar a conclusão da obra.

1A66 - Construção do Edifício-Sede de Sinop/MT - necessária a inclusão de dotação, no orçamento vigente, com o fito de possibilitar a contratação de empresa de engenharia para realizar serviços remanescentes, imprescindíveis à conclusão da obra, em razão do contrato anterior haver sido rescindido por abandono da obra.

(fl. 11 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

1J19 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados/MS – é necessária a inclusão orçamentária para fazer face às despesas de conclusão da obra.

7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia - GO- Faz-se necessária sua inclusão no orçamento vigente para a obra de construção de uma sede própria da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia, haja vista a possibilidade de expansão para atender a mais duas varas federais.

7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA - a solicitação visa atender ao aditivo para custear a finalização da obra do Edifício-Sede de Campo Formoso, que se encontra em fase de conclusão.

NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato -PI - ação não inclusa no orçamento vigente, sendo necessária sua inserção para construção de uma sede própria para a Subseção Judiciária em São Raimundo Nonato -PI, haja vista o crescimento de demanda populacional e de processos na região.

NA70 - Construção do Edifício-Sede de Oiapoque/AP - ação não inclusa no orçamento vigente, sendo necessária sua inserção para construção de uma sede própria para a Subseção Judiciária em Oiapoque/AP, em razão das precárias e inadequadas condições do prédio ora locado para a Subseção.

NA71 - Construção do Edifício-Sede de Picos/PI - ação não contemplada na LOA/2015, entretanto faz-se necessária a sua inclusão, no orçamento vigente, a fim de possibilitar a construção do edifício-sede para a Subseção Judiciária, cuja demanda de processos exige espaço e instalações adequadas.

NA72 - Reforma do Edifício-Sede III de Brasília-DF - justifica-se a inclusão no orçamento vigente, pela necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração dos projetos executivos de instalações complementares de incêndio e hidros-sanitárias, a fim de adequar o edifício às normas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

(fl. 12 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

27. Para atingir esses objetivos, a Justiça Federal ofereceu recursos compensatórios das ações a seguir mencionadas, afirmando não haver impacto com essas reduções:

R\$ 1,00			
UO/Ação	G N D	Fonte	Anulação de créditos próprios
12101- Justiça Federal de Primeiro Grau			33.943.977
12RQ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças - MT	4	300	2.282.747
14YL Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	4	100	495.000
158C Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF	4	100	500.000
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	3	100	686.230
12RE Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO	4	100	9.000.000
12SJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG	4	100	600.000
14YJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI	4	100	10.100.000
158H Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari - AP	4	100	3.250.000
7H63 Construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA	4	100	1.550.000
7T82 Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT	4	100	5.480.000

CONSIDERAÇÕES FINAIS

28. As solicitações de Créditos Adicionais (especiais e suplementares) apresentadas visam a corrigir situações de recursos insuficientemente dotados ou não programados na Lei Orçamentária Anual da Justiça Federal.

29. Como fonte de recursos a dar suporte aos créditos propostos foram pleiteados recursos do Tesouro, oferecidos créditos compensatórios, e indicadas receitas próprias.

30. O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informados no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições dos órgãos e refletem reais necessidades de recursos.

(fl. 13 da Nota Técnica n. 03/DAO, de 2015)

31. As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF.

32. Ressalve-se a solicitação de dotação para o pagamento das despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrentes da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga. A dotação para essa despesa encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

33. Em vista da regularidade das proposições encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal pela Justiça Federal e das razões expostas nos itens anteriores, este Departamento considera pertinentes as alterações orçamentárias solicitadas, manifestando-se **favoravelmente** ao atendimento, **com a ressalva** acima citada.

Brasília, 23 de junho de 2015.

ANTONIO CARLOS STANGHERLIN REBELO

Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROPOSTA DE PARECER

PARECER DE MÉRITO Nº 0002618-20.2015.2.00.0000

REQUERENTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça Federal. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalva.**

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça Federal.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da

(fl. 2 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça Federal solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício Nº CJF-OFI-2015/02352, de 14 de maio de 2015.

Os quadros a seguir resumem os valores dos créditos adicionais solicitados e o tipo de autorização:

R\$ 1,00					
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	FINALIDADE DOS CRÉDITOS	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
1 - Pessoal	Despesas de pessoal	-	-	905.090	905.090
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal - nomeações	-	-	7.060.399	7.060.399
3 - Outras Despesas Correntes	Benefícios de pessoal - reajuste	-	-	18.996.154	18.996.154
3 - Outras Despesas Correntes	Ajuda de custo para Moradia de Magistrados	-	-	90.426.104	90.426.104
3 - Outras Despesas Correntes	Concursos Públicos	-	1.371.110	-	1.371.110
3 - Outras Despesas Correntes	Despesas Administrativas	-	91.476	-	91.476
4 - Investimentos	Obras e Modernização de Instalações	59.163.997	-	-	59.163.997
TOTAL		59.163.997	1.462.586	117.387.747	178.014.330

R\$ 1,00					
Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Lei	43.449	25.220.020	-	-	25.220.020
	43.532	33.943.977	-	-	33.943.977
Decreto	43.542	-	-	905.090	905.090
	44.550	-	-	7.060.399	7.060.399
	44.552	-	-	18.996.154	18.996.154
	43.584	-	-	90.426.104	90.426.104
	43.466	-	1.462.586	-	1.462.586
Total		59.163.997	1.462.586	117.387.747	178.014.330

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 03/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça Federal neste processo e com informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, retornando os autos.

É o Relatório.

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e

deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça Federal, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça Federal solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$ 178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil e trezentos e trinta reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. VI

b) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a pessoal, com recursos do Tesouro, resultantes de ingresso de novos beneficiários e decorrentes do reajuste do valor per capita do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais

(fl. 5 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. I

b) Crédito suplementar, com suporte em excesso de arrecadação de recursos próprios, para atender despesas administrativas e com a realização de concursos públicos, na Justiça Federal de 1º Grau e nos TRF das 1ª e 3ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, alínea “c”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios, para suplementação das seguintes ações orçamentárias:

- 11U3 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG;
- 12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG;
- 12RD - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde – GO;

(fl. 6 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

- 12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT;
- 14UM - Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF;
- 14YI - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína – MT;
- 1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT;
- 1J19 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados – MS;
- 7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia – GO;
- 7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA;
- NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato – PI;
- NA70 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque – AP;
- NA71 - Construção do Edifício-Sede da justiça Federal em Picos – PI; e
- NA72 - Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

b) Crédito Suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios, para as seguintes necessidades:

(fl. 7 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

- 11MM - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG;
- 12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT;
- 13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú – RN;
- 13º6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros – RN;
- 1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG;
- 7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal – RN;
- 7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim – RN;
- 7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá – CE;
- 144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte – CE;
- 7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA;
- 7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí – GO e
- Incremento da ação “4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal”

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 03/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pela Justiça Federal no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pelo Órgão solicitante.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos da Justiça Federal, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou ressalva quanto à solicitação de crédito para as despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares,

(fl. 9 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

apresentadas pela Justiça Federal, visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de anulação de créditos compensatórios, de excesso de arrecadação de receitas próprias, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informado no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições da Justiça Federal e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto a não necessidade de parecer do CNJ sobre a solicitação de crédito para pagamento de despesas com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088/2015, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo, e será descentralizada ao órgão, nos termos do art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

(fl. 10 Parecer CNJ 0002618-20.2015.2.00.0000)

ISTO POSTO, conheço das presentes solicitações para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos especiais e suplementares, solicitados, com a ressalva mencionada.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, de junho de 2015.

Conselheiro Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Relator

Conselho Nacional de Justiça

29ª Sessão Extraordinária

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002618-20.2015.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho decidiu, por unanimidade:

I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II – após o voto do Relator, no sentido de emitir parecer favorável, pediu vista regimental a Conselheira Nancy Andrichi. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30 de junho de 2015.”

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, [Luiza Cristina Frischeisen](#), Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 30 de junho de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

213ª Sessão Ordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto da Conselheira Vistora, o Conselho, por unanimidade, aprovou o parecer de mérito, nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18 de agosto de 2015."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Luiz Cláudio Allemand, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 18 de agosto de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça Federal. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalva.**

ACÓRDÃO

Após o voto da Conselheira Vistora, o Conselho, por unanimidade, aprovou o parecer de mérito, nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18 de agosto de 2015. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrigli, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Luiz Cláudio Allemand, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça Federal.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça Federal solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício Nº CJF-OFI-2015/02352, de 14 de maio de 2015.

Os quadros a seguir resumem os valores dos créditos adicionais solicitados e o tipo de autorização:

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 03/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça Federal neste processo e com informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, retornando os autos.

É o Relatório.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais,

especiais e suplementares, ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça Federal, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça Federal solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil e trezentos e trinta reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. VI

b) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a pessoal, com recursos do Tesouro, resultantes de ingresso de novos beneficiários e decorrentes do reajuste do valor per capita do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. I

b) Crédito suplementar, com suporte em excesso de arrecadação de recursos próprios, para atender despesas administrativas e com a realização de concursos públicos, na Justiça Federal de 1º Grau e nos TRF das 1ª e 3ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, alínea “c”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios, para suplementação das seguintes ações orçamentárias:

- 11U3 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG;
- 12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG;
- 12RD - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde – GO;
- 12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT;
- 14UM - Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF;
- 14YI - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína – MT;
- 1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT;
- 1J19 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados – MS;
- 7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia – GO;
- 7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA;
- NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato – PI;
- NA70 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque – AP;
- NA71 - Construção do Edifício-Sede da justiça Federal em Picos – PI; e
- NA72 - Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

b) Crédito Suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios, para as seguintes necessidades:

- 11MM - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG;

- 12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT;
- 13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açu – RN;
- 13º6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros – RN;
- 1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG;
- 7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal – RN;
- 7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim – RN;
- 7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá – CE;
- 144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte – CE;
- 7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA;
- 7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí – GO e
- Incremento da ação “4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal”

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 03/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pela Justiça Federal no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pelo Órgão solicitante.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos da Justiça Federal, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou ressalva quanto à solicitação de crédito para as despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça Federal, visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de anulação de créditos compensatórios, de excesso de arrecadação de receitas próprias, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informado no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições da Justiça Federal e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto a não necessidade de parecer do CNJ sobre a solicitação de crédito para pagamento de despesas com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088/2015, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo, e será descentralizada ao órgão, nos termos do art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

ISTO POSTO, conheço das presentes solicitações para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos especiais e suplementares, solicitados, com a ressalva mencionada.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, data registrada no sistema.

Conselheiro Emmanoel Campelo

Relator

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

213ª Sessão Ordinária

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000

Relator:

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto da Conselheira Vistora, o Conselho, por unanimidade, aprovou o parecer de mérito, nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18 de agosto de 2015."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrigli, Lelio Bentes Corrêa, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocchi, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Luiz Cláudio Allemand, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Brasília, 18 de agosto de 2015.

MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA

Secretária Processual

Brasília, 2015-08-21.

Conselheiro Relator

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça Federal, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça Federal solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil e trezentos e trinta reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. VI

b) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a pessoal, com recursos do Tesouro, resultantes de ingresso de novos beneficiários e decorrentes do reajuste do valor per capita do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. I

b) Crédito suplementar, com suporte em excesso de arrecadação de recursos próprios, para atender despesas administrativas e com a realização de concursos públicos, na Justiça Federal de 1º Grau e nos TRF das 1ª e 3ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, alínea “c”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios, para suplementação das seguintes ações orçamentárias:

- 11U3 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG;
- 12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG;
- 12RD - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde – GO;
- 12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT;
- 14UM - Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF;
- 14YI - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína – MT;
- 1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT;

- 1J19 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados – MS;
- 7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia – GO;
- 7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA;
- NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato – PI;
- NA70 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque – AP;
- NA71 - Construção do Edifício-Sede da justiça Federal em Picos – PI; e
- NA72 - Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

b) Crédito Suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios, para as seguintes necessidades:

- 11MM - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG;
- 12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT;
- 13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú – RN;
- 13°6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros – RN;
- 1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG;
- 7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal – RN;
- 7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim – RN;
- 7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá – CE;

- 144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte – CE;
- 7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA;
- 7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí – GO e
- Incremento da ação “4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal”

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 03/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pela Justiça Federal no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pelo Órgão solicitante.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos da Justiça Federal, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou ressalva quanto à solicitação de crédito para as despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça Federal, visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de anulação de créditos compensatórios, de excesso de arrecadação de receitas próprias, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informado no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições da Justiça Federal e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto a não necessidade de parecer do CNJ sobre a solicitação de crédito para pagamento de despesas com o provimento dos cargos decorrente

da edição da Lei nº 13.088/2015, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo, e será descentralizada ao órgão, nos termos do art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

ISTO POSTO, conheço das presentes solicitações para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos especiais e suplementares, solicitados, com a ressalva mencionada.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, data registrada no sistema.

Conselheiro Emmanoel Campelo

Relator

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

EMENTA:

Parecer de mérito sobre solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento de 2015 da Justiça Federal. Autonomia dos tribunais para encaminhamento das solicitações ao Poder Executivo. Exigência de parecer do Conselho Nacional de Justiça. Nota Técnica produzida pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça. Amparo das solicitações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. **Parecer favorável com ressalva.**

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente processo. O Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre as solicitações de créditos adicionais, especiais e suplementares, ao orçamento 2015, a serem abertos por atos dos Poderes Legislativo e Executivo é exigência contida no art. 41 da LDO 2015, e deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal – SOF como forma de subsídio à análise das solicitações.

Créditos Adicionais ao Orçamento

A alteração da Lei Orçamentária Anual destina-se a ajustar o orçamento aprovado às necessidades das Unidades Orçamentárias durante o processo de sua execução. É realizada mediante créditos adicionais que, nos termos do art. 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, são autorizações de despesas não programadas (créditos especiais) ou insuficientemente dotadas (créditos suplementares) na Lei Orçamentária Anual.

Como regra geral, os créditos especiais e suplementares somente podem ser abertos com autorização legislativa (CF, art. 167, inciso V). A Carta Magna, no entanto, explicita que a Lei Orçamentária Anual pode trazer dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares (CF, art. 165, § 8º).

A autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares, bem como as situações e parâmetros a serem observados, foi inserida na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, art. 4º.

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF, como Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, editou a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2015, a saber:

- a) Créditos dependentes de autorização legislativa: primeira quinzena de maio e de setembro;
- b) Créditos dependentes de ato do Poder Executivo: primeira quinzena de maio, de setembro e de novembro.

Autonomia dos Tribunais para Encaminhamento das Solicitações ao Poder Executivo

A Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99), sendo competência dos Presidentes dos Tribunais Superiores (art. 99, § 2º, inciso I) e dos Tribunais de Justiça (art. 99, § 2º, inciso II) o encaminhamento das propostas.

A presente solicitação foi encaminhada à SOF/MP, mediante acesso *on line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, pelo órgão setorial de planejamento e orçamento da Justiça Federal, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16/2015.

Créditos Adicionais Solicitados

A Justiça Federal solicitou créditos adicionais, especiais e suplementares, ao seu orçamento de 2015, no montante de **R\$178.014.330,00 (cento e setenta e oito milhões, quatorze mil e trezentos e trinta reais)**.

A seguir são relacionados de forma resumida os créditos solicitados, os quais dependem de atos dos Poderes Legislativo e Executivo para abertura.

DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da aprovação da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. VI

b) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a pessoal, com recursos do Tesouro, resultantes de ingresso de novos beneficiários e decorrentes do reajuste do valor per capita do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, autorizado pela Portaria Conjunta nº 1, de 18/03/2015, dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. XVI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Por ato do Poder Executivo

a) Crédito suplementar, com recursos do Tesouro, para o pagamento de despesas com a Ajuda de Custo para Moradia dos Magistrados, decorrente da Medida Cautelar na AO nº 1.773-DF, direito regulamentado pela Resolução CNJ nº 199, de 07/10/2014.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art. 4º, inc. I

b) Crédito suplementar, com suporte em excesso de arrecadação de recursos próprios, para atender despesas administrativas e com a realização de concursos públicos, na Justiça Federal de 1º Grau e nos TRF das 1ª e 3ª Regiões.

Amparo para a solicitação: LOA 2015, art.4º, inciso I, alínea “c”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Por ato do Poder Legislativo

a) Crédito especial, com oferecimento de recursos compensatórios, para suplementação das seguintes ações orçamentárias:

- 11U3 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG;
- 12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG;
- 12RD - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Verde – GO;
- 12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT;
- 14UM - Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF;
- 14YI - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína – MT;
- 1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT;

- 1J19 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados – MS;
- 7E43 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia – GO;
- 7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA;
- NA6E - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato – PI;
- NA70 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Oiapoque – AP;
- NA71 - Construção do Edifício-Sede da justiça Federal em Picos – PI; e
- NA72 - Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – Brasília-DF.

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

b) Crédito Suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios, para as seguintes necessidades:

- 11MM - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG;
- 12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT;
- 13MA - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Açú – RN;
- 13°6 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pau dos Ferros – RN;
- 1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG;
- 7V68 - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal – RN;
- 7V69 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim – RN;
- 7W25 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá – CE;

- 144I - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte – CE;
- 7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA;
- 7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí – GO e
- Incremento da ação “4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal”

Amparo para a solicitação: LDO 2015, art.39

Análise das Solicitações – Nota Técnica

A exigência de parecer do CNJ é matéria que se repete anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual este Conselho, por meio da Resolução nº 68, de 3 de março de 2009, estabeleceu procedimentos e prazos para o encaminhamento das solicitações de parecer e seu trâmite no âmbito deste Conselho.

No art. 3º, § 1º dessa Resolução foi estabelecido que compete ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário a elaboração de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

A Nota Técnica nº 03/DAO/2015, elaborada com base nos dados informados pela Justiça Federal no ofício do requerimento inicial, complementados com dados extraídos do SIOP, apresenta de forma detalhada os créditos solicitados, as justificativas para as necessidades de recursos, as fontes de recursos propostas, permitindo verificar a necessidade dos ajustes orçamentários propostos pelo Órgão solicitante.

Atestou aquele Departamento que as solicitações foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, observaram os prazos e procedimentos nela fixados e que refletem necessidade de recursos da Justiça Federal, razão pela qual se manifestou favorável ao atendimento.

Apresentou ressalva quanto à solicitação de crédito para as despesas de pessoal com o provimento dos cargos decorrente da edição da Lei nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou a Vara Federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo e será descentralizada ao órgão, sem necessidade de parecer deste Conselho, conforme prevê o art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

As solicitações de Créditos Adicionais, especiais e suplementares, apresentadas pela Justiça Federal, visam corrigir situações de recursos insuficientemente dotados na Lei Orçamentária Anual.

As fontes de recursos a dar suporte aos créditos propostos são provenientes de anulação de créditos compensatórios, de excesso de arrecadação de receitas próprias, além de pleitos por recursos do Tesouro.

O detalhamento das ações orçamentárias e o valor das dotações propostas, informado no ofício de solicitação deste parecer e complementados com os relatórios retirados do SIOP, bem como as justificativas apresentadas, estão em consonância com as atribuições da Justiça Federal e refletem reais necessidades de recursos.

As proposições foram feitas em consonância com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015, da SOF, e com os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal.

Acolho a ressalva feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário quanto a não necessidade de parecer do CNJ sobre a solicitação de crédito para pagamento de despesas com o provimento dos cargos decorrente

da edição da Lei nº 13.088/2015, cuja dotação encontra-se em reserva de contingência no Poder Executivo, e será descentralizada ao órgão, nos termos do art. 93, § 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que se refere aos pedidos de créditos para o pagamento de ajuda de custo para moradia dos magistrados, convém ressaltar que a decisão monocrática na Ação Originária nº 1.773/DF, que deu origem a esse direito, é objeto do mandado de segurança nº 33.245/DF, com pedido de liminar. Inicialmente não conhecido pela Ministra Rosa Weber, foi interposto Agravo Regimental, ainda sem decisão.

Dessa forma, não havendo qualquer decisão em contrário, permanece o direito dos magistrados ao recebimento da ajuda de custo e a obrigação dos Tribunais de efetuar o pagamento.

ISTO POSTO, conheço das presentes solicitações para emitir **parecer favorável** ao atendimento dos créditos especiais e suplementares, solicitados, com a ressalva mencionada.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o presente parecer à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, data registrada no sistema.

Conselheiro Emmanoel Campelo

Relator

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre solicitações de créditos adicionais (especiais e suplementares) ao orçamento de 2015 da Justiça Federal.

As solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, mediante acesso *on-line* ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, nos termos do art. 5º da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e no art. 2º da Resolução CNJ nº 68/2009, a Justiça Federal solicitou o parecer deste Conselho por meio do Ofício Nº CJF-OFI-2015/02352, de 14 de maio de 2015.

Os quadros a seguir resumem os valores dos créditos adicionais solicitados e o tipo de autorização:

R\$ 1,00

Autorização	Nº DO PEDIDO SIOP	FONTE DE RECURSOS PROPOSTA			
		ANULAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS	RECEITAS PRÓPRIAS OU DE CONVÊNIOS	RECURSOS DO TESOURO	TOTAL
Lei	43.449	25.220.020	-	-	25.220.020
	43.532	33.943.977	-	-	33.943.977
Decreto	43.542	-	-	905.090	905.090
	44.550	-	-	7.060.399	7.060.399
	44.552	-	-	18.996.154	18.996.154
	43.584	-	-	90.426.104	90.426.104
	43.466	-	1.462.586	-	1,462,586
Total		59.163.997	1.462.586	117.387.747	178.014.330

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 03/DAO/2015, analisando as solicitações, com base nos dados informados pela Justiça Federal neste processo e com informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, retornando os autos.

É o Relatório.

Inclusão de cópia do Ofício de encaminhamento do acórdão à Secretaria de Orçamento Federal, com protocolo de entrega.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

OFÍCIO Nº 0008782 - SGE

Em 21 de agosto de 2015.

Senhora Secretária,

Ao cumprimentá-la, encaminho a Vossa Senhoria o parecer deste Conselho e a respectiva certidão de julgamento, relativos à solicitação de crédito adicional ao orçamento de 2015 da Justiça Federal.

A referida documentação atende ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente,

Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz

Secretário-Geral

A Senhora
ESTHER DWECK
Secretária de Orçamento Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Brasília – DF

RECEBI O ORIGINAL
Em 24/08/15 às 10:52h
Maria José
Matr.



Documento assinado eletronicamente por FABRICIO BITTENCOURT DA CRUZ,
SECRETÁRIO GERAL - SECRETARIA-GERAL, em 21/08/2015, às 19:07, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

http://www.cnj.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualiza... 24/08/2015



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0008782** e o código CRC **961464D5**.

03940/2015

0008782v2

Criado por RENATA.GUERRA, versão 2 por RENATA.GUERRA em 21/08/2015 16:22:06.

http://www.cnj.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualiza... 24/08/2015



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI -
0002618-20.2015.2.00.0000**

Requerente: **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

CERTIDÃO

Certifico que o acórdão, inserido no Id 1768593 destes autos, foi publicado no DJ-e nº 156/2015, em 01/09/2015, pág. 39-49.

Brasília, 2 de setembro de 2015.

ANDRESSA GOMES DE OLIVEIRA

Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça